

ANDRÉ ELIAS MORELLI RIBEIRO

CRIME, ORDEM E VIOLÊNCIA EM SÃO PAULO:  
a percepção do nível de violência urbana no município de Assis

ASSIS  
2009

ANDRÉ ELIAS MORELLI RIBEIRO

CRIME, ORDEM E VIOLÊNCIA EM SÃO PAULO:  
a percepção do nível de violência urbana no município de Assis

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área do Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Elizabeth Piemonte  
Constantino

Co-orientador: Carina Alexandra Rondini  
Marretto

Orientador *in memoriam*: José Luiz  
Guimarães

ASSIS  
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

R484c Ribeiro, André Elias Morelli  
Crime, ordem e violência em São Paulo: a percepção do nível de violência urbana no município de Assis / André Elias Morelli Ribeiro. Assis, 2009  
173 f.: il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Elizabeth Piemonte Constantino

1. Violência. 2. Criminalidade urbana. 3. Segurança pública. I. Título.

**CDD 301.633**

364

Dedico este trabalho ao professor José Luiz Guimarães

Grande agregador de pessoas, forças, idéias, ideais e ações.  
Um verdadeiro maestro na orquestra da vida.

Que suas palavras ainda incentivem  
Que suas ações ainda inspirem  
Que suas idéias ainda transformem

Que sua vida ainda exemplifique o amor à família, à universidade pública e à sociedade  
brasileira

## Agradecimentos

Agradeço à CAPES pela cessão da bolsa, sem a qual muito do que foi feito não seria possível de realizar.

Agradeço aos membros da banca pela análise e avaliação do trabalho, pela visão crítica e pelo incentivo a continuar nos trilhos da pesquisa, parte de um reconhecimento que dá suporte à busca por padrões de qualidade em pesquisa e envolvimento com a realidade. A serenidade e paciência da professora Carina Marretto, a princípio auxiliadora e, em seguida, co-orientadora do trabalho. Sua dedicação e visão da pesquisa tornaram possível a confecção das análises dos dados, além de sua orientação e ajuda pelos difíceis caminhos da estatística.

Não poderia esquecer os colegas que me ajudaram a coletar os dados da pesquisa, em ordem alfabética, Caio, Damaris, Edgard, Thiago e Natália. Obrigado pelo esforço empreendido que logo iniciará outros frutos.

Desde a minha chegada a Assis, no início dessa jornada, tenho a sorte de ter muitas pessoas a quem agradecer. Mas quero começar por quem me apoiou antes de minha chegada à cidade de Assis: meus pais, a quem devo a vida, a minha educação e a minha criação.

Agradeço o apoio da dona Nena e de seu marido, seu José, as primeiras pessoas que me receberam na cidade, em 2003. Meus colegas da turma de psicologia, aprendi muito com suas histórias, suas ações, suas posturas e suas idéias. Meus professores, desde o início de minha vida, em São José do Rio Preto, até aqueles que me deram aulas na pós-graduação, pois todos devemos a nossos professores muito do que somos.

Vários amigos passaram por esta jornada, e certamente não posso enumerar todos, mas alguns se destacam pela convivência mais intensa, mesmo aqueles que não compartilharam comigo um lar. Paulo, ou Paulinho, agradeço a todos os momentos que vivemos e também por ter compartilhado sua família, a quem devo muito: Maristela, Paulo Silvio “Bisteca” Pereira (que me deram um suporte essencial para não desistir dessa jornada, muito obrigado), Maiara e Marcela. Ainda não posso deixar de citar outros membros dessa família, como Leonardo, dona Tereza, seu Almir, Muryel e Eveline, obrigado pelos momentos e pelos ensinamentos que suas vidas representam.

Outros colegas, ainda entre aqueles que estão mais ligados à Assis e menos à UNESP, como Henrique, Salvano, Juliana, Tiago, Cristiano “Chaves”, Alex, Tiago “Flash”, Mateus Barreiro, Diogo “Luís Fabiano”, entre muitos outros.

Na Faculdade de Ciências e Letras foram dezenas de amigos, histórias e momentos marcantes. Passaram Gamaliel, Daniela, Daniele, Tatiana, Giovani, João Paulo, Gláucia, Priscila, Vânia, Viviana, Vitor, Helouise, Flávia, Rosângela, Maria Cláudia, Guilherme, Glauco, Ana, e tantos outros que a lista jamais terminaria. Agradeço a meu amigo Luis Fernando Rocha, pela serenidade e pelo apoio em todos os momentos. Agradeço à Juliana Amaral, por todos os momentos que vivemos e pela maneira como superamos juntos muitas dificuldades. Entre os amigos que moram ou moraram comigo, e foram mais de quinze, destaco três: Frederico, Germano e Bruno “Joe”: muito obrigado por tudo o que significaram na minha vida, o apoio nos momentos difíceis e nas comemorações de cada vitória, de cada, que sentíamos que pertencem a todos. Luciana: a pessoa que você é me iluminou, só posso agradecer a tudo o que sua presença significa na minha vida.

Agradeço ao incentivo e a confiança de meus professores, em especial Soraia Cruz, Francisco Hashimoto, Pedro Henrique Godinho (grande mestre), Cláudio Reis, Carina Marretto e Elizabeth Constantino. Ela aceitou o desafio de me orientar nos meses finais para a entrega dos exemplares, e soube trabalhar e me ensinar nos meses que desenvolvemos o trabalho juntos. Sou muito grato ao seu empenho e dedicação.

O professor José Luiz trabalhou comigo desde 2004, quando ainda estava no segundo ano de faculdade, e sempre foi o grande incentivador de toda a minha trajetória acadêmica. Além de ter sido um grande mestre ainda soube lidar com os diferentes momentos e dificuldades que todos esses anos apresentaram. Soube utilizar muito bem sua aguda capacidade de se colocar no lugar do outro, sempre sendo muito humanitário, generoso, atencioso e ético. Muito obrigado por tudo, professor José Luiz Guimarães.

*É pra abrir mesmo. Quem não quiser que abra, eu prendo e arrebento!*  
Presidente João Batista de Oliveira Figueiredo (1918-1999)

## RESUMO

A violência é um fenômeno presente em toda a história humana. Ao longo dos séculos as guerras e a violência foram o tom dos acontecimentos. Apesar da constatação, a violência não pode ser classificada como animalística nem mesmo instintiva, pois pertence ao âmbito do político. Já no século XX o Brasil permaneceu por vários anos sob regimes de ditadura. A última, e mais longa, foi a ditadura militar que marcou profundamente a sociedade brasileira, por usar o expediente da violência e da tortura sob a justificativa da “ameaça nacional”. O Estado, naquele período, armou as forças de segurança pública com seus agentes e idéias, as mesmas figuras permaneceram na segurança mesmo após a abertura política, em 1985. Assim o principal método de investigação da polícia permaneceu sendo a violência, com forte apoio popular. Com o aumento dos índices de criminalidade no início da implantação da democracia a população reclamou às autoridades medidas enérgicas de repressão à criminalidade. A partir da eleição de Franco Montoro, em 1983, o governo paulista alternou políticas mais repressivas com políticas mais humanitárias. A área da segurança parece ser a que teve menos sucesso na transição, por estar imersa em alarmantes níveis de corrupção e afeita à práticas de desrespeito aos direitos humanos. No interior de São Paulo as políticas de segurança, em especial aquelas sobre a política penitenciária teve importante impacto na organização das cidades, com a chegada dos presídios. Dessa forma a violência, que antes habitava um nível imaginário, visto apenas a partir da mídia, torna-se presente com o presídio, e em seguida real com as rebeliões e os ataques do PCC, no início do século XXI. A partir de um questionário fechado esta pesquisa avaliou crenças, normas, valores, atitudes e comportamentos frente à violência no município de Assis, distante 430 Km da capital paulista. Com uma amostra de n=251 sujeitos, o questionário inquiriu aos entrevistados diversos aspectos, como a exposição à mídia, exposição à violência, comportamentos de defesa frente à violência, punição corporal, crenças sobre presídios, a justiça, a polícia, a sociabilidade entre vizinhos e sobre os direitos humanos. Os dados mostraram que a exposição à violência real tem mais impacto sobre a transformação do comportamento, que a exposição à mídia tem impactos sobre a percepção da violência, que a punição corporal na infância está relacionada com o apoio à violência corporal e que o apoio à mesma também pode refletir no apoio à medidas contrárias aos direitos humanos.

Palavras-chave: Violência, Percepção da violência, Violência no interior de São Paulo.



## ABSTRACT

The violence is a present phenomenon in all history human being. Throughout the centuries the wars and the violence had been the tone of the events. Although that affirmation, the violence cannot be classified as animal, not even instinctive, therefore it belongs to the scope of the politician. No longer century XX Brazil remained per some years under regimes of dictatorship. Last, and the longest one, was the military dictatorship that marked the Brazilian society deeply, for using the violence and the torture under the justification of the “national threat”. The State, in that period, seted the forces of public security with its agents and ideas, same the figures had exactly remained in the security after the opening politics to democracy, in 1985. Thus the main method of inquiry of the policy remained being the violence, with strong popular support. With the increase of the indices of crime at the beginning of the implantation of the democracy the population complained to the measured authorities energetic of repression to crime. From election of Franco Montoro, in 1983, the São Paulo government alternated more repressive politics with more humanitarian politics. The area of the security seems to be the one that had little success in the transition, for being immersed in alarming levels of corruption and use practical ones of disrespect to the human rights. In the interior of São Paulo the politics of security, in special those on the politics prison had important impact in the organization of the cities, with the arrival of the penitentiaries. Of this form the violence, that before inhabited an imaginary level, seen only from the media, it becomes present with the penitentiary, and after become real with the rebellions and the attacks of the PCC, at the beginning of century XXI. From a closed questionnaire this research evaluated beliefs, norms, values, attitudes and behaviors front to the violence in the city of Assis, distant 430 km of the São Paulo capital. With a sample of n=251 citizens, the questionnaire inquired to interviewed the diverse aspects, as the exposition to the media, exposition to the violence, behaviors of prohibited front to the violence, corporal punishment, beliefs after penitentiaries, justice, the policy, the sociability between neighbors and on the human rights. The data had shown that the exposition to the real violence has more impact on the transformation of the behavior, that the exposition to the media has impacts on the perception of the violence, that the corporal punishment in infancy are related with the support to the corporal violence and that the support the same one also can reflect in the support the contrary measures the rights human beings.

Key-words: Violence, Violence perception, Violence in state of São Paulo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Número de homicídios conforme a idade em São Paulo

Figura 2 - Número de óbitos por homicídio. População Total. São Paulo

Figura 3 – Evolução da população encarcerada no Estado de São Paulo

Figura 4 - Despesas executadas das secretarias da Administração Penitenciária e da Segurança Pública em relação às despesas executadas totais.

Figura 5 - População carcerária no estado de São Paulo, números absolutos. (1994 - 2007).

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Índices econômicos e população de municípios selecionados do estado de São Paulo
- Tabela 2 – Resumo de índices de criminalidade no município de Assis por número de ocorrências. 2001-2008.
- Tabela 3 – Perfil etário, religioso, estado civil, concentração de pessoas na casa de desempregados na casa, da amostra em Assis/SP, frequência e porcentagem
- Tabela 4 – Punição corporal quando criança, na amostra, em Assis/SP, frequência e porcentagem.
- Tabela 5 – Punição corporal como violentador, contagem e porcentagem, na amostra, em Assis/SP, frequência e porcentagem.
- Tabela 6 – Concordância com a punição corporal, contagem e porcentagem, na amostra, em Assis/SP, frequência e porcentagem.
- Tabela 7 – Consumo de mídia impressa e televisiva na amostra em Assis/SP, frequência e porcentagem.
- Tabela 8 – Crenças sobre a presença de presídios, na amostra, em Assis/SP.
- Tabela 9 – Temas geradores de uma escala de atitudes em cinco níveis, com quarenta itens.
- Tabela 10 – Coeficientes de saturação dos itens de uma escala de atitudes em cinco níveis, com quarenta itens.
- Tabela 11 - Denominação dos fatores da análise fatorial de uma escala de atitudes em cinco níveis, com quarenta itens.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organização do questionário

Quadro 2 – Cruzamento entre vitimização e uso da punição corporal, na amostra, em Assis/SP, frequência e porcentagem.

Quadro 3 – Cruzamento entre quantidade de audiência para televisão e percepção da violência no bairro, na amostra, em Assis/SP, frequência e porcentagem.

Quadro 4 – Relação entre consumo de mídia televisiva e crença sobre justiça e eficiência policial, na amostra, em Assis/SP, frequência e porcentagem.

Quadro 5 – Nível de exposição à violência dos sujeitos, na amostra, quanto à faixa etária, em Assis/SP, frequência e porcentagem.

Quadro 6 – Nível de exposição à violência por setor, em Assis/SP, frequência e porcentagem.

Quadro 7 – Cruzamento entre uso da punição corporal contra adolescentes e crença sobre a morte violenta de presidiários, na amostra, em Assis/SP.

## Sumário

INTRODUÇÃO	11
1. O CONCEITO DE VIOLÊNCIA	17
1.1. Violência e agressividade instintiva	19
1.2. Contribuições da Ética e da Filosofia Moral	23
1.3. Violência e Psicanálise	26
1.4. Fala do crime, corpo e coação	31
1.5. Poder e violência: a contribuição de Hannah Arendt	35
2. VIOLÊNCIA NAS CIDADES BRASILEIRAS: democracia e paradoxo	41
2.1. O papel da segurança na transição democrática	51
2.2. Violência no Estado de São Paulo	60
2.3. Políticas de Segurança Pública	74
2.4. Interior de São Paulo: o crime sem morros	78
2.4.1 História da violência no estado de São Paulo	79
2.5. Efeitos da Presença de Presídios no Interior de São Paulo	91
2.6. A Influência da Mídia	96
2.7. Concepções do Corpo: punição física, autoridade e ordem	100
3. A PESQUISA	103
3.1. A Construção da Pesquisa e do Instrumento	103
3.2. Hipóteses	104
3.3. Aspectos Éticos	110
4. ASPECTOS METODOLÓGICOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO	112
4.1. Características Sócio-Demográficas e de Criminalidade do Município de Assis	112
4.2. Contexto	115
4.3. Casuística	119
4.4. Aplicação dos Questionários	119
4.5. Análises Estatísticas	120
4.6. Setores	120
4.7. Resultados e Discussão	121
4.7.1 Análise fatorial	141
5. CONCLUSÕES	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
ANEXOS	
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	160
Setores	161
APÊNDICE	
Questionário	170

## INTRODUÇÃO

A violência está presente na vida do ser humano desde tempos ancestrais, quando a Terra ainda era povoada por outros hominídeos além do *Homo sapiens*. Evidências arqueológicas indicam que uma guerra foi empreendida entre nossa espécie e o *Homo neanderthalensis* e essa “vitória” foi decisiva para a história como a conhecemos. Após a luta pela sobrevivência, arqueólogos encontraram ossadas e corpos de indivíduos que aparentemente sofreram violência, talvez como forma de punição. Seriam as evidências arqueológicas que indicam que a violência entre indivíduos está presente nas sociedades humanas desde o surgimento da própria espécie.

Até mesmo na Bíblia uma das primeiras histórias de Gênesis, quando se forma a primeira família, a violência se faz presente no assassinato de Abel por seu irmão Caim. É justamente com base na suposição da violência ancestral que alguns teóricos apresentaram seus modelos sobre a formação da civilização. Destacamos as idéias de Freud, para quem a violência é a mola mestra da sociedade e para quem, sem ela, não seria possível para o homem viver em comunidade.

De acordo com o pai da psicanálise, em “Totem e Tabu”, a civilização teve início com um assassinato de quem ele chamou de pai primevo, ou seja, um indivíduo mais forte que todos os outros, que utilizava a violência para controlar o grupo. Cansados de se submeterem ao pai, os membros resolvem unir-se para finalmente matá-lo. Ou seja, a civilização se inicia com uma rebelião que culmina num ato violento.

Os indivíduos que participaram do parricídio, de uma forma não explicada por Freud, são tomados pela culpa e, arrependidos pelo ato, fundam o que Freud chama de Totem, ou seja, a imagem do pai do clã, cujas leis devem ser obedecidas em nome da tradição e da unidade da comunidade. A partir da organização em torno do clã, a civilização foi possível, mantida na prática através da mesma violência que o pai primordial usou contra seus filhos. Quem rompe com as leis do Totem está passível de ser punido, pois a lei possui o monopólio da violência. A lei é o triunfo do coletivo sobre o indivíduo.

Assim, de acordo com Freud, que compartilha algumas das idéias com outros pensadores, a civilização só é possível pela ameaça constante da violência imposta pela lei. A violência legal estabelece o poder de controle do Estado. Os pressupostos deste trabalho negam toda a tradição de pensamento apresentada anteriormente.

A violência não pode ser entendida como mola mestra da sociedade, pois na verdade não passa de um instrumento. Segundo a filósofa alemã Hannah Arendt, a violência

não pode ser a essência de nada e atenta para a confusão realizada entre poder e violência. Esta, segundo a autora, perde em plausibilidade quanto mais o fim almejado se distancia no futuro. A violência não sustenta o poder, não é seu pré-requisito, mas sim seu oposto. A presença absoluta de um desses elementos implica necessariamente o desaparecimento do outro.

Poder, para Hannah Arendt, é a capacidade humana de agir em conjunto, negando a tradição anterior que equaciona o poder político com os métodos de gerenciamento da violência. Quanto mais a violência é utilizada para a perpetuação do poder, mais este estará ausente, pois as ações não são executadas pelo conjunto, mas sim pela força coercitiva exercida pelos métodos de violência. Assim do cano de uma arma não pode sair poder, quanto mais o poder se estabelece menor é a necessidade de violência.

Os níveis alarmantes de violência observados na Segunda Guerra Mundial, segundo Hannah Arendt, nunca ocorreram em qualquer momento da história da humanidade. Durante esse importante acontecimento, certos grupos de seres humanos foram completamente destituídos de qualquer direito essencial, mesmo o direito à vida. Durante alguns anos na Alemanha e em alguns países vizinhos, certos seres humanos estavam passíveis de serem torturados e mortos sem que qualquer sanção fosse imposta ao agressor.

Ao mesmo tempo as tecnologias de produção de mortes em massa atingiram eficiência nunca vista antes. A corrida nuclear, iniciada com a tecnologia da bomba atômica desenvolvida nos EUA, levou ao desenvolvimento de uma indústria bélica poderosa, de forma que os arsenais atômicos existentes poderiam destruir completamente o planeta.

O evento mais importante do século XX foi marcado pelos níveis de violência nunca vistos antes, de forma que a ameaça nuclear condenou gerações a conviverem com o medo da destruição total. O século anterior foi marcado pelas guerras, transmitidas pelas rádios e, depois, pela televisão e internet. A violência foi o tom num período marcado pelos inegáveis avanços na defesa dos direitos humanos e também pelo seu rompimento freqüente.

Nas cidades, a violência cresceu de maneira assustadora em vários lugares do mundo. A criminalidade urbana é um fenômeno global, mas ganhou nas cidades brasileiras uma configuração única, em que a abertura política coincide com o aumento da violência. O cenário incentivou o debate acadêmico sobre as causas e conseqüências de um fenômeno que, no momento em que ocorria, era paradoxal.

Assim o debate sobre a violência ocorreu ao mesmo tempo em que o Brasil dava um novo passo em sua história, estabelecendo uma democracia após anos de ditadura militar. Naquele momento era necessário repensar o Brasil, ou mesmo reinventar o Brasil para os

novos tempos. Desde a década de 60, com a eleição de Jânio Quadros, os brasileiros não elegiam seu presidente. Só puderam fazê-lo em 1989, escolhendo um presidente que sofreria *impeachment* poucos anos mais tarde.

Por todo o período de governo militar, a violência foi instrumento utilizado com frequência para a tortura e execução de perseguidos políticos que tentavam combater a ditadura. Muitas pessoas foram torturadas e mortas, sem direito a advogados e nem mesmo julgamento. A arbitrariedade foi o tom no mesmo período em que o Brasil almejava um lugar ao lado das potências. O máximo que se conseguiu foi conciliar a euforia do futebol, que realmente se tornou o melhor do mundo, com os gritos dos torturados nos porões da ditadura. Muitas das feridas do período ainda não foram fechadas e, assim, o passado é uma voz forte que ecoa para o tempo presente.

A criação do novo Brasil só poderia ser feita a partir do clima político e social da época. Na nova constituição, aprovada em 1988, os direitos se fizeram valer, estabelecendo diretrizes de defesa da pessoa e aniquilando o ciclo de abusos do período anterior. A nova república foi criada com muita participação popular, negociações e negociações políticas e discussões acaloradas sobre o modelo de Brasil que seguiríamos. O momento, único, mostra a invenção de um novo país, não apenas politicamente. A sociedade brasileira também iniciou um ciclo de transformações internas. Os brasileiros passaram décadas sem ter voz e agora viam-se no meio de uma transformação acelerada que pretendia tornar o país moderno. Mesmo visando um ideal de modernidade, a violência é um dos fenômenos mais marcantes nesse processo.

Assim, o novo Brasil surge ao mesmo tempo em que a violência atinge seus índices mais dramáticos e correlaciona-los parece inevitável. Uma parte da população chegou a responsabilizar a própria democracia pelo aumento da violência, exigindo do estado uma ação também violenta para restaurar a paz.

O crescimento da violência em todo o mundo levou a uma reação por parte dos governantes de diversos países, que investiram recursos na área de segurança pública. A maneira como os recursos foram investidos espelharam uma concepção de criminalidade muitas vezes míope. A violência foi a resposta ao aumento da violência, concretizado no Brasil pelo aumento do número de policiais, armas e, principalmente, pelo uso sistemático e freqüente da violência. É o que se pode chamar viés autoritário, que expressa uma visão de criminalidade centrada na repressão dos indivíduos considerados perigosos.

A opção por essa via de ação só ocorre em detrimento de outra, orientada pela análise das raízes da criminalidade. Compreender tais raízes é trabalho complexo e específico



para cada localidade, dificultando a criação de políticas públicas eficientes. Porém, esta não é a via mais custosa, pois preferem políticas sociais de proteção, reformas na infra-estrutura urbana básica, fortalecendo o desenvolvimento das comunidades. Certamente é mais viável economicamente do que o caro modelo de mais policiais, mais prisões e mais armas a cada dia. Conforme Wacquant (1999) o aumento no investimento em segurança só foi possível com a diminuição dos investimentos em assistência social. A falta de eficiência dos investimentos nessa área fica evidente quando se descobre que o contrário também é verdadeiro.

O modelo de repressão violenta à criminalidade foi o adotado no Brasil, por diversas razões. O contexto local, que alia corrupção policial com enormes desigualdades sociais, adota a prática de repressão do crime pela violência. A barbárie empregada pelos agentes deve ter medidas mais ou menos estabelecidas, pois tem como principal objetivo impingir o pânico sobre os potenciais criminosos, onde quanto pior o crime, pior será a punição. E, apesar da ilegalidade da atividade, a frequência da pena capital é enorme.

Essa opção de política pública parece opor setores diferentes da população, gerando a categoria dos perigosos, freqüentemente associada aos pobres, negros e migrantes. O preconceito se funda numa visão míope da constatação de que a desigualdade social e a exclusão podem ser próprias para a geração de criminalidade. A presença/ausência do Estado pode ser determinante para a produção da criminalidade: policiais mais ou menos corruptos e violentos, investimentos em áreas carentes, política penitenciária, todas com impactos sobre os índices de criminalidade. Porém, a forma de gestão da segurança privilegia mesmo a repressão.

Quando diante dos graves e grotescos crimes expostos com frequência na mídia, muitos defendem que os criminosos devem ser punidos com violência ou mesmo com a morte. Mesmo quando exercido pelos meios legais, a necessidade de punição passa pelo viés da vingança dos crimes cometidos. A barbárie policial recebe apoio de setores significativos da população, além da anuência dos comandantes da segurança pública.

No estado de São Paulo a história da segurança no período democrático se inicia com a eleição de André Franco Montoro para governador, chegando até os dias de hoje. Em São Paulo, a segurança pública alternou momentos de crise aguda e importantes passos dados rumo a uma segurança pública que defenda, essencialmente, a cidadania. Por essa história passam políticas de humanização, truculência policial, transformações institucionais, entre outros. Ora seguimos por uma via, ora por outra, com notável impacto na redução dos índices de criminalidade a partir de 2001.

A análise de uma história da segurança assume um pressuposto de que a história recente do Brasil, em especial aquela que acontece a partir do período de estabelecimento da democracia, tem elementos determinantes para compreender o processo de produção e assimilação da violência na sociedade brasileira, dada sua transformação acelerada. A história da própria violência se confunde com a história da segurança pública, que traz impactos distintos e complexos para a população. As convicções e experiências pessoais, que refletem características próprias de cada localidade, misturam-se às informações veiculadas pela mídia e às políticas públicas, com todos os seus acertos e contratemplos, para produzir uma idéia de violência e criminalidade urbana.

Quais transformações a violência e a sensação de segurança são capazes de realizar no âmbito dos indivíduos e na sua capacidade de transformar a realidade? Para responder às questões de forma mais ampla, este trabalho se coloca num espaço onde a história, a política, a sociologia, a psicanálise, a estatística e a psicologia se encontram para explicar um fenômeno complexo. Muitas de suas limitações se justificam pela falta de diálogo entre as diferentes áreas. O atrevimento de valer-se de tantas áreas distintas justificou-se pelo multifacetamento do objeto de estudo, que permanece em muito desconhecido pela falta de instrumentos adequados de análise.

A pesquisa foi realizada no município de Assis - SP e teve como instrumento para a coleta de dados um questionário fechado composto de questões de múltipla escolha e uma parte com escala *likert*, em cinco níveis. As questões solicitavam informações a respeito de oito temas/eixos, todos tangíveis ao problema da violência. Os sujeitos foram entrevistados nas suas residências, pelo próprio pesquisador e outros entrevistadores treinados para tal fim.

A amostra foi composta por 251 sujeitos de todas as áreas da cidade, conforme o peso demográfico correspondente a cada setor. As diversas regiões da cidade foram agrupadas conforme características comuns para formar os setores de pesquisa que cobrem todo o município.

Os dados apontam que a punição corporal de adolescentes é bem tolerada pelos entrevistados, o que parece espelhar uma concepção de corpo como locus privilegiado da dor como ferramenta pedagógica. A relação observada entre o apoio à execução de presos e o uso da punição corporal reforçam essa interpretação.

A exposição à violência real se mostrou a variável com maior influência na transformação dos comportamentos frente à percepção da violência. A percepção subjetiva do aumento da criminalidade não levou os entrevistados a tomarem atitudes de defesa da violência.

Os jovens do município são os mais expostos à violência real, porém não foram encontrados indícios de que esta exposição maior tenha transformado crenças, normas, valores e atitudes frente à violência.

A exposição à mídia televisiva mostrou-se capaz de alterar a percepção da violência no próprio bairro, indicando também que a percepção dos níveis de violência observados nos programas televisivos atua como referente válido para dimensionar o tamanho do problema da violência na própria cidade.

No primeiro capítulo será abordada a construção do conceito de violência a partir de vários referenciais teóricos, como a psicanálise, a psicologia, a sociologia, entre outras áreas que, numa interpretação ampla, possibilitam a melhor compreensão da violência enquanto fenômeno multivariado e complexo. A interpretação realizada por Hannah Arendt sobre a violência, que funda uma nova tradição, ao opor as idéias de violência e poder, coloca o termo violência numa categoria diferente da utilizada por outros autores, pois reconhece a violência como mero instrumento de multiplicação do vigor individual.

No segundo capítulo, é feita uma discussão sobre o debate acadêmico a respeito da violência no Brasil. Aponta também características da sociedade brasileira que dão suporte a violações graves dos direitos humanos, como esquadrões da morte e linchamentos. Finalmente, introduz o tema da democracia e sua convivência com alarmantes índices de violência, no chamado paradoxo brasileiro, que inclui ineficiência da justiça, corrupção policial, violência policial e graves desigualdades sociais.

Ainda no segundo capítulo, é feita uma releitura das políticas públicas para a segurança e encarceramento, privilegiando a história da segurança de São Paulo a partir do ponto de vista dos secretários. Assim pretende-se mostrar o efeito das políticas de segurança sobre os municípios do interior, que receberam presídios, como resultado dessa política, o que transformou seu cotidiano.

Ao final, os aspectos metodológicos e resultados são os temas dos dois próximos capítulos, mostrando o instrumento utilizado na coleta de dados, os procedimentos envolvidos e a confrontação dos dados obtidos na pesquisa com outras pesquisas similares realizadas no país.

## 1 - O CONCEITO DE VIOLÊNCIA

A violência tornou-se objeto de grandes discussões a partir do começo da década de 1990 e seu debate foi ganhando cada vez mais amplitude atingindo um significativo número de trabalhos no princípio do século XXI. Muitas foram as discussões empreendidas, em vários planos: ONGs foram criadas; planos governamentais vigoraram por diversos períodos; um aumento na cobertura dos meios de comunicação pôde ser observado, além da mobilização de segmentos da sociedade civil. Tudo para combater a violência, reduzir a criminalidade e seus danos à sociedade. Segundo apontamento de Adorno (2003), um levantamento realizado pelo *Datafolha*<sup>1</sup> entre 1996 e 2000 indicou uma crescente na preocupação dos brasileiros com o tema da segurança.

A discussão acadêmica tomou vários formatos, conforme a diversidade das produções. Os vários formatos da violência foram frequentemente associados a diversos outros conceitos, como criminalidade, segurança, agressividade, defesa, proteção, resiliência, conforme a maneira como se olha para o objeto da violência. Pode-se dizer que “... a violência invadiu todas as áreas da vida de relação do indivíduo: relação com o mundo das coisas, com o mundo das pessoas, com seu corpo e sua mente” (COSTA, 1985, p. 9).

Mapear este conceito de maneira ampla é um trabalho muito complexo. Há diversos tipos e conceitos de violência em pesquisas das mais diversas áreas e, certamente, nenhuma delas obteve êxito na tentativa de definir o problema. O fenômeno da violência é multifacetado, polimórfico e complexo e, talvez, essas características constituam barreira para a sua conceituação.

A violência deve ser estudada em sua complexidade. As dificuldades, assim, não dispensam o desenvolvimento de uma definição clara e ampla a ser usada neste trabalho.

Oliveira e Guimarães (2006) pontuam com clareza o problema da definição ao afirmarem que “... não há consenso entre os pesquisadores quanto às causas que produzem a violência nem mesmo quanto fenômeno em si” (OLIVEIRA e GUIMARÃES, 2006). Assim os conceitos se diversificam, visando a abranger as características específicas que o fenômeno assume em cada área do conhecimento, conforme explica Costa:

---

<sup>1</sup> Para maiores informações, ver DataFolha, Segurança Pública, 10/ 3/2002, disponível em [www1.folha.uol.com.br/](http://www1.folha.uol.com.br/)

As definições dadas ao termo [violência] são sempre provisórias, operacionais e inferidas dos casos particulares, estudados em situações particulares. O leitor, por conseguinte, não encontrará nenhuma visão sistemática do fenômeno, onde definições prévias ou posteriores permitam isolar a essência da noção de suas formas empíricas ou contingentes (COSTA, 1985, p. 10).

Cada área do conhecimento, cada campo de saber reconhecido e constituído, com objeto recortável e analisável, tratará a violência de uma forma específica, conforme as suas necessidades, descrevendo a forma de violência com a qual está tentando lidar, seus impactos e suas possíveis soluções contingentes.

A definição de violência vislumbra uma concepção extremamente ampla de diversos fenômenos que ocorrem cotidianamente em diversos lugares do mundo e mesmo dividi-la em categorias é dificultoso. Fixar-se apenas em categorizações, portanto, seria pouco recomendável, pois

[...] é pouco provável que uma definição descritiva seja de grande valor para aqueles que empreendem pesquisas sobre a violência, no campo das ciências políticas, sociais ou do que chamamos a *peace research*, e que ela sirva para avaliar a validade de algumas hipóteses como aquelas mencionadas mais acima. Claro, uma condição de adequação descritiva é necessária nesse contexto também, mas ela não é suficiente (PONTARA, 2003, p.760).

Encerrar a discussão a respeito do conceito seria empobrecer as múltiplas visões que as diversas áreas do conhecimento humano utilizam para explicar o fenômeno, muitas vezes de maneira antagônica. Concluir a discussão leva ao estreitamento da concepção dos diversos fenômenos interligados e ao encerramento empobrecedor de certos olhares sobre o objeto. Por outro lado, é necessário que algumas intersecções entre os conceitos sejam feitas, para que uma visão mais ampla e geral seja possível.

Aparentemente o conceito de violência carrega consigo a idéia de ruptura de alguma integridade, seja ela da ordem social, do corpo, da mente ou até mesmo da própria existência dos indivíduos. Também carrega consigo uma questão praticamente insolúvel: a legitimidade e a justificativa dos atos violentos.

Outra idéia correntemente associada à violência é a de desordem. Seja no campo político, no campo da saúde ou da psicologia, todos enxergarão a violência como o ponto onde o ordenamento e as respectivas tentativas de estabelecê-la desaparecem.

Mesmo ordenar o conhecimento que já foi produzido acerca da conceitualização do fenômeno é também tarefa complexa. A quantidade de descrições é enorme, mesmo quando servem a necessidades próximas. Desta forma, consideremos a divisão conceitual criada por Minayo e Souza (1998):

Assim, muitas são as tentativas de explicação. De um lado estão os que sustentam que a violência resulta de necessidades biológicas, psicológicas ou sociais, fundamentando-se na sociologia ou na etologia, teorias que subordinam a questão social às determinações da natureza. De outro lado, estão os que explicam a violência como fenômeno de causalidade apenas social provocada quer pela dissolução da ordem, quer pela ‘vingança’ dos oprimidos, que ainda pela fraqueza do Estado. (MINAYO e SOUZA, 1998, p. 515).

Desta forma, a primeira questão que deve ser tratada é a origem da violência, que poderia esclarecer sua definição conceitual. O problema recai sobre uma antiga discussão empreendida há décadas por várias áreas do conhecimento, ou seja, a naturalização do comportamento violento. Em outras palavras: a violência faz parte da natureza humana? Tendo em vista as dificuldades já encontradas para o estabelecimento do conceito, imprimi-lo à natureza humana seria, *per si*, um contra-senso.

### 1.1- Violência e agressividade instintiva

A busca pela impressão da violência na “natureza humana”, neste trabalho, passará pela Bioetologia ou Etologia, ciência que estuda o comportamento animal, incluindo aí o homem, tanto isolado como comparativamente a outros animais. A etologia:

Tende a uma explicação causal dos comportamentos que se aproxima da escola behaviorista, mas difere desta pelo acento que coloca nos fenômenos concretos do comportamento, por uma concepção hierárquica das ações que é ao mesmo tempo uma recusa a recorrer exclusivamente aos reflexos condicionados (CARAM, 1977, p. 17).

A hipótese fundamental deste ramo da ciência, que vai ao encontro a muitas das concepções de agressividade e violência, especialmente as originadas nas chamadas “Ciências Humanas”, é que o comportamento de todos os animais é originado em atos instintivos. Trabalha apenas com observações que, muitas vezes, desenrolam-se na natureza. Seu fundador é o austríaco Konrad Lorenz<sup>2</sup>, que estudou principalmente o comportamento de gansos (CARAM, 1977).

---

<sup>2</sup> Konrad Lorenz (1903-1989) foi um zoólogo, psicólogo animal e ornitólogo austríaco. Foi diretor do Instituto Max Planck para Fisiologia do Comportamento de 1961 a 1973, ano em que foi vencedor do prêmio Nobel de Medicina por seus importantes trabalhos na área de etologia. Sugeriu que os animais são geneticamente propensos a aprenderem tipos específicos de informações úteis para a sobrevivência da espécie. Também descobriu que alguns comportamentos animais não podem ser explicados exclusivamente com base nas teorias behavioristas, pois eram fixos e independentes do meio.

A bioetologia trabalha o problema da agressividade criando quadros comparativos entre o comportamento humano e o comportamento animal. Aqui o problema da origem também é marcante, pois vários etólogos e zoólogos afirmam que a agressividade é um comportamento instintivo. Por outro lado, outros cientistas acreditam que o termo agressividade não se aplica aos animais, preferindo o termo “conduta aversiva”.

A filósofa alemã Hannah Arendt (1994), ao discutir a natureza da violência em seu célebre trabalho *Sobre a Violência*, afirma que o trabalho dos zoólogos não serve para análises de seres humanos, pois as comunidades não defendem territórios ou caças, os “povos lutam por pátria”. A autora freqüentemente recorre a guerras e revoluções como exemplos de suas explicações. Sua concepção de violência está tão fortemente marcada pela esfera do “político” que uma descrição baseada num âmbito fora deste escopo lhe parece vazia.

Da mesma forma, muitos pesquisadores de áreas afins da zoologia, etologia, entre outras, acreditam que a comparação do comportamento humano com o comportamento animal é o caminho errado para a interpretação. Argumentam que a comparação humano/animal estará sempre prejudicada pela necessária perspectiva humana do comportamento animal. Desta forma, tudo o que se pode conseguir, ao contrário de um quadro isento que se poderia esperar numa comparação, é a projeção antropomórfica da conduta humana à conduta animal (CARAM, 1977).

Nos ensinamentos da etologia de Lorenz (*apud* CARAM, 1977), a agressividade animal nunca o leva à degeneração violenta, sempre serve à defesa, à proteção ou à caça. Ao contrário do que se verifica no homem, nenhum animal visa ao extermínio dos membros da própria espécie.

[...] os animais nunca matam sistematicamente, por ódio, vingança, sadismo ou mesmo por rancor, posição social ou glória. Esta é uma prerrogativa do homem, porque é o único, entre os seres vivos, capaz de ataque não-programado e de provar o gosto pela destruição (CARAM, 1977, p. 21).

É justamente o interesse na aniquilação do outro que emerge nas guerras e revoluções, momentos em que a violência é um dos principais meios de ação. São momentos propícios para exteriorizar o sadismo e o rancor, num movimento de glorificação da desumanização. Também são fenômenos singulares, pois somente o intelecto humano tem condições de executar barbáries.

A experimentação do sadismo é um elemento de grande diferenciação entre homens e animais na comparação do comportamento de ambos. Muitas vezes, o sadismo é fruto de uma impulsividade, outras vezes, ele é fruto de intensa operação racional.

Acreditar que o comportamento violento e as manifestações de agressividade são fruto de uma ocultação da razão, pois, seria o mesmo que admitir que a violência é um indicador de desinteligência.

A história mostra como essa premissa não é verdadeira, pois foi com grande planejamento e apoio científicos que ocorreram diversos genocídios e etnocídios ao longo de décadas, em especial ao longo do século XX. A explicação naturalista, sozinha, não é capaz de explicar a violência em seus termos de agressividade. Contudo não podemos descartá-la, pois “é necessário enxergar no processo de atividade vital não a supremacia de uma esfera sobre a outra, mas a singular unidade dialética do natural, do individual e do social, do hereditário e do adquirido” (MINAYO e SOUZA, 1998, p. 517).

Neste sentido, a opinião de um psicanalista parece apoiar esta concepção por outros meios. Para o psicanalista Jurandir Freire Costa, não existe um instinto de violência, e sim um instinto agressivo. A violência não é ação irracional e, quando o é, não consegue coincidir com os instintos<sup>3</sup>. Não se pode confundir emoção e os atos movidos por ela, nem entendê-los como atos irracionais.

A violência é irracional quando e porque se dirige a objetos substitutivos, na acepção psicanalítica do termo. Haveria a violência racional e irracional, e na primeira não há um instinto de agressividade. Se ela pode ser dirigida a objetos substitutivos, ela é derivada do comportamento racional, ou a ‘racionalização’ da violência irracional exprime uma moção inconsciente. Na primeira hipótese a origem racional da violência é clara, na segunda, a violência é irracional (inconsciente). (COSTA, 1985, p. 30).

A discussão da racionalidade/irracionalidade da violência não pode sugerir que uma explicação baseada apenas na descrição do funcionamento dos instintos seja suficiente, o que implicaria num reducionismo simplificante. Numa análise da Biologia Social, Minayo e Souza (1998) afirmam que:

---

<sup>3</sup> Segundo o *Vocabulário de Psicanálise* (1975) de Laplanche e Pontalis, instinto (em alemão *instinkt*, em inglês *instinct*) seria um “esquema de comportamento herdado, próprio de uma espécie animal, que pouco varia de um indivíduo para o outro, que desenrola segundo uma seqüência temporal pouco suscetível de alterações, e que parece corresponder a uma finalidade”.



Em outras palavras, a biologização dos fenômenos e processos sociais se fundamenta na crença de que os ritmos biológicos (muito mais lentos) e os sociais (muito mais dinâmicos) são fatalmente incompatíveis. Os indivíduos seriam geneticamente incapazes de se adaptar aos ritmos precipitados e às mudanças qualitativas do desenvolvimento social e tecnológico da sociedade industrial e pós-industrial, alternando-se, em consequência, os mecanismos humanos de adaptação psíquica e psicobiológica. O ser humano seria, então, por natureza, anti-social, e as questões de conflito e luta resultariam de sua tendência irrefreável e 'biológica' ao domínio dos outros (MINAYO e SOUZA, 1998, p. 516).

Desta forma, a primazia da definição biológica não pode ser sustentada sob o risco de encerrar a discussão prematuramente. Por outro lado, a etologia não pode ser descartada, pois é capaz de contribuir com três avanços principais na compreensão do conceito:

1º - Recusar a idéia de que o comportamento agressivo denigre o homem em direção a uma bestialidade, em um “eclipse da razão”, onde o homem reduz-se à sua esfera animal. As maiores matanças da história ocorreram por sistemático, bem organizado e programado aparelho de destruição que somente a razão poderia conceber. “A violência, sendo instrumental por natureza, é racional à medida que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la” (ARENDDT, 1994, p. 57). Ou seja, a violência não é uma bestialidade, ao contrário: está a serviço da razão e da inteligência humanas;

2º- Reservar ao homem o que se poderia chamar de “privilégio da violência”, concebida como um fenômeno tipicamente humano, ressaltando, assim, elementos que diferenciam os homens dos animais, como organização complexa, linguagem, sadismo, e outros. A etologia contribui de forma política para a constituição do conceito, retirando a violência como conduta natural do homem como animal, nos indicando que a violência humana é de outra ordem. Ao contrário da conduta aversiva, a violência é um conceito político, digno dos negócios humanos;

3º - Encarar a violência como comportamento próprio de seres humanos, privilegiando as pesquisas realizadas pelas ciências humanas, em seus mais diversos segmentos que descrevem e explicam os fenômenos sociais, como a psicologia, as ciências sociais e a economia, entre outras.

Apesar de muitos autores colocarem em lados opostos a psicologia e a sociologia, ambas as áreas do conhecimento são importantes na compreensão da violência, pois nenhuma delas é capaz de compreender totalmente o fenômeno. Neste sentido, Minayo e Souza (1998)

sugerem que “só considerando a subjetividade, podemos compreender por que em uma mesma família um membro opta por comportamentos violentos e outro não” (MINAYO e SOUZA, 1998, p. 526).

Surge, assim, a necessidade de compreender a emergência dos mecanismos individuais de tolerância e propagação do comportamento violento, sem privilegiar uma explicação biologizante e sem esquecer a influência do meio e da dinâmica social sobre os indivíduos.

## 1.2- Contribuições da Ética e da Filosofia Moral

A área da Ética e da Filosofia Moral também pode trazer importantes contribuições, que se unirão às perspectivas psicológicas, sociais e outras. Nesta área do conhecimento, a violência também está posta como pertinente a diversas disciplinas simultaneamente:

A violência também coloca problemas relativos à psicologia e à psicologia social, por exemplo, aquele de saber se a propensão à violência é inerente à natureza humana e como controlá-la graças a meios educativos determinados. A violência suscita ainda problemas de natureza normativa concernentes à legitimidade e, mais recentemente, à sua eventual justificação [...], ligados a questões da competência do direito e da ética e, de maneira mais geral, da filosofia moral (PONTARA, 2003, p. 758).

Podemos observar a grande preocupação desta área quanto à naturalização do fenômeno, da sua legitimação e da justificação propondo a necessidade de se retirar a violência do campo das necessidades humanas inalienáveis para discuti-la no campo ético e moral. Sua legitimação e justificação constituem o problema seguinte de uma disciplina, livre das preocupações biológicas, que mira-se nos valores que norteiam o comportamento dos seres humanos. Assim incorporamos sua contribuição no conceito, afirmando que:

Para que haja violência, no sentido em que nós a entendemos, é preciso que uma ou várias pessoas possam ser definidas, individual ou coletivamente, como autoras da violência e outras como vítimas (PONTARA, 2003, p.758).

A segunda grande contribuição da Ética e Filosofia Moral a este trabalho é a dissociação das idéias de violência, poder e coação, frequentemente tratadas como sinônimos, como em Chauí (1985):

[...] em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a falta de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (CHAUI, 1985, p.35).

Certamente que a exploração de uma assimetria é uma via muito propícia para a execução de uma violência. Porém, para fins de definição da violência, nem todos os atos cuja diferença seja explorada pode ser denominada violência, especialmente quando a força física não é utilizada. O interesse é na separação das idéias para que o fenômeno da violência perca um pouco de sua heterogeneidade, facilitando o estudo de uma gama muito variada de possibilidades. Assim

O essencial do que foi dito até aqui é que, do ponto de vista normativo quanto teórico e descritivo, a coerção é uma condição necessária da violência. Mas ela não é uma condição suficiente: todo ato violento é obrigatoriamente um ato de coação; é muito menos plausível afirmar (como o fazem alguns anarquistas) que todo ato de coerção é violento. Afinal, também na linguagem comum as noções de coerção e de violência estão separadas (PONTARA, 2003, p. 761).

Este autor ilustra seu pensamento com um exemplo: duas nações hipotéticas e em situação de guerra. Se um dos dois grupos, de alguma maneira, consegue reduzir ou destruir a quantidade de alimentos, medicamentos ou matérias-primas disponíveis para o consumo da comunidade inimiga, estará forçando-os a aceitar uma dominação baseada num potencial risco para a própria existência. Este seria um ato de coerção, porém entendemos, para os propósitos deste trabalho, que não se constitui também um ato de violência.

Esse jogo de poderes é certamente abominável do ponto de vista moral, assim como também o é a violência. Porém ao aplicar à violência o estigma de qualquer ato detestável é ampliar enormemente as possibilidades da idéia, dificultando sobremaneira estudos sistemáticos do fenômeno. Devemos evitar atribuir a qualquer fato negativo a alcunha “violência”. O conceito permanece subjetivo para a maioria dos pesquisadores, valendo-se mais de um senso comum, do que das referências estabelecidas. Para muitos deles, talvez sua maioria, coerção e violência estão unidos sem qualquer reflexão, porém entendemos que, aqui, deve-se distingui-los.

É necessário recortá-los para que se estabeleça um conceito aplicável a uma metodologia de pesquisa adequada aos interesses do pesquisador. Ao observar esta dificuldade, Minayo e Souza (1998) pontuam que:

A opção por uma via que articula teoria, método e estratégias de ações se deve à especificidade do objeto 'violência', tão difícil de ser abordado pelas formas convencionais de conhecimento em razão da carga de ideologia, preconceito e senso comum que o acompanha. (MINAYO e SOUZA, 1998, p. 514).

Assim a opção por uma concepção de violência como ato contra o corpo se faz condizentemente com a metodologia adotada, que enxerga o corpo como o alvo da punição violenta e das concepções acerca sua integridade.

Outra contribuição da Ética e da Filosofia Moral se refere aos efeitos da exposição prolongada à violência por certas camadas ou grupos sociais, hipótese que recebe respaldo em outras pesquisas. Estudos em psicologia parecem indicar que a tensão constante da violência pode tornar os indivíduos mais tolerantes a ela<sup>4</sup>. Segundo Pontara,

A utilização sistemática e programada dos métodos de luta violentos tende sempre a tornar mais brutal aquele que os emprega [...] à medida que a violência cresce, esse processo de adaptação à violência leva aquele que a emprega a aceitar formas cada vez mais extensas da mesma, que ele teria preferido evitar no começo do conflito (PONTARA, 2003, p. 759).

Incorre-se desta maneira no que chamamos "banalização da violência". Esta pressupõe que os indivíduos adquirem uma tolerância que advém do contato contínuo com atos violentos, ainda que de forma indireta. Contudo, estes conceitos serão mais bem trabalhados em outras seções do trabalho.

Entendemos, por conseguinte a essa idéia, que a população civil exposta intensamente, ou pelo menos de maneira ilusória, à violência urbana sistemática, tende a estabelecer métodos parecidos para a própria defesa. A violência, nesse caso, alimenta-se do medo que o sujeito desenvolve diante da ameaça constante à própria vida, da vida dos entes queridos e aos próprios bens materiais.

O medo está sendo alimentado por diversas fontes de origens distintas e, por vezes, não relacionadas entre si. Este trabalho funda-se em hipóteses relacionadas à sensação de insegurança e que serão explicadas mais detidamente adiante.

Pontara (2003), a seguir, nos traz outra contribuição: a de que o recurso à brutalidade acompanha um processo de desumanização do adversário. Esta interessante concepção, em que a violência altera a percepção do indivíduo em relação ao mundo real cria um tipo de paranóia<sup>5</sup> contra um inimigo que é colocado na posição de objeto.

---

<sup>4</sup> Ver: CARDIA, 2003.

<sup>5</sup> Paranóia, neste caso, não se refere à concepção psiquiátrica.

Para induzir os indivíduos a utilizar eficazmente determinados métodos de luta violenta, é preciso fazer com que esses adiram a uma imagem desumanizada e estereotipada do inimigo, como se o inimigo se compusesse de indivíduos desprovidos de qualquer qualidade humana superior, que pudessem ser tratados como simples objetos (PONTARA, 2003, p.759).

Essa paranóia pode ser observada nas populações urbanas expostas a grandes níveis de violência, de criminalidade e de fragmentação das relações interpessoais. Cardia (1999) realizou uma grande pesquisa em relação a normas, crenças, valores e atitudes tomadas por habitantes de dez capitais brasileiras. Ao analisar seus dados, a autora revela que os indivíduos modificam comportamentos pelo receio à violência, e que:

[...] quando a violência é percebida como praticada por pessoas da comunidade ou ligadas a elas, aí sim a violência teria um efeito de fragmentar a comunidade, trazendo suspeição e o distanciamento das pessoas. (CARDIA, 1999, p. 33).

Porém, o estudo de Cardia (1999) indicou que mesmo nos bairros mais expostos à violência, os entrevistados revelaram-se integrados com suas comunidades e vizinhanças. Por outro lado, a identificação parece tender a se elevar, conforme aumenta a idade, sugerindo que a violência no bairro pode ter um impacto não homogêneo sobre os sujeitos. Os mais jovens, vítimas mais frequentes da violência, compõem o grupo que percebe uma integração menor com o local onde vivem quando comparados com os mais velhos (CARDIA, 1999).

### 1.3- Violência e psicanálise

A concepção psicanalítica de Birman (2001) sobre a violência corrobora a relação estabelecida entre violência e o que ele nomeia “esvaziamento das relações interpessoais”, porém de forma diversa dos dois autores anteriores, Cardia e Pontara.

Se para estes o esvaziamento se deve à exposição à violência e a crescente tolerância com seus métodos, para o psicanalista a origem deste vácuo no afeto entre os indivíduos não está na exposição à violência, e sim no florescimento do sistema capitalista. O desenvolvimento de tal sistema econômico corroboraria o egoísmo e o narcisismo para explorar as relações de consumo. Esta análise requer calma.

Sob influência do livro *A Sociedade do Espetáculo*, de Guy Debord, Joel Birman afirma que os destinos dos desejos contemporâneos são exibicionistas e autocentrados, onde

“o horizonte intersubjetivo se encontra esvaziado e desinvestido das trocas interhumanas” (BIRMAN, 2001, p.24). O sujeito do espetáculo só enxerga o outro como objeto que pode ser usado, manipulado e descartado de acordo com a quantidade de gozo físico e psíquico que este lhe proporcionará.

Birman (1997) tenta costurar os conceitos de ‘sociedade do espetáculo’ e ‘cultura do narcisismo’. Nas sociedades atuais, afirma, a sociabilidade resulta da exaltação do eu e da estetização da existência realizadas pelos indivíduos. O sujeito passa a ser dominado pela preocupação com a performance, e seus gestos permanecem voltados para a sedução do outro., que é apenas um objeto predatório para o gozo e o enaltecimento do eu. No universo do espetáculo realiza-se, então, a captura narcísica do outro. Ser e parecer se identificam no discurso narcísico, subvertendo o verdadeiro e o falso, o original e o simulacro. A sociabilidade é antiplatônica, pois o sujeito perde a interioridade à medida que ganha exterioridade, numa cultura em que se exalta desmesuradamente o eu (MINAYO e SOUZA, 1998, p. 527).

Ocorre um esvaziamento da solidariedade, como resultado de um autocentrismo consumista que visa à própria satisfação. Hegel, de acordo com Minayo e Souza (1998), ampara esta afirmação, pois defendia que a violência faz parte da racionalidade histórica das sociedades e da origem das consciências. O movimento de reconhecimento do outro passa por uma negação deste pelo eu (MINAYO e SOUZA, 1998).

A desumanização do adversário presente nas guerras e revoluções vale-se do mesmo mecanismo psicológico da violência na concepção de Birman (2001). Ela encontra lugar onde a relação dos indivíduos está abalada ou subvertida a tal ponto que estes se tornam objetos. A violência, apesar de sua marco exclusividade em humanos, serve a uma desumanização. Na mesma esteira, encontramos o sadismo, a crueldade, a indiferença, entre outros. O contrário da afetividade é a indiferença.

Sobre este ponto, entendemos que o processo de desumanização proporcionada pela violência tem impacto negativo sobre sua capacidade de fraternidade e solidariedade ao tornar o outro objeto para seu próprio gozo. Numa concepção ampliada, que transita do micro para o macro, a desumanização serve também a uma fragmentação do tecido social, no processo de fragilização dos laços fraternais que unem as comunidades.

Há determinadas teorias, por sua vez, que propõe o exato oposto a esta última conclusão. Certos autores entendem que é a violência que figura no cerne da civilização, desde suas bases de funcionamento até na sua fundação. Freud foi um desses teóricos.

O pai da psicanálise concorda com a idéia da violência na gênese da cultura e civilização e o faz em vários pontos de sua obra. Na verdade, o instinto de agressividade tem

tanta importância no pensamento psicanalítico que este divide com a pulsão sexual a primazia da vida psíquica e raramente podem ser encontrados dissociados<sup>6</sup>.

Motivado por uma carta de Einstein, Freud inicia uma discussão sobre a importância da violência na origem das “hordas primitivas”. A carta é escrita devido a uma ansiedade do físico alemão em relação ao futuro da humanidade. Notório pacifista e feroz combatente das armas de destruição em massa, ele temia as múltiplas possibilidades de autodestruição da raça humana devido ao grande desenvolvimento da indústria armamentista, em especial a bomba atômica.

O Nobel de Física inquire o “pai” da Psicanálise a respeito dos motivos da existência das guerras, pois tem a esperança de que, caso se compreenda o mecanismo dessa violência, seja talvez possível desenvolver um método que consiga livrar a humanidade desta ameaça. A resposta de Freud (1984) certamente não foi a que o cientista desejava receber.

Em primeiro lugar, o psicanalista não enxerga nenhuma importância na discussão. Segundo seu editor inglês, Freud considerou a discussão vazia. Diz a nota que “Freud não ficou propriamente entusiasmado com o trabalho e qualificou-o como discussão enfadonha e estéril” (FREUD, 1984, p. 238).

O motivo do desinteresse provavelmente advém da sua idéia de que a violência é, junto com o afeto entre os membros da comunidade, um dos pilares do funcionamento da sociedade, muito de acordo com sua teoria das pulsões. Por esse motivo, Freud reescreveu a pergunta fundamental da carta de Einstein duas vezes. A questão original, “Por que a Guerra?”, converte-se na questão “Por que a violência?”. Para o psicanalista as duas questões tinham a mesma gênese e suas respostas estavam completamente interligadas.

Com base na teoria e métodos psicanalíticos, Freud constrói uma concepção de guerra, violência e sociedade diferentes da de Einstein, espelhando um pessimismo vindo de um teórico que também se considerava pacifista. Desta forma o psicanalista converte a questão novamente, transformando-a numa perturbadora: “Por que a paz?”.

Para Freud havia o domínio da violência antes da emergência da civilização, pois “no início, numa pequena horda humana, era a superioridade da força muscular que decidia quem tinha a posse das coisas ou quem fazia prevalecer sua vontade” (FREUD, 1984, p. 246).

---

<sup>6</sup> Segundo Brenner “o impulso agressivo nada mais é que o sinônimo daquilo que chamamos comumente de agressividade, assim como o impulso sexual o é do desejo de uma relação sexual” (BRENNER, 1969, p.19-20). O mesmo autor esclarece, contudo, que não podemos confundir o impulso agressivo como comportamento agressivo, e sim como uma pulsão do funcionamento psíquico normal que por vezes atua em conjunto com a pulsão sexual dirigido ao mesmo objeto.

A violência coercitiva seria, desta forma, uma das molas propulsoras da vida social. A mudança da ordem advinha de uma assimetria de um indivíduo sobre os outros, que consegue impor sua vontade através da força. Na obra de Freud, a violência aparece em dois contextos. Primeiramente, está vinculada a uma agressividade instintiva e é uma via de satisfação desses impulsos, sem que o instinto puro emerja.

Por conseguinte, toda a ciência empregada pelo homem na construção de armas e formas de agressão seriam racionalizações originadas de um mesmo impulso agressivo, que divide com o instinto sexual o controle do aparelho psíquico.

A partir do momento em que as armas foram introduzidas no cenário da resolução dos conflitos humanos, a superioridade intelectual já começou a substituir a força muscular bruta. A arma possibilita ao indivíduo mais fraco uma vantagem por vezes letal sobre o indivíduo mais forte. A tecnologia armamentista pode conferir ao exército menor uma capacidade de combate multiplicado. Este fenômeno pôde ser observado em inúmeros momentos da história.

Mas o objetivo final da luta permanece sempre o mesmo — uma ou outra facção deve ser compelida a abandonar suas pretensões ou suas objeções ou a negociar baseado nos resultados do embate, por causa do dano que lhe havia sido infligido e pelo desmantelamento de sua força.

Em um outro momento, a violência aparece na obra do psicanalista como instrumento de resolução de conflitos de interesses. É com vistas nessa característica da violência que Freud responde à carta de Einstein. A violência bruta das primeiras ordens primitivas é substituída por outra forma de organização, um caminho elaborado pelo intelecto, e sustentado pela ameaça ao uso de violência.

Penso ter sido apenas um: o caminho que levava ao reconhecimento do fato de que à força superior de um único indivíduo, podia-se contrapor a união de diversos indivíduos fracos. *‘L’union fait la force.’* A violência podia ser derrotada pela união, e o poder daqueles que se uniam representava, agora, a lei, em contraposição à violência do indivíduo só (FREUD, 1985, p. 248).

O uso da violência passa a ser racionalizado a partir de um eixo organizador comum. Apenas uma legitimação da violência, estabelecida pela união de vários membros, teria a força necessária para suplantar a de um único indivíduo e, assim, procurar meios mais pacíficos para a resolução dos conflitos, por intermédio dessa força maior, capaz de aniquilar a todos.



Em *Totem e Tabu*, observamos a teoria freudiana para a origem da organização primitiva. O *pai primevo*, devido à sua superioridade física, subjugava seus filhos e não os permitia ter acesso às mulheres do grupo, obrigando-os a abstinência sexual. Nenhum dos filhos possuía, sozinho, a força necessária para subjugar o pai. Descubrem que, uma vez unidos, não poderiam ser derrotados por seu gerador numa luta. Desta forma, unem-se para assassinar o *pai primevo*.

Como consequência do parricídio, emerge entre os irmãos um enorme sentimento de culpa. Eles alimentavam diversos sentimentos para com o pai, variando entre dois extremos: amor e ódio ou desejo de destruição. Para solucionar os desacordos criam um “instituto” em que eliminaria a necessidade de violência na solução de conflitos, instituindo uma força superior que os controla. Estariam aplicando a si mesmos novamente a lei do pai, agora tornado uma força além do alcance de todos na tribo. Este é o Totem.

Muitos dos povos primitivos possuem um totem em seu universo cultural, cuja força supera a de todos na comunidade, e que os remete aos seus antepassados. Assim, o totem opera de duas formas: controlando a comunidade através de seu poder e fortificando os laços entre seus indivíduos, devido à identificação deles para com o Totem. Quem ferisse a ordem estabelecida nessa fundação do totem sofreria a vingança da comunidade. Desta forma, retornando à carta de Einstein e Freud,

As guerras somente serão evitadas com certeza, se a humanidade se unir para estabelecer uma autoridade central a quem será conferido o direito de arbitrar todos os conflitos de interesses. Nisto estão envolvidos claramente dois requisitos distintos: criar uma instância suprema e dotá-la do necessário poder. Uma sem a outra seria inútil (FREUD, 1985, p. 249).

A guerra só será evitada se houver uma autoridade capaz de arbitrar os conflitos de interesses. A autoridade se fundamentaria numa lei apoiada na união de uma comunidade ou grupo de nações, que se oporia à violência de um indivíduo ou nação. A união dessa maioria deve ser duradoura.

É também necessário que essa comunidade se organize para regular os “atos legais” da violência, ou seja, seu uso legitimado, pois a comunidade dos homens se mantém unida por duas vias: a força coercitiva da violência e os vínculos emocionais entre seus membros. Uma violência legal que garante a unidade da civilização na medida em que pode ser usada contra aquele que se levantar contra essa coesão.

A violência legal, em oposição à ilegal, ou seja, praticada por agentes não-autorizados, seria a única violência tolerável, visto que ela possibilita o funcionamento do

grupo/comunidade. Isso se deve à geração de poder coercitivo suficiente para manter a ordem social.

Discordamos em parte de Freud, como se verá mais detalhadamente adiante, pois entendemos que, se a violência é necessária para a manutenção da coesão, esta não é uma coesão verdadeira, e sim artificializada pelo poder da autoridade superior. O grande desenvolvimento tecnológico das armas, das estratégias de guerra, de espionagem, entre outros, pode conferir enorme vantagem sobre um pequeno grupo que passa a controlar a comunidade maior.

O poder se exerce pela ação conjunta dos indivíduos, que compartilham do mesmo objetivo. A necessidade da violência é a mera imposição assimétrica da capacidade de ação e da vontade de quem detém os meios necessários e escapa à idéia de união e fraternidade entre os membros, pois a violência serve, entre outras coisas, à coação do outro.

#### 1.4- Fala do crime, corpo e coação

As vítimas, por sua vez, não têm condições de avaliar objetivamente o risco em diversas ocasiões, suscitando o medo por vezes em nível irreal. Esse critério, por ser subjetivo, pode ser ainda deturpado por fenômenos paralelos à violência, como a mídia, os amigos, a família, entre outros. As crenças, valores e normas das vítimas afetarão o receio da vitimização.

A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. Essa criminalização simbólica é um processo social dominante e tão difundido que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo, ainda que ambigualmente. (CALDEIRA, 2000, p.10).

Assim a sociabilidade e a organização da cidade sofrem transformação baseadas nas estratégias individuais de proteção à violência. A arquitetura das casas se modificou nos últimos anos, predominando agora muros altos, proporcionando a criação dos verdadeiros enclaves fortificados em que se transformaram certos residenciais (CALDEIRA, 2000). Mais ainda, certos bairros passam a ser evitados (SOARES, 2007), os espaços públicos se esvaziam e surge a possibilidade da criação de uma “cultura da violência”.

A vida cotidiana e a cidade mudaram muito por causa do crime e do medo, e isso se reflete nas conversas diárias, em que o crime tornou-se um tema central. Na verdade, medo e violência, coisas difíceis de entender, fazem o discurso proliferar e circular. A fala do crime – ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates, brincadeiras que têm o crime e o medo como tema – é contagiante. (CALDEIRA, 2000, p.27).

O psicanalista Jurandir Freire Costa (1985), numa análise que muito se assemelha à de Birman (2001) e baseada também em Lasch (1987), defende que há um correlato individual para o que ele chama de cultura da violência, chamada de cultura narcísica. Nesta, a imagem egóica tem como característica uma reclusão narcísica devido à violência externa. Como resultado, desenvolve-se uma conduta dissolvente do convívio e da sociabilidade, pois “a ausência de ideais contribui para fazer emergir miragens do ego, próprias da dinâmica do narcisismo, destinadas, sobretudo, a assegurar a autopreservação a qualquer preço” (MINAYO e SOUZA, 1998, p. 527).

O corpo da vítima parece ser o principal ponto de apoio da percepção da violência. O receio do que poderia suceder ao corpo numa situação de agressividade sustenta uma série de atitudes defensivas de diversas ordens. A mais importante dessas atitudes é a agressividade contra outro que possa representar, ainda que imaginariamente, uma ameaça. A violência se dissemina apoiada nessa estrutura, numa espiral descendente de agressões.

A violência ganha novos ares importantes para a compreensão de seu conceito quando o fator “corpo” é incluído na análise. O medo do efeito da violência na vítima, e que determina sua atividade contra ela, é fruto de um medo de um ato contra o próprio corpo, do medo de que o corpo seja aniquilado, destruído ou mutilado.

Por sua vez, Stoppino (2000) passa a determinar o conceito de violência a partir da perspectiva do corpo vítima de uma interdição. Dessa forma, a definição conceitual utilizada serve como ponto de partida para a análise da percepção da violência. O corpo em risco, real e irreal, é produzido pela percepção da violência e a partir dela transforma o cotidiano. Na definição de Stoppino (2000):

A intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo). Para que haja violência é preciso que a intervenção física seja voluntária [...] a intervenção física, na qual a violência tem por finalidade destruir, ofender e coagir (STOPPINO, 2000, p. 1291).

Stoppino tem como mérito a separação dos objetivos da violência a partir das circunstâncias as quais podem se aplicar dentro do recorte que realiza. A intervenção física danosa, para Stoppino, serve a três propósitos: *ofender*, *destruir* e *coagir*.

O autor nos indica que *ofender* deve estar colocado no sentido moral que a violência pode exercer nos envolvidos. Dois sentidos podem ser assumidos: um negativo e outro positivo. O sentido negativo se aplica à vítima e o positivo confere confiança ao agressor no ato de dominação.

O objetivo de *destruir* é, como numa guerra, demonstrar ao outro seu poder de aniquilação e, assim, obter uma vantagem determinada qualquer. Nesse sentido, a violência destrutiva também coage porque leva os grupos envolvidos a agirem de determinada maneira de acordo com as circunstâncias.

A *coação* pode ser encarada em situações em que a assimetria das forças leva o indivíduo mais forte a forçar ações de seus inimigos constringidos pela dor, como a tortura de um opositor que visa a uma confissão ou delação. Existe uma assimetria de forças entre agressor e agredido e é só na exploração dessa diferença que o ato violento pode-se constituir.

Porém, estabelecer o conceito de violência a partir dessa premissa é um erro. Não se pode concordar com a idéia de que a existência de hierarquia entre certos indivíduos seja sempre uma violência, pois desta forma não atenderia a certas condições colocadas a respeito do conceito de violência, como “ato contra o corpo” (STOPPINO, 2000).

Vale explicar que o sentido da violência atribuído aqui serve ao recorte dos atos violentos a ser utilizado neste trabalho. Não se excluem da idéia de violência outras ações que não se dirigem ao corpo, porém neste trabalho o recorte da violência como ação contra o corpo é condição necessária para o estabelecimento do conceito e, em seguida, do conceito.

Stoppino ajuda a esclarecer a questão da relação hierarquia/violência quando afirma que:

Devem, porém, distinguir-se da Violência as relações de poder coercitivo que se baseiam em sanções diferentes da força: por exemplo, um prejuízo econômico, a retirada do afeto de uma pessoa amada, a destituição de um cargo, a retirada do respeito de um grupo de amigos ou colegas, etc. Em relação a esses tipos de poder coercitivo, fala-se muitas vezes de Violência, assim como se fala, algumas vezes de Violência referindo-se à manipulação [grifos do autor] (STOPPINO, 2000, p. 1292)

Sendo necessário, desta forma, diferenciar muito bem os conceitos que, apesar de envolvidos e interligados, são diferentes e assim se deve tratá-los. Todos esses conceitos devem ser diferenciados da órbita da idéia comum de violência.

Usualmente, o termo está associado a qualquer impedimento da liberdade de agir, devido à ligação corrente com a idéia de coação. Por vezes, podem-se observar sujeitos afirmando que o fato de não poderem entrar num auditório já lotado é uma violência ou que o

fato do lixeiro não passar recolhendo o lixo das ruas aos domingos é outro tipo de violência. Esta não pode ser confundida com qualquer interdição do desejo.

Pretendemos, por outro lado, distinguir a violência das outras ações de interdição a partir da origem do medo da violência, que é o dano sobre o corpo. Utilizamos este critério porque é desta forma que o sujeito reage ao elemento da violência e, como consequência, reconhece a sua existência e estabelece as bases para a dinâmica das reações – e, como resultado, as transformações que ocorrem em diversos níveis – aos eventos violentos.

Assim, a concepção de violência adotada no trabalho permite que as variáveis analisadas possam indicar os impactos da violência na vida cotidiana e nas crenças da população. Assim, compreender a percepção da violência torna-se sinônimo de ajudar a entender a dinâmica da fala da violência na cidade e algumas das transformações que ela causa.

A violência transforma a sociedade – podendo até destruí-la –, porém foi amplamente utilizada historicamente por ela. A violência há tempos é instrumento de dominação e os abusos cometidos pelo uso desse recurso atingiram níveis sem paralelo durante o período do nazismo na Alemanha, momento em que a vida humana foi absolutamente reduzida a coisa e, em seguida, imersa numa lógica burocrática de destruição em massa.

No mesmo século do nazismo, mesmo após sua derrota, a violência foi ainda aclamada pelos líderes das esquerdas em todo o mundo como instrumento de libertação. A violência ditou a história do século XX, momento em que foram criados o genocídio, armas de destruição em massa, inclusive a bomba atômica. A filósofa alemã Hannah Arendt afirma que a guerra fria embruteceu as gerações do pós-guerra devido à banalização do medo e da violência, fruto da ameaça constante da destruição total que o armamento atômico poderia trazer.

Em nenhum outro momento da história a violência atingiu níveis tão alarmantes. Mesmo diante dessa constatação, Hannah Arendt não cedeu à tentação de concluir que a violência é a mola mestra da sociedade. Ao contrário, analisou os eventos violentos desse extraordinário século XX e defendeu que a violência não passa de um instrumento.

### 1.5- Poder e violência: a contribuição de Hannah Arendt

A filósofa alemã conservava a concepção de que um conceito só poderia emergir, em verdade, apenas se for investigada a sua origem. Os conceitos guardam consigo, segundo a autora, ecos de sua própria origem. Para a autora, segundo Duarte (1994),

[...] a História, enquanto tal não existe, ela não se repete nem segue um curso retilíneo e unidirecionado, mas compõe-se de eventos singulares que constituem rupturas e re-surgimentos em meio à continuidade (DUARTE, 1994, p.83).

Assim, sua análise sente-se livre para transitar entre o passado e o futuro, para recolher conceitos e fragmentos dotados de uma singularidade que se tornam significativos para o presente. Os eventos do passado, suas experiências e sua história, podem atribuir sentido aos eventos contemporâneos, são os ecos de um passado que insiste em falar no presente. Conforme Duarte (1994):

Um dos pressupostos dessa *démarche* conceitual é o de que é possível isolar certos 'traços duráveis' da condição humana, os quais perdurariam em relação a todas as transformações históricas e, portanto, forneceriam a base para o reconhecimento de certos traços também duráveis da atividade política [...] (DUARTE, 1994, p.83).

Para Arendt, por terem a mesma função, poder, vigor, força, autoridade e violência são frequentemente tomados como sinônimos, sustentando a idéia de que violência e poder ligam-se à idéia de governo, pois este só se faz com relações de dominação.

Hannah Arendt pontua que ambos os lados da esfera política, direita e esquerda, concordam: “[...] a violência é tão somente a mais flagrante manifestação do poder” (ARENDR, 1994, p. 31). A autora defende que a mistura é uma injustiça. Devem-se dissociar as idéias *poder e violência*.

Conforme já analisado em outro momento, diversos autores defendem a idéia de que é a violência que rege o funcionamento da sociedade e da cultura, através de seu monopólio, exercido pelo Estado e seus dirigentes, modernamente, ou de outras formas conforme o regime político<sup>7</sup>. Arendt já alertou para a confusão dos termos em 1961, em sua obra *A Condição Humana*.

Vários autores corroboram esta idéia, como Freud, Hobbes, Benjamin e Weber (COSTA, 1985). Segundo eles, cada qual com suas especificidades, a violência legal estabelece o poder que rege a ordem do Estado. Entendemos que este ponto de vista está

---

<sup>7</sup> Para um esclarecimento do uso da violência pelos regimes políticos no ocidente ver FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**, São Paulo: Graal, 2002.

equivocado, concordando com a interpretação de Costa (1985) a respeito das idéias de Hannah Arendt (1994), principalmente em seu texto *Sobre a Violência*, escrito no período entre 1968 e 1969, quando estavam em curso momentos violentos da história do século XX, como a Guerra do Vietnã e momentos culturais significativos, como o “Maio de 68”, na França e a questão dos negros nos EUA.

Arendt reluta em associar violência com o poder ou com o Estado [...]. Desta maneira, recusa toda tradição anterior em equacionar o poder político com a organização dos meios de violência e o consenso em aceitar que a violência é a mais flagrante manifestação de poder (OLIVEIRA E GUIMARÃES, 2006, p. 14).

Inicialmente vamos tratar da origem da violência para autora, no seu sentido natural.

Nem a violência nem o poder são fenômenos naturais, isto é, manifestação de processo vital; eles pertencem ao âmbito político dos negócios humanos, cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem para agir, a habilidade para começar algo (ARENDR, 1994, p. 60).

Arendt, por esta fala, descarta as metáforas orgânicas da violência como doença da sociedade. Promove a desnaturalização do fenômeno, pois se recusa a associar o processo histórico como mero jogo de vida e morte típica do reino animal. A violência tem um caráter político exclusivo da palavra.

A violência não é um processo vital, ela, na verdade, emerge do político. A violência é fruto da instrumentalidade racional, não o impulso humano mesmo. O impulso humano é o instinto da agressividade. “Arendt reconhece a violência como uma condição ‘natural’ do homem, desde que esta não se desenvolva através de um cálculo preciso, ou seja, que se torne um fim em si mesmo” (SUAREZ, 2005, p. 33).

O político de Arendt está fundamentado na defesa da liberdade, recusando a tradição de associar o político com dominação. O lugar da liberdade no pensamento da autora não tem apenas o status de privilégio, antes, constitui-se elemento fundamental, a fundação do seu pensamento (OLIVEIRA E GUIMARÃES, 2006).

De fato, o tema da liberdade não apenas é privilegiado em sua obra [de Hannah Arendt], mas constitui-se em chave hermenêutica de seu pensamento. O pensar a liberdade e seus desdobramentos constitui-se o horizonte hermenêutico no qual devemos situar a violência, a qual, embora não se constitua seu objeto temático, é abordada no conjunto de sua reflexão política (OLIVEIRA e GUIMARÃES, 2006, p. 4).

Os acontecimentos políticos tratados por Arendt para a elucidação da idéia de violência partem da diferenciação original e essencial de dois fenômenos: poder e violência. A confusão entre os termos origina-se na convicção da importância do jogo das hierarquias na constituição da idéia de violência.

Para a autora alemã, o vigor “designa algo no singular, uma entidade individual” (*Idem, ibidem*), constituindo-se em “propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas” (*Idem, ibidem*).

Diferenciando o *vigor* da *violência*, a filósofa entende que a última tem um caráter instrumental, permanecendo fenomenologicamente próxima do *vigor*, já que a violência é usada para multiplicar o vigor individual (ARENDDT, 1994). A originalidade do pensamento de Arendt é conferir à violência o status de instrumento. Desta maneira ela dissocia o conceito de todos os outros conceitos recorrentemente associados a ele; por outro lado, não coloca a violência, o poder, a força e o vigor como elementos permutáveis. Instrumentalizada, a violência serve a outros efeitos, mas nunca como objetivo último, nunca como essência de nada.

O termo *autoridade* é um mecanismo mais complexo, pois atinge o pensamento das pessoas e “sua insígnia é o reconhecimento inquestionável por aqueles a quem se pede que obedeam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias” (ARENDDT, 1994, p.37). O maior inimigo da autoridade, o seu oposto, é o desprezo.

Em relação ao conceito de força, Arendt entende que “a força [...] deveria ser reservada, na linguagem terminológica às ‘forças da natureza’ ou à ‘força das circunstâncias’, isto é, deveria indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais” (*Idem, ibidem*).

Desta maneira a autora desassocia as idéias de força e violência, pois, de forma comum, a idéia de força designava a capacidade de coação da violência sobre a vítima ou as vítimas. Frequentemente, o termo nem era esclarecido. Aqui o termo força está relegado aos conceitos que atuam fora da lógica poder-violência, como fenômenos naturais.

Os conceitos mais complexos para a compreensão do pensamento da autora, violência e poder, têm sua dificuldade de compreensão da dualidade existente entre violência e poder. Na medida em que separa e opõe as duas idéias, Arendt rompe com o tradicional pensamento de violência no cerne da cultura. A violência não sustenta mais o poder. Ao contrário, Hannah Arendt afirma que violência não é o pré-requisito do poder, porém com frequência aparecem juntos e interligados (ARENDDT, 1994). “Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente o outro está ausente” (ARENDDT, 1994, p. 44).



Esta idéia original está fundamentada na distinção da violência como um instrumento e o poder como uma capacidade das comunidades humanas. “O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto” (ARENDR, 1994, p. 36). O poder nunca pode ser propriedade do indivíduo, mas sim de um grupo que o apóia. O poder sempre emerge do agir conjunto de um grupo.

O poder nunca pede uma justificativa porque tem como pré-requisito uma legitimidade:

A legitimidade, quando desafiada, ampara-se a si mesma em um apelo ao passado, enquanto a justificação remete a um fim que jaz no futuro. A violência pode ser justificável, mas nunca legítima. Sua justificação perde em plausibilidade quanto mais o fim almejado distancia-se no futuro (ARENDR, 1994, p. 41).

O grande problema é a plausibilidade da violência na regulação do poder quando a violência por si mesma ocupa o papel principal. Aí não ocorre poder, pois o controle não opera sobre os indivíduos agindo em conjunto, mas coagidos.

O contrário da violência não é a não-violência, é a cidadania e a valorização da vida humana em geral e de cada indivíduo no contexto do seu grupo. Jean Claude Chesnais [...] mostra que as variáveis fundamentais da significativa diminuição da criminalidade, da delinqüência e das mortes violentas no berço do Ocidente foram as lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e maiores direitos associados à institucionalização da educação formal e do Estado democrático (MINAYO e SOUZA, 1998, p. 528).

Uma ação violenta pode implicar na obediência de uma ou mais vítimas, por outro lado não ocorre poder, e sim coação violenta. A obediência às leis não pode ocorrer pela mesma matriz, no Estado democrático, as leis são confeccionadas pelo consentimento dos legisladores do povo. As leis são seguidas pela guisa democrática, não pelo temor da ação do Estado ou da Justiça. Ou seja, parafraseando a autora, do cano de uma arma nunca sai poder, mas sim violência, pois:

A violência é por natureza instrumental; como todos os meios ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja. E aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser a essência de nada (ARENDR, 1994, p. 41).

A forma extrema de poder é o Todos Contra Um, a forma extrema da violência é o Um Contra Todos. E esta última nunca é possível sem instrumentos” (ARENDR, 1994, p. 35).

O poder está centrado no agir conjunto e, por vezes, usa da violência para a própria perpetuação. Não existe governo baseado exclusivamente na violência e nenhum governo

atual pode descartar o recurso à violência (ARENDR, 1994). Isto só é possível a partir de instrumentos técnicos.

A violência, para Arendt, é a expansão do vigor a partir da inserção de uma lógica instrumental. Temos uma condição singular a ser pensada: o poder pode manifestar violência, entretanto, a violência nunca poderá manifestar o poder.

Tendo em vista todas as considerações vistas até agora, entendemos que a violência é um instrumento de multiplicação do vigor individual, operando a partir de um embrutecimento dos agentes e de uma objetualização da(s) vítima(s), atuando ou ameaçando atuar contra a integridade do corpo, ameaçando-o de destruição. É a cessação do diálogo, o emparedamento da palavra. A violência tem como efeito, no âmbito social, a reclusão dos indivíduos, gerando mais violência. No âmbito individual, desencadeia uma série de ações autocentradas de proteção, desvalorizando as trocas inter-humanas e perpetuando ainda mais a violência.

A violência é um ato humano que degrada o próprio pilar das comunidades humanas, a civilização. Como ato humano, gera a desumanização. Por isso, civilização e violência são opostas, baseadas em relações de assimetria, em que o vigor é multiplicado por meio de instrumentos. “Tudo que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra” (MINAYO E SOUZA, 1998, p. 519).

No combate à desumanização, destaca-se o movimento em defesa dos direitos humanos, não como instituição, mas pela sua tradição histórica. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos os seres humanos têm direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. A violação de qualquer desses direitos inalienáveis fere a liberdade e a integridade humanas, transformando os iguais em desiguais.

Qualquer trabalho que verse a respeito da violência deve ter a defesa dos direitos humanos como seu pilar central. Assim, o presente fundamenta-se na idéia de que os direitos humanos são fundamentais para o estabelecimento da democracia, sendo essenciais para o desenvolvimento de todos os países. A violação de quaisquer dos direitos implica na desumanização, na criação de assimetrias e rupturas, desfigurando o funcionamento da sociedade.

No próximo capítulo trataremos de aspectos da violência no Brasil. Primeiramente, apresentamos os estudos realizados nacionalmente, situando os principais autores que influenciaram tais estudos e orientaram a criação da vasta literatura sobre o tema. Em seguida tratamos do contexto imediatamente anterior ao da redemocratização como a perda da

cordialidade, os linchamentos e o apoio aos grupos de extermínio, mostrando os efeitos desse momento histórico na violência e criminalidade urbana contemporânea.

Tratamos também da polícia durante a ordem democrática, suas dificuldades de transição e problemas que tem enfrentado para combater a violência. A polícia é uma das principais responsáveis por violações dos direitos humanos no Brasil. As dificuldades de implantação de uma ordem democrática dentro das instituições têm-se mostrado um dos principais obstáculos para a redução dos índices de criminalidade.

Em seguida, é contada a história das políticas públicas de segurança em São Paulo, tanto as ações dentro da alçada da Secretaria de Segurança Pública quanto da Secretaria de Administração Penitenciária. A ênfase nesta última mostra os possíveis impactos que as políticas empreendidas tiveram sobre o cotidiano das cidades do interior, principal alvo da expansão do número de vagas em presídios ao longo da década de 1990.

Finalmente, são apresentados os impactos da exposição e consumo de mídia, sua composição, veiculação e as reações provocadas pelos momentos agudos da história da segurança pública no estado de São Paulo.

## 2 - VIOLÊNCIA NAS CIDADES BRASILEIRAS: DEMOCRACIA E PARADOXOS

O debate da violência no Brasil foi fortemente marcado pela multiplicidade de posturas dos pesquisadores. No momento do término da ditadura militar, um dos principais grupos a emergir para o debate intelectual foi composto por aqueles que defendiam e defendem a universalização dos direitos e da justiça, aliando-se às camadas populares mais carentes (ZALUAR, 1999). Porém outros importantes pesquisadores também entraram em cena baseados em outros modelos de organização da sociedade.

Num levantamento feito por Zaluar (1999) sobre os trabalhos a respeito do tema violência, a autora encontrou:

... sobre a polícia ou vinculando a organização e a função desta instituição no Estado e na sociedade, 61 trabalhos; sobre o sistema penal, 19; sobre o funcionamento da Justiça, 24, sem contar os oito trabalhos que discutiam formas alternativas, preventivas ou democráticas de lidar com a questão do crime e os seis que denunciavam a privatização dos meios de garantir a segurança da população urbana. Isto perfaz um total de 118 trabalhos debatendo as instituições brasileiras encarregadas de combater o crime e manter a ordem pública ou, como afirmam muitos dos cientistas, a ordem social vigente com ela confundida (ZALUAR, 1999, p. 6)

Certamente dois autores têm especial destaque devido à sua grande influência sobre os pesquisadores brasileiros, sendo eles Marx e Foucault. A principal influência de Marx foi a crítica aos ‘crimes do capital’ e aos dispositivos de violência do Estado (ZALUAR, 1999). Foucault contribuiu com o enfoque para “dispositivos que o poder tem de produzir a verdade criminal e discipliná-la” (ZALUAR, 1999).

A combinação dos dois pensadores trouxe várias teorias que circularam no meio intelectual:

A combinação Marx/Foucault pode ter germinado alguns híbridos estranhos aos olhos dos que repelem o ecletismo teórico, mas teve, sem dúvida, eficácia explicativa naqueles mecanismos do poder estatal e poder disciplinar mais evidentes: a polícia e a prisão (ZALUAR, 1999, p.4).

A tradição brasileira ficou bem presa a essas concepções que repetiam canonicamente a teoria da marginalidade travestida de “exclusão”, usando termos como segregação racial e exploração capitalista. Certamente esses dois autores figuram como dois dos principais pensadores ocidentais, e muito entendimento a respeito do funcionamento da sociedade foi proporcionado pelos seus estudos.

A discussão com embasamento marxista encontrou na realidade da transição democrática brasileira dificuldades para se posicionar, tanto para pesquisadores quanto para militantes dos direitos que:

Não haviam abandonado de todo o modelo marxista dicotômico de sociedade, que opunha classe oprimida ao Estado, ou o conflito entre duas classes sociais antagônicas, mas militavam em defesa da cidadania no modelo da construção da nação, na qual deveriam ser incluídos os pobres do campo e das cidades. O paradoxo era maior no contexto urbano, onde os pobres figuraram simultaneamente como protagonistas principais dos crimes violentos cometidos e como vítimas preferenciais deles. Da dupla inserção dos pobres nas manifestações de violência, principalmente urbana, decorreram, então, dilemas éticos e políticos lancinantes e algumas ambigüidades teóricas (ZALUAR, 1999, p. 3).

Por outro lado não se poderia associar a pobreza e a violência, como foi o clamor popular que culminou na operação Rio<sup>8</sup>. A população das favelas foi, por vezes, acusadas de serem naturalmente marginais, pois eram daqueles espaços de onde vinha a maior parte dos crimes e dos criminosos que ocupavam a cena das cidades brasileiras, em especial o Rio de Janeiro.

Parte da militância encontrou soluções para as ambigüidades teóricas, assumindo a luta da defesa pelos direitos humanos, direitos esses que foram sistematicamente desrespeitados pelo regime anterior e permaneceram sendo desrespeitados por diversas instituições em plena democracia:

[...] os direitos humanos e civis deixariam, neste caso, de ser concebidos como mera superestrutura do individualismo burguês e passariam a ser fundamento das relações sociais e instituições numa sociedade democrática. (ZALUAR, 1999, p.4)

Por sua vez, a influência do pensador francês Michel Foucault encontrou vários adeptos no cenário intelectual e de militância brasileiros. Os defensores dessa filosofia enfocam os dispositivos de poder e sua legitimidade de produzir a verdade. As obras “Vigiar e Punir”<sup>9</sup> e “A Verdade e as Formas Jurídicas”<sup>10</sup> tratam mais longamente dessa questão.

---

<sup>8</sup> A “Operação Rio” ocorreu entre janeiro de 1994 e maio de 1995, consistindo na invasão de morros do Rio de Janeiro pelas forças armadas. Foi desencadeada depois de muita pressão por parte da população, que se baseava no mito de que a intervenção militar teria o poder de combater a violência urbana, numa época em que defender operações policiais baseadas no respeito aos direitos humanos significava “defender bandidos”.

<sup>9</sup> FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>10</sup> FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas – 3ª edição. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

A discussão da violência no Brasil não pode ser dissociada da movimentação política nacional observada nos últimos 25 anos. O estabelecimento da democracia é peça chave para a compreensão da produção da violência num período em que as liberdades individuais finalmente encontraram local para serem praticadas:

Um leitor familiarizado com a literatura internacional a respeito do tema logo percebe que a discussão acerca de ‘criminalidade e violência’, no Brasil, tomou um rumo muito marcado pela recente história política do país e o papel que nela tiveram os intelectuais que trabalhavam nas universidades e organizações não-governamentais (ZALUAR, 1999, p. 3).

Muitos desses intelectuais estavam desenvolvendo seu trabalho a partir da esfera de influência de Carl Marx e Michel Foucault. Por outro lado, certos autores recusaram o que chamaram teorias “anti-rationais” derivadas da combinação Marx/Foucault. Baseados na idéia do fracasso do socialismo real e da crise do iluminismo, estes autores focaram seus trabalhos no processo de redemocratização (ZALUAR, 1999). Dentre estes autores podemos citar Adorno (*passim*), Caldeira (1997), Pinheiro (*passim*), Zaluvar (*passim*), entre outros:

Foram eles também que, no plano societário, estudaram os percalços do processo civilizatório, entendido como a democratização da sociabilidade e a criação de um “espaço civil” ou “público” para a negociação de conflitos num quadro de crise urbana. Aqui a dissensão é grande. Os estudos sobre o medo e o apoio dado pela sociedade a políticas despóticas ou extremamente repressivas devido à crise, conduzem autores a qualificar a sociedade brasileira como o antônimo da cordialidade e cooperação: a inversão da teoria do homem cordial brasileiro. (ZALUAR, 1999, p. 5)

Colocavam-se, assim, em oposição aos intelectuais que acreditam que o aumento da violência se deve a uma resposta dos excluídos, e que os episódios de violência popular flagrantes, como linchamentos, são formas de se apossar da justiça, que está ausente nas comunidades carentes.

A violência, como qualquer outro instrumento, pode, portanto, ser empregada racional ou irracionalmente, pode ser considerada boa ou má, justificada ou abominada. Uma coisa é certa: a crise institucional, o esgarçamento do tecido social, a difusão recente de práticas violentas em alguns setores da sociedade brasileira fizeram com que os intelectuais brasileiros repetissem o mote da “perda da inocência” e da inequívoca manifestação do lado negro do humano entre nós (ZALUAR, 1999, p. 14).

O Brasil é, historicamente, um país relativamente tolerante. Encontraram abrigo aqui judeus perseguidos em diferentes períodos, bem como imigrantes de diversas nações, desde aqueles que fugiam de guerras no velho continente como aqueles que procuravam uma nova vida. Disseminou-se na população uma arte da negociação e conciliação, o que deu contornos de privativa a violência que se processou no país desde os tempos de colônia, ao

contrário do que se observou em outros países conflitos do tipo racial, ódio, etc (ZALUAR, 2007).

Na história do Brasil estabeleceu-se um parlamento depois de décadas de centralização do poder nas mãos dos imperadores já no final do século XIX. O poder republicano passou por diversos momentos, onde a barganha entre os poderes viabilizou-se por conta de práticas clientelistas, desde a Velha República passando pelo período autoritário. Neste período as ilegalidades já haviam se estabelecido, como o baixo número de empregos com carteira assinada e mesmo nos cotidianos das cidades, por exemplo “os bicheiros [que] passaram a participar e controlar as escolas de samba e seu desfile, transformando-as em empresas lucrativas”. (ZALUAR, 2007, p.39)

A formação do primeiro “esqueleto” do que, no jargão jornalístico, convencionou-se chamar de “crime organizado” ocorreu no final do período autoritário, e a legou como herança à democracia nascente nas décadas de 70 e 80. Neste momento a “cordialidade” nacional já estava desfeita, deixando profundas marcas na organização social do Brasil, um país que se reformava.

A ocorrência freqüente de casos de linchamentos merece uma atenção especial, pois corrobora a tese de que o brasileiro se comporta muitas vezes como antônimo de cordial. A resposta violenta e maciça de uma comunidade pode, talvez, ser evidência da falta de crença da eficiência da justiça e de apreço pelos direitos humanos. O termo linchamento,

[...] passou a designar toda ação violenta coletiva para a punição sumária de indivíduos suposta ou efetivamente acusados de um crime – do simples furto ao assassinato – ou, em certas regiões, identificados com movimentos ou estigmas de ordem política e racial. Caracteriza o linchamento a natureza de vingança, além de ‘justiça’ punitiva (geralmente acompanhada de métodos de tortura), à margem de julgamentos ou normas legais (BENEVIDES e FERREIRA, 1982, p. 229).

Benevides e Ferreira (1982) estudaram os linchamentos a partir dos registros de imprensa, e levantaram dados a respeito do fenômeno. Os resultados informam que é mais comum observar linchamentos na zona urbana; sendo motivo imediato para o linchamento o roubo de residência; porém o motivo mais freqüente é a violência sexual contra mulheres e crianças; sendo os motoristas de táxi a classe profissional mais envolvida nestes casos.

Apontam também casos em que a vítima foi retirada de fórum ou delegacia, ou seja, esta foi retirada das mãos do poder da justiça para ser linchada. Há casos em que a vítima do linchamento tinha sido inocentada pela justiça, porém a freqüência em que o inquirido a respeito do linchamento sequer foi aberto é bem maior dentre os casos estudados

do que a quantidade de inquéritos que tentam proteger tais vítimas, indicando uma tolerância dos linchamentos por parte dos agentes da lei.

Existem pesquisadores que defendem que a violência coletiva dos linchamentos se deve à falta de amparo da justiça em relação a certas comunidades carentes, e que tais atos seriam meros mecanismos de defesa de tais grupos. Os “linchadores” assumem efetivamente os papéis de polícia, juiz e executor, tendo como agente principal um dos mais cruéis executores: o povo.

Ao contrário do que se poderia pensar, os linchamentos não são casos pontuais, que se voltavam a membros mal-vistos da comunidade apenas diante da flagrante ausência do Estado. Este é o caso de apenas alguns linchamentos, em especial nas cidades pequenas. Vários linchamentos ocorreram com ladrões de objetos de pouco valor, por pessoas que desconheciam completamente o criminoso, muitos dos linchadores nem mesmo sabiam a natureza do crime que a vítima praticara.

De acordo com Benevides e Ferreira (1982), estes linchamentos são, na verdade, fruto de uma espécie de “histeria coletiva”, realizado por pessoas cujas crenças se fundam em princípios como “bandido tem que morrer”. Os praticantes de tal violência estariam extravasando “... seus mais profundos sentimentos de insegurança, revolta e ódio” (BENEVIDES e FERREIRA, 1982, p.230).

O aumento da criminalidade também contribui para a ocorrência de linchamentos, havendo uma absorção dos métodos violentos da polícia pelos criminosos e pela população.

Já o sensacionalismo, praticado por diversos elementos dos meios de comunicação nacionais, também é relevante para a compreensão do tema, já que “contribui para reforçar o sentimento de insegurança e da impunidade e a percepção de que a justiça tem práticas próprias para cada classe social” (BENEVIDES e FERREIRA, 1982, p. 238).

Este fenômeno não pode ser observado apenas no Brasil. Também outros países da América Latina sofrem com tais eventos, com outras características semelhantes às nacionais, como a marcante transição política para regimes democráticos observados quase simultaneamente em diversos países da América Latina (CARDIA et al, 2003).

Os linchamentos não são “respostas bestiais” dos indivíduos à falta de crença na justiça, são sim, evidências do funcionamento social, ou seja, do modo de pensar de certas comunidades. A resposta violenta, grosseira e por vezes mortal, faz parte do ciclo normal das engrenagens que movem a vida nas comunidades, e a resposta violenta é tolerável dentro de certos limites. Está certamente associada à descrença no mecanismo de punição oficial, mas se insere também em outra lógica violenta de sociabilidade.



Um pensamento semelhante ao linchamento originou também o apoio das populações aos chamados “Esquadrões da Morte” e, posteriormente, às milícias e aos grupos de extermínio. Sobre a origem desses grupos, conforme relata Bicudo (1976),

Alguns policiais, no desejo de manter o prestígio da Polícia Civil, resolveram, sem medir conseqüências, dar corpo às estatísticas de eficiência através da eliminação pura e simples de marginais, contando para isso com o apoio da cúpula da instituição e até mesmo do Governador do Estado (BICUDO, 1976, p. 24-25).

Os grupos de extermínio existem desde os anos de regime autoritário, e conseguiram resistir bem à mudança democrática. De acordo com Hélio Bicudo (1976) contavam com apoio de vários níveis hierárquicos no governo e na justiça, e ainda contam com forte apoio da população. No momento da mudança democrática, esperava-se que a atividade desses grupos diminuísse, devido ao fortalecimento da justiça democrática. Infelizmente a história não caminhou por essa via. A população brasileira apoiou as milícias e os grupos de extermínio, acreditando ser necessária uma “limpeza das ruas” para controlar a violência. Porém:

[...] o apoio às execuções sumárias e à polícia violenta implica numa implosão dos modelos legais tanto da polícia como da justiça. A lógica dessa visão tem raízes nos abusos e injustiças cotidianos praticados pelas instituições da ordem, e no desejo de justiça e vingança das pessoas. (CALDEIRA, 2000, p.364).

Atualmente as favelas do Rio de Janeiro (com grupos semelhantes em outras cidades do Brasil) são dominadas pelas milícias, grupos armados formados por policiais, expoliciais, bombeiros, agentes penitenciários, vigilantes e militares que expulsam traficantes de determinada região e instauram uma “paz”, cobrando taxas de funcionamento dos moradores.

O avanço desses grupos é notável, já ocupando centenas de favelas e regiões da cidade do Rio de Janeiro. Quando ocupam o local, matam ou expulsam os membros dos grupos organizados e, com anuência discreta dos órgãos e autoridades de segurança, proíbem o comércio e o consumo de drogas, executando “suspeitos” e torturando quem é pego transgredindo suas “leis”.

Como de costume o alvo da atuação dos paramilitares são os jovens negros das classes mais baixas, ou seja, os “potenciais criminosos”. A atuação, após algum tempo, extrapola os “suspeitos” e passam a atuar sobre outros moradores da comunidade, exercendo

de forma cruel e bárbara o controle sobre a população. Fazem o trabalho sujo que certos setores da polícia gostariam de fazer, “limpando” as ruas<sup>11</sup>.

No mesmo período de funcionamento dos esquadrões da morte, foi flagrante, como ainda o é, a freqüente violação dos direitos humanos praticados por policiais em atividade e seus métodos de investigação extremamente violentos.

Pesquisa de Neme (2005) aponta que no início da democratização ocorreu uma polarização entre aqueles que defendiam a submissão da polícia à nova ordem, e outros que defendiam a chamada “linha dura” para o combate da violência. Aparentemente dentro de várias instituições essa segunda linha saiu vitoriosa, a exemplo da polícia. Em levantamento de Cardia, Adorno e Poletto (2003):

O banco de dados [do NEV – Núcleo de Estudos da violência, na USP] sobre uso abusivo da força pela polícia (a violência policial) informa que a imprensa nacional noticiou 6.003 casos de uso abusivo de força por agentes policiais, em âmbito nacional, entre 1º de janeiro de 1980 e 31 de dezembro de 2000. Cada caso resultou em pelo menos uma morte. Mais de 64% dos casos (4.056) ocorreram a partir de 1989, após a nova Constituição ter sido outorgada. O crime e a violência cresceram após o retorno à democracia (CARDIA, ADORNO e POLETTTO, 2003, p. 47).

A constatação é paradoxal e alarmante. Mesmo diante da democracia nascente, o crescimento da violência teve como resposta o método mais arcaico do arcabouço de ações do Estado brasileiro, o apoio obscuro ao linchamento e à violência policial. Permanecendo somente no período do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, mas generalizável para outros períodos, Adorno (2003) enumera diversas violações dos direitos humanos, várias praticadas por policiais, como o massacre em Eldorado dos Carajás (PA) em 1999; as rebeliões na antiga FEBEM, que resultaram na morte de quatro internos; entre outros.

A polícia, mesmo violenta, precisa antes ser analisada em suas dificuldades essenciais. Um dos problemas mais sérios se refere ao treinamento dos policiais. Conforme levantamento do NEV também indicou uma falta de efetivo, que levam certas comunidades a receberem serviços de mais baixa qualidade. Segundo Neme (2005),

Por outro lado, essa população que não tem acesso aos benefícios do policiamento efetivo depara-se não raramente com uma polícia violenta, configurando-se na periferia um padrão de atuação que combina pouco policiamento com ocorrências policiais de caráter repressivo ou violento (NEME, 2005, p. 133).

---

<sup>11</sup> Cf: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2006/12/09/286975035.asp>;  
<http://noticias.uol.com.br/ultnot/agencia/2009/06/20/ult4469u42769.jhtm>;  
[http://www.direitos.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=4043&Itemid=2](http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4043&Itemid=2)

A instituição policial parece estar deteriorada em diversas áreas, e mesmo os policiais mais jovens muitas vezes não conseguem escapar das engrenagens da instituição que forçam muitos deles à ilegalidade.

O policial novato se depara com uma instituição seriamente viciada numa série de pequenos ilegalismos, uma espiral quase sem saída, que se inicia com pequenos favores, em especial de alguns comerciantes que visam tratamento diferenciado. Em seguida o policial se depara com a tolerância velada e oficial dos “bicos” que muitas vezes são vistos como uma alternativa honrada para a bandidagem, culminando com a formação de grupelhos de apoio, conferindo à polícia o status de “empregado de muitos patrões”. (MUNIZ E PROENÇA, 2007).

Essa tolerância a determinadas práticas de ilegalidade abrange também os já referidos casos de milícias ou “grupos de extermínio”. Sua proteção é tida por alguns como uma solução para o problema da segurança de certas comunidades, que preferem os policiais corruptos a bandidos. Por outro lado os bicos e, por vezes, a milícia servem de suporte financeiro para o salário insuficiente da polícia. Seus “serviços” estão também à disposição de políticos corruptos, que utilizam a legalidade da operação dos policiais para transportar dinheiro de “caixa dois”<sup>12</sup> (MUNIZ E PROENÇA, 2007).

A corrupção da instituição parece ser o principal problema do funcionamento da polícia. O processo de combate à corrupção policial também se mostra deficitário, pois apesar dos mecanismos de regulação da polícia com frequência arrancarem diversas “maçãs podres” das forças, conforme as palavras de Muniz e Proença (2007) a prática cotidiana das quais os policiais estão confrontados continuará a gerar corrupções livremente pois é:

Uma polícia cuja ação está sujeita à barganha entre “muitos patrões”. Essa situação gera incerteza. Essa incerteza se expressa em riscos, mais ou menos manipuláveis pelos envolvidos, para o melhor ou para o pior. Esses riscos produzem insegurança. O(a) cidadão(ã) sente-se inseguro(a) diante da sua polícia; a polícia, insegura em sua ação; o(a) governante, receoso do desenrolar, dos resultados e das conseqüências de qualquer atividade policial; os parlamentares, temerosos do conteúdo de suas deliberações e inertes em seu papel fiscalizador; o Judiciário, incapaz de avaliar o mérito da ação da polícia. (MUNIZ E PROENÇA, 2007, p.168).

---

<sup>12</sup> A expressão “caixa dois” refere-se a recursos financeiros não contabilizados e não declarados aos órgãos competentes de fiscalização. Consiste na não emissão de nota fiscal, ou outros documentos que registram e fiscalizam as transações econômicas, com o objetivo do não-pagamento dos encargos tributários das operações financeiras. Quando há ocultação de operações financeiras ilegais, como as oriundas do tráfico de drogas e de crimes do colarinho branco, a expressão mais usada é “lavagem de dinheiro”.

Os locais de incidência das violências policiais, aliado à falta de respostas efetivas ao problema, indicam que a polícia impõe uma espécie de cordão sanitário que separa certas comunidades “potencialmente perigosas” das outras áreas das cidades (NEME, 2005).

Em situações de crime e violência, os trabalhadores sentem-se impotentes. Ficam paralisados entre o medo da polícia, o medo da vingança do criminoso e, como veremos, a crença de que o sistema judiciário é incapaz de oferecer justiça. (CALDEIRA, 2000, p.185).

O abuso policial nas áreas mais carentes, e com os maiores níveis de criminalidade, são enormes. Segundo estudo de Caldeira (2000) a grande maioria das mortes por causa externa nas décadas de 80 e 90 ocorreram em bairros da periferia da região metropolitana de São Paulo. O dado mais assustador, porém, é a grande contribuição da polícia para a alta dos índices de violência:

Um dos aspectos mais perturbadores do crescimento da violência em São Paulo não é que o crime violento esteja aumentando – algo que acontece em várias cidades ao redor do mundo em proporções semelhantes -, mas o fato de que as instituições da ordem parecem contribuir para esse crescimento em vez de controlá-lo. (CALDEIRA, 2000, p.135).

A violência policial cresceu em conjunto com a criminalidade urbana, a ponto de contribuir significativamente para as taxas de homicídio alarmantes ao longo das décadas de 80 e 90. Na verdade, mais do que não coibir a violência, a polícia faz parte dela contribuindo enormemente para a erosão dos direitos humanos, inclusive desacreditando-o. A violência, apesar de ter sido uma freqüente no período da ditadura enquanto oficializada pelas polícias políticas, ainda não ocupava ainda as ruas. Conforme explica Caldeira (2000):

Enquanto em 1978 o homicídio doloso foi causa de 1,44% das mortes na cidade de São Paulo, em 1994 essa proporção foi de 6,57%, um aumento de 356%. Em 1994, os homicídios perfizeram 6,57% do total das mortes, e 19,15% das mortes de pessoas entre 20 e 49 anos de idade no MSP [Município de São Paulo], tornando-se principal causa de morte nesse grupo etário. Essa taxa é drasticamente diferente da de 1976, quando o homicídio doloso foi responsável por apenas 4,9% das mortes nesse mesmo grupo (CALDEIRA, 2000, p.116).

Parte da fonte dessa violência pode ser fruto da organização que a polícia passou a configurar já no período democrático. A primeira questão a se fazer para pensar uma polícia “democrática” é a delimitação sempre complexa do alcance dos poderes dos policiais. Ela não

deve atuar como braço de operações de um tirano nem como instrumento de satisfação de interesses privados.

Um estudo conduzido por Muniz e Proença Jr (2007) denuncia que essa questão essencial permanece numa espécie de limbo no Brasil, pois tais limites não foram claramente definidos na legislação, que se limita a restringir o poder policial ao “alcance do interesse público”, ou seja, imerso num limbo conceitual jurídico que dá amplos poderes ao governador e aos chefes de polícia, resultado de tradições autoritárias de períodos anteriores. Conforme explica Caldeira (2000): “O aparato legal brasileiro que legitima o uso da força pela polícia é extenso e não foi completamente eliminado por governos democráticos” (CALDEIRA, 2000, p.149).

Certamente essa concepção vaga permite uma série de ilegalidades que ganham corpo no cotidiano das ações dos policiais:

O poder de polícia “acontece” nas ruas. Essa é “a tal da política” para as polícias de que falam os policiais. Vaga, fugidia, e circunstancial, cujas visibilidade e materialidade se reduzem a “mais do mesmo”: “mais efetivo, viaturas, armamento, munição”. O mandato policial é quase um cheque em branco, na ausência da pactuação política da governança que reflita o que seja e deva ser esse mandato para a democracia pós-1988. (MUNIZ E PROENÇA, 2007, p.161)

O principal problema parece residir na forma de julgamento dos crimes dos policiais militares. Em primeiro lugar, não faz sentido, num país democrático, que as forças de segurança sejam compostas principalmente por militares. Assim como no caso do controle aéreo, que deveria ser efetuada por civis, as forças policiais não devem ser militarizadas. Ter policiais com *status* militar trabalhando nas ruas proporciona condições muito favoráveis à corrupção e violência policiais e os permite matar sem medo, pois seus crimes não serão julgados por civis. Como os policiais militares são julgados pelo Tribunal Militar:

A exceção legal que coloca os atuais policiais militares fora do sistema civil de *accountability*, além de enfraquecer o estado de direito, estende a impunidade e a violência da polícia militar para com a população civil e indiretamente lhes assegura uma ampla latitude para a arbitrariedade. (CALDEIRA, 2000, p.151).

Aparentemente a polícia está entregue a um distúrbio generalizado de violências e corrupções. O quadro geral apresentado pode sugerir que a polícia é uma força antagônica à liberdade por natureza. Porém outros estudiosos, mesmo reconhecendo a dupla face da polícia, condescendente com os ricos e violenta com os pobres, continuavam admitindo a necessidade da existência de uma polícia orientada por critérios de justiça e cidadania,

combatendo criminosos, ao contrário da recusa da polícia e de outras instituições da justiça defendida por muitos pesquisadores. Concordamos com Neme (2005), para quem:

Apesar da gravidade do problema, evidentemente não se pode reduzir a situação policial a práticas de arbitrariedade e violência ilegal. A polícia brasileira desempenha suas missões de policiamento ostensivo-preventivo e da polícia judiciária (investigativa) em um contexto de dificuldades típicas de uma sociedade altamente desigual (NEME, 2005, p. 132).

O cenário configurado acima trouxe a resposta violenta de mortalidade na guerra das milícias, da polícia, do Estado e do crime organizado. A polícia, mesmo sendo a força legal, é a que mais exerce violência.

## 2.1- O papel da segurança na transição democrática

A explosão de homicídios em plena implantação e fortalecimento da democracia foi frequentemente associada à instalação do novo regime de governo. Porém o aumento da criminalidade, em toda a sua complexidade, não poderia ter uma explicação só.

Para explicar o aumento da violência, temos que entender o contexto sociocultural em que se dá o apoio da população ao uso da violência como forma de punição e repressão ao crime, concepções do corpo que legitimam intervenções violentas, o status dos direitos individuais, a descrença no poder judiciário e sua capacidade de mediar conflitos, o padrão violento do desempenho da polícia e reações à consolidação do regime democrático. (CALDEIRA, 2000, p.134).

Esperava-se que as instituições sociais e políticas sofressem uma brusca mudança devido ao estabelecimento da nova democracia. O período autoritário fora violento e a criminalidade urbana aumentou, mesmo nos períodos de crescimento econômico.

Após a abertura política, a sociedade brasileira iniciou uma série de movimentos no sentido de estabelecer uma democracia liberal, que substituiria o regime ditatorial vigente nas décadas anteriores. Essas transformações políticas trouxeram consigo uma avalanche de mudanças sociais, econômicas, jurídicas, institucionais, só para permanecer nas questões iniciais e de superfície.

A criação de um novo regime democrático demandava uma reorganização das instituições brasileiras. A nova possibilidade de participação popular nas decisões centrais ou regionais da política, da economia e da sociedade forçou uma mudança paradigmática que estava anteriormente fundamentada em ausência de diálogo, gerando decisões verticalizadas e impostas sob a batuta de um Estado controlador e autoritário.

A democratização, que começou no fim dos anos 1970, não modificou o jogo entre o Executivo e o Legislativo. A abertura do regime foi reduzida aos direitos políticos e ao sistema eleitoral: o voto direto para a eleição do presidente. Mas a democratização não recuperou a cultura urbana de tolerância e as artes da negociação. Pode-se dizer, então, que o pior efeito de um regime de exceção é que ele destrói a cultura democrática que se manifesta nas práticas sociais quotidianas de respeito e de civilidade com o outro, deveres do cidadão, até mesmo as da negociação que havia se difundido em cidades brasileiras (ZALUAR, 2007, p. 39).

A violência típica do processo anterior, a princípio, deveria reduzir-se conforme a democracia se estabelecer no Brasil. Porém a redução não aconteceu. Ao contrário, os índices de criminalidade permaneceram subindo. O Brasil carrega o estigma da violência até os dias de hoje, apesar da redução considerável dos índices de criminalidade ao longo do século XXI. A violência é oposta à liberdade e à civilização, porém permanece no Brasil mesmo após a reabertura política.

A violência tem crescido no Brasil desde o início dos anos de 1960. Não é apenas o resultado de profundas mudanças na sociedade, uma consequência inesperada da transição de um governo autoritário para um democrático, mas a persistência, na vigência do regime democrático, de problemas não resolvidos há muito tempo (CARDIA, ADORNO e POLETTO, 2003, p. 44).

Várias são as origens do fenômeno, e a primeira delas certamente passa pela dificuldade da transição institucional para o pensamento democrático. Peralva (2000) introduz o assunto ao afirmar que:

[...] a violência generalizada que as acompanhou [mudanças imbricadas no processo de redemocratização] situa-se na confluência de duas lógicas, que é importante distinguir. A primeira refere-se a transações no plano social propriamente e aos efeitos que daí derivaram [...] A segunda refere-se à inépcia das instituições encarregadas de garantir a ordem pública e ao seu despreparo diante das novas exigências da vida democrática” (PERALVA, 2000, p.177).

Mudanças na organização da sociedade, derivadas da política, trouxeram à baila novos problemas e discussões visando a construção de um Estado democrático de direito.

O aumento da violência é resultado de um ciclo complexo que envolve fatores como o padrão violento de ação da polícia; descrença no sistema judiciário como mediador público e legítimo de conflitos e provedor de justa reparação; respostas violentas e privadas ao crime; resistência à democratização; e a débil percepção de direitos individuais e o apoio a formas violentas de punição por parte da população. (CALDEIRA, 2000, p.101).

Esse desafio continua sendo barreira ainda nos dias de hoje, conforme Adorno, para quem “as rupturas manifestavam-se aqui mais difíceis de serem asseguradas. Poderosos interesses incrustados na burocracia estatal, alguns advindos do regime autoritário, ainda ocupavam um espaço importante nos processos decisórios” (ADORNO, 2003, p. 104).

A conversão democrática, ainda que mais libertária, mostrou-se dolorosa para os agentes do Estado e lenta para os mais de cem milhões de brasileiros. Fazem-se necessárias novas políticas públicas, novos planos de ação e novos mecanismos de controle social. As dificuldades se mostravam enormes. Segundo Peralva “sem realmente contar com instituições novas em terreno sensível, e já não dispondo dos mecanismos de regulação característicos do período autoritário, a democracia terminou abrindo amplas possibilidades para que a violência se desenvolvesse” (PERALVA, 2000, p. 20).

A construção da nova democracia esbarrava em questões cruciais também de natureza política. Apesar da inserção de novas figuras dentro dos prédios de Brasília e no Palácio dos Bandeirantes, muitos dos antigos dirigentes permaneceram no poder, o que dificultava sobremaneira a invenção de uma nova forma de pensar e agir na política brasileira. “Com a morte de Tancredo Neves, eleito presidente por voto indireto em 1985, o advento do que se havia então chamado ‘Nova República’ redundou mais ou menos em fracasso” (PERALVA, 2000, p.20).

Dessa forma o plano político da democracia que estava se estabelecendo sofreu diversas críticas. A impressão geral, a princípio, era de que a nova democracia era uma versão reeditada do período anterior, só que com eleições diretas. A permanência de vários dos dirigentes políticos nos segurava no estágio anterior, porém outros políticos também apareceram.

Vários dos intelectuais, artistas, dirigentes sindicais, entre outros, que estavam exilados no exterior retornaram e passaram a participar da vida política do país, esperava-se que a mudança acontecesse a partir de seu trabalho.

Efetivamente os opositores do regime anterior conseguiram um relativo sucesso nas eleições seguintes, elegendo-se em várias instâncias e níveis do governo. São exemplos mais recentes desse fenômeno, as sucessivas eleições do intelectual Fernando Henrique Cardoso, que viveu em exílio na França por opor-se à ditadura, e de Luís Inácio Lula da Silva, sindicalista e ferrenho opositor dos militares e defensor da democracia.

A democracia que se criou no Brasil nas décadas de 80 e 90 é o que Caldeira (2000) chamou de “disjuntiva”. O estado democrático continuou a praticar a mesma violência do período anterior, sendo o principal violador dos direitos humanos. “A cidadania brasileira é



disjuntiva porque, embora o Brasil seja uma democracia política e embora os direitos sociais sejam razoavelmente legitimados, os aspectos civis da cidadania são continuamente violados”. (CALDEIRA, 2000, p.343).

Mas além da violência do estado, a violência privada que se elevou a níveis alarmantes, mostrou-se o principal obstáculo para a consolidação democrática no Brasil.

Na verdade, o universo do crime indica o caráter disjuntivo da democracia brasileira de duas maneiras: em primeiro lugar, porque o crescimento da violência em si deteriora os direitos dos cidadãos; e em segundo, porque ele oferece um campo no qual as reações à violência tornam-se não apenas violentas e desrespeitadoras dos direitos, mas ajudam a deteriorar o espaço público, a segregar grupos sociais e a desestabilizar o estado de direito. (CALDEIRA, 2000, p.56).

Ao contrário da política, as mudanças econômicas ocorreram de maneira eficaz e se mostraram capazes que modificar novamente o dinamismo do capitalismo no Brasil. A herança econômica anterior incluía inflação galopante, juros altos, e desemprego crescente. Após um período com sucessivos fracassos dos chamados “pacotes” econômicos, que incluíam mudanças por vezes absurdas na economia e diversas mudanças na moeda, o Brasil finalmente passou a contar com uma moeda forte e estável a partir de 1994. A partir da presidência de Fernando Henrique Cardoso:

A economia brasileira tornou-se diversificada e moderna, sem que a democratização de suas instituições políticas e jurídicas acompanhasse essa modernização. Assim, mesmo os seus setores mais dinâmicos praticam ilegalidades como o “caixa dois” das empresas, uma maneira de evitar o pagamento dos impostos. É essa a fonte para pagar as eleições dos candidatos que irão conceder às empresas envolvidas privilégios e contratos governamentais sem licitação, obrigatória pela lei administrativa brasileira. O país é agora uma democracia eleitoral. Porém, as eleições são muito caras e os candidatos recebem contribuições, nem sempre admitidas publicamente, de muitas fontes, incluindo as dos negócios ilegais. (ZALUAR, 2007, p. 40)

A modernização da economia não ocorreu sem sobressaltos. Ao longo dos anos 90 as mudanças econômicas não trouxeram prosperidade imediata, ao contrário, ocorreram sucessivas crises que amadureceram o novo capitalismo brasileiro. A estabilidade da inflação, aliada a uma moeda forte e uma economia guiada por um viés mais conservador, sem solavancos e mudanças abruptas, possibilitou momentos de grande consumo e crescimento na década de 90.

Inicialmente a democracia viveu períodos de inflação galopante e grande instabilidade da economia. Este cenário facilitou o surgimento de mecanismos de lavagem de dinheiro devido à volatilidade do capital (Zaluar, 2007). Os crimes econômicos se tornaram

mais complexos, utilizando a dificuldade oficial de produzir controles da atividade econômica.

O fator econômico não pode ser negligenciado quanto ao seu impacto na segurança. A crise econômica pode ser um fator gerador de criminalidade que, ao mesmo tempo, foge da esfera de uma efetivação de planos de segurança pública. Segundo Soares a crise econômica “provoca desemprego em massa e aprofundando desigualdades, na contramão de uma cultura hegemônica individualista e igualitária, pode funcionar como vetor facilitador da difusão de práticas criminosas”. (SOARES, 2007, p.78)

Após a estabilidade econômica conquistada em 1994 o crime continuou a crescer, bem como se consolidou o surgimento de um enorme mercado informal, que facilmente se misturou com empreendimentos econômicos misteriosos (ZALUAR, 1999).

A violência disseminou-se grandemente, e a política ganhou traços inesperados para uma democracia estabelecida. Apesar das conquistas no plano econômico, que haviam cessado na década de 1980, a democracia não acabou com a violência, apesar de estarem em planos opostos. “O caráter paradoxal dessa configuração deriva do fato óbvio de que a lógica de um ciclo de violência é o oposto da lógica de uma ordem democrática baseada no respeito aos direitos de cidadania” (CALDEIRA, 2000, p.207).

Como procuramos mostrar anteriormente, a violência não pode combinar com um regime de liberdade e igualdade. Esta combinação— violência e democracia — foi designada por Peralva (2000) como “paradoxo brasileiro”:

O retorno à democracia efetuou-se *pari passu* com uma identificação sem precedentes da criminalidade. O número de delitos já havia aumentado nos anos 70, mas foi nos anos 80 no exato momento em que a abertura política se iniciava, que o crescimento das taxas de homicídio se acelerou, atingindo patamares até então desconhecidos e combinando-se com outras formas de violência múltiplas e fragmentadas (PERALVA, 2000, p.73).

É bem verdade que violências de diversas ordens têm sido observadas em vários países do mundo, com destaque para aqueles onde as mudanças sociais foram rápidas e marcantes, como na América Latina.

O tema da violência, dentro dos ditames democráticos, conquistou muito espaço para discussão em diversas partes do mundo. Além da criminalidade, outros elementos agressivos e comportamentos de risco surgiram no cenário contemporâneo: *skinheads*, torcidas organizadas no futebol, surfe ferroviário, ente outros:

Mas é sobretudo a ausência de mecanismos de regulação apropriados a um novo tipo de sociedade emergente que explica a importância dos fenômenos de violência mais maciços e mais espetaculares; quer sejam aqueles ligados à desorganização social nas periferias pobres paulistas, que engendram uma sociabilidade conflitiva, tornada em forte medida mortífera em razão dos níveis de circulação de armas de fogo [...] (PERALVA, 2000, p.85).

Além da polícia, ainda fundada em ditames enviesados pelos ilegalismos cotidiano, e grandes violações dos direitos humanos, espalhou-se pela nação um sentimento de impunidade devido a um sistema judicial ineficiente.

Como as fronteiras entre o legal e o ilegal são instáveis e como os abusos policiais são cometidos impunemente, não só a polícia é temida, mas também o sistema judiciário é deslegitimado e percebido como recurso não confiável para a justa resolução de conflitos. [...] a combinação de uma polícia violenta com um sistema de justiça deslegitimado é fatal para o controle da violência civil em qualquer situação, mesmo numa democracia. Na verdade, ela só ajuda a violência a proliferar, colocando em xeque as instituições democráticas. (CALDEIRA, 2000, p.155).

Conforme estudos realizados por Caldeira (2000) a maior parte das pessoas acredita que ‘a justiça é uma piada’, e que tanto a polícia quanto o judiciário favorecem as classes altas e raramente são justos com os trabalhadores. Assim, como a justiça é vista como um privilégio dos ricos, a população passa a procurar novas e privadas formas de segurança para resolver seus conflitos.

[...] o apoio às execuções sumárias e à polícia violenta implica numa implosão dos modelos legais tanto da polícia como da justiça. A lógica dessa visão tem raízes nos abusos e injustiças cotidianos praticados pelas instituições da ordem, e no desejo de justiça e vingança das pessoas. (CALDEIRA, 2000, p.364).

Assim, mesmo os meios legais de punição acabam sendo apropriados como privado. Ao acionar a polícia, uma vítima prefere que a polícia se vingue do que efetivamente se faça a justiça.

Os estudos de Caldeira (2000) foram realizados preferencialmente para o período que empreende a década de 80 e a primeira metade da década de 90. Já no começo da primeira década do século XXI a democracia brasileira avançou muito, a exemplo da tranqüila transição de governo para as mãos de um partido historicamente de esquerda, o PT. Hoje, mesmo a percepção dos direitos humanos já não é tão negativa (CARDIA, 2000).

O acesso à justiça é bem mais amplo hoje do que no momento dos estudos da referida autora, porém grandes camadas da população ainda permanecem sem acesso aos direitos fundamentais, muitas vezes violados pelo próprio Estado.

O Judiciário entrou em crise já na década de 80, onde já se acumulavam problemas históricos, e viu-se obrigado a enfrentar o enorme desafio que o crescimento da violência representava num cenário de mudanças aceleradas. Iniciou-se um hiato entre o crescimento da violência e o desempenho da Justiça, além das dificuldades propostas para a transição para o regime democrático (Adorno, 2002).

[...] o funcionamento precário e desigual do sistema de Justiça em razão das práticas organizacionais, que fazem a lógica da ação de seus funcionários, assim como o Código Penal caduco. Juntos, eles criaram “ilhas de impunidade” (Dahrendorf, 1992) e uma cultura indulgente para com as práticas ilegais. (ZALUAR, 2007, p. 41).

E ainda,

O funcionamento extremamente ineficaz e injusto do sistema de Justiça no Brasil joga um papel importante na crise da moralidade e no enfraquecimento do etos do trabalho, o que disseminou as práticas criminais em todas as classes sociais. Mais responsabilização, mais transparência e mais punição para os culpados de crimes graves em todas as camadas sociais são absolutamente necessárias para mudar esse quadro trágico. Isso já está em curso, mas com hesitações, retrocessos e descontinuidades. (ZALUAR, 2007, p.42).

A impunidade promovida pela ineficiência do Poder Judiciário emana de diversas fontes. As leis são antigas e ineficientes, a lei de execuções penais prevê excessiva burocracia para funcionar, os juízes e promotores são em número insuficiente para cobrir a quantidade enorme de processos, a maior parte deles envolvendo um mesmo grupo pequeno de pessoas, indicando dificuldades no acesso à Justiça.

As violações dos direitos humanos permanecem ocorrendo sistematicamente sem que os culpados sejam verdadeiramente punidos. A estrutura social favorece o ingresso de jovens no crime, elemento que foge do alcance das políticas da Secretaria de Segurança Pública. Várias conseqüências são observadas derivadas deste processo. Para Adorno (2002):

A conseqüência mais grave deste processo em cadeia é a descrença dos cidadãos nas instituições promotoras de justiça, em especial encarregadas de distribuir e aplicar sanções para os autores de crime e de violência. Cada vez mais descrentes na intervenção saneadora do poder público, os cidadãos buscam saídas. Aqueles que dispõem de recursos apelam, cada vez mais, para o mercado de segurança privada, um segmento que vem crescendo há, pelo menos, duas décadas. Em contrapartida, a grande maioria da população urbana depende de guardas privados não profissionalizados, apóia-se perversamente na proteção oferecida por traficantes locais, ou procura resolver suas pendências e conflitos por conta própria. (ADORNO, 2002, p. 104).

Daí emana a fonte que alimenta as “milícias”, que são um grupo nascido das contradições da estrutura social, do sistema judiciário e da aparelhagem da polícia. A existência de determinados grupos paramilitares, assim como a ocorrência acentuada de linchamentos e outras violações impunes dos direitos humanos, associada ao funcionamento da democracia representa, em primeiro lugar, um paradoxo, pois contraria a própria concepção de liberdade.

A crença de justiça para poucos, que impera no pensamento brasileiro e se confirma no pouco acesso disponível para camadas da população, encorajou os delinqüentes a cometerem novos crimes, pois sempre se poderia comprar um policial corrupto, ou um advogado competente que conseguisse confundir o embrenhado e complexo sistema penal do país.

Este é o caso dos crimes que conseguem dar seqüência no judiciário. Um grande número de crimes no Brasil, inclusive incontáveis homicídios, nem sequer são investigados pela polícia, e outro grande número de inquéritos acaba sem que os culpados sejam identificados.

Daí que um grande porcentual de bandidos nunca é preso nem punido, o que é para eles um encorajamento para repetir outros atos delinqüentes. E visto que o dinheiro pode garantir a impunidade, pois um policial não registrará o ato, começando o fluxo do processo jurídico, ou visto que advogados bem pagos sabem como evitar os processos e as condenações penais, reunir-se às quadrilhas de tráfico de drogas torna-se muito mais atraente. (ZALUAR, 2007, p.44)

Os problemas da democracia inacabada mostraram seu lado mais conflituoso ao deparar-se com a criação do crime organizado, estrutura da criminalidade que, em certos momentos, se mostra mais eficiente que o próprio Estado. A criação dos “sindicatos do crime” tem como responsável, pelo menos em parte, o próprio Estado, como fruto de suas políticas de segurança pública, tema que será objeto de maior discussão adiante.

Para Mingardi (2007) o crime organizado conforme reportado nos noticiários nem sempre é verdadeiramente tão organizado. O próprio mercado de drogas é relativamente

organizado sem que, efetivamente, tenha por trás uma organização criminosa, o que também é corroborado por outros autores.

“Crime organizado” é um operador de sentidos, capaz de oferecer aparente unidade ao que são reuniões arbitrárias de práticas, traços ou aspectos sensíveis emancipados de seus contextos e histórias. As mais distintas definições de “crime organizado” e suas derivações ou variantes têm em comum o fato de serem descritores funcionais, expressionistas e quase-empíricos de características, atributos ou qualificativos extraídos de casos, notícias, depoimentos ou relatos. Conformam uma listagem heteróclita, mais ou menos inclusiva, de achados para-arqueológicos de cacos, fragmentos e especulações. (PROENÇA E MUNIZ, 2007, p.160)

Na concepção de Mingardi (2007) são necessárias cinco características básicas para configurar o crime organizado e diferencia-lo do crime comum, sendo as quatro primeiras meras adaptações do funcionamento normal das empresas legais:

1. Hierarquia.
2. Previsão de lucros.
3. Divisão do trabalho.
4. Planejamento empresarial.
5. Simbiose com o Estado.

Dessa forma o crime organizado funciona como uma verdadeira empresa que só poderia existir se a quinta característica for possível, usualmente por conta da corrupção das instituições de defesa da justiça e cidadania ou mesmo da sua própria incapacidade. O crime é um negócio muito dinâmico, se um traficante vier a ser morto pela polícia, por exemplo, rapidamente outra pessoa lhe tomará o lugar. A mesma lógica servirá para todos os “cargos” disponíveis nessas organizações. Mesmo se o trabalho da justiça for altamente eficiente, a estrutura social que permite que as “vagas ociosas” sejam ocupadas permanece pela falta de competência do poder público.

A criação do crime organizado mostrou-se possível, devido à coabitação de militantes de esquerda, presos por motivos políticos, com presos comuns (PERALVA, 2000). O fato consumou-se na prisão militar da Ilha Grande, na Baía de Angra dos Reis, Rio de Janeiro. Foi neste contexto que surgiu o Comando Vermelho, cujo nome provavelmente faz alusão ao simbolismo desta cor para o legado ideológico dos marxistas. Estes acontecimentos, remeteriam:

[...]a algo bem mais interessante do ponto de vista analítico: ao esgotamento do universo ideológico da esquerda armada e também das lutas sociais dos anos 70, que anunciaram o retorno à democracia, seguida de uma confusão ambígua de discursos, em que a criminalidade e política aparecem indissociavelmente combinadas (PERALVA, 2000, p.91).

Na realidade, diversos tipos de ações violentas foram introduzidos no cenário de violências urbanas devido à experiência da ação da esquerda organizada nas décadas anteriores, experimentadas na prática de seqüestros e assaltos à rede bancária, principalmente. (PERALVA, 2000).

O crime organizado altera a imagem da violência no país, pois a ameaça antes difusa começa a ocupar enormes áreas em grandes centros urbanos e em algumas cidades do interior. O governo opera com ineficiência suas agências de inteligência e procura negar a existência do crime organizado, facilitando assim sua disseminação. Parece ser um mal dos governos negarem a existência do crime organizado. Mesmo Edgar Hoover (1895-1972) o célebre presidente do FBI, a Polícia Federal americana, morreu sem admitir a existência do crime organizado que tanto combateu: a Máfia.

No Rio de Janeiro o crime organizado já tem sob seu controle grandes áreas da cidade. No “morro” quem controla a entrada e a saída de pessoas são os integrantes das facções criminosas, que mantêm reféns parcelas da população vulnerável. Aproveitam-se da situação de pobreza de tais comunidades para alimentar suas fileiras e, como consequência, aumentar as estatísticas dos mortos.

No estado de São Paulo o crime organizado difere do seu “similar” carioca principalmente devido ao seu alcance, pois se encontra espalhado por diversas cidades do interior, região metropolitana e litoral, sem que haja controle efetivo de áreas urbanas na maior parte das ocasiões. O fenômeno do “espalhamento” é relativamente novo e teve especial impacto nas cidades localizadas no interior, que passou a conviver com o fenômeno apenas depois das políticas de expansão penitenciária ao longo da década de 1990.

## 2.2- Violência no Estado de São Paulo

O crime organizado começa a ganhar cada vez mais espaço no cotidiano das cidades, e ganha grande espaço também nos meios de comunicação. Com grande contribuição da propaganda do medo veiculada pela TV, pelos jornais e revistas do país, o estado mais rico da federação conheceu a força de sua principal organização criminosa, o PCC (Primeiro Comando da Capital).

No anoitecer do dia 12 de maio de 2006 se iniciou a maior onda de violência já perpetrada por uma organização criminosa no Estado. Aproveitando-se do indulto do dia das mães — ocasião onde cerca de 12 mil presos foram liberados para visitar suas famílias — a facção criminosa promoveu ataques a instituições públicas, preferencialmente a delegacias de polícias, mas também a escolas, universidades, fóruns, prefeituras, entre outros. Ao final dos oito dias a contagem oficial informou 373 ataques, onde centenas de pessoas foram mortas, tanto detentos como ex-detentos, cidadãos comuns e policiais.

As contagens de mortos feitas por comissões independentes indicam números de óbitos maiores que os anunciados oficialmente. Um estudo realizado pelo Laboratório de Análise da Violência, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro aponta que ocorreram 564 mortes por arma de fogo na semana dos ataques, 505 deles civis.

No período dos ataques o comércio registrou uma queda de 90% nas vendas e a cidade de São Paulo registrou um megacongestionamento: eram os paulistanos querendo se esconder em suas casas, desesperados. Efeitos semelhantes ocorreram em outras cidades, tanto no interior como no litoral, ou seja, ruas vazias, comércio fechado e medo. Nas ruas ocorria uma guerra entre a polícia e o PCC, um enredo que lembra os filmes de *Hollywood*.

Aparentemente o poder público fora pego de surpresa. O então governador do Estado, Cláudio Lembo (PFL), vice de Geraldo Alckmin (PSDB) que saíra para concorrer à presidência no mesmo ano, negou desconhecimento prévio das ações por falha do sistema de inteligência e afirmou que estava preparado para reagir. Nas ruas a polícia agiu com violência buscando suprimir os ataques, que duraram cerca de oito dias. De acordo com o comandante geral da PM na época, o coronel Elizeu Eclair Teixeira Borges, entre os dias 12 e 20 de maio de 2006 as forças públicas mataram 110 pessoas, 79 delas suspeitas de pertencer ao PCC.

Outras duas ondas de ataque foram atribuídas à organização, uma em julho outra em agosto de 2006. Entre os dias 11 e 14 de julho, o alvo preferencial foi o ataque aos ônibus em cidades maiores, mas prédios públicos e particulares também foram atacados, como bancos e agências do correio. Já em agosto, entre os dias 7 e 9 o ataque foi caracterizado pelo uso de bombas caseiras contra prédios públicos, preferencialmente os do Ministério Público e da Secretaria Estadual de Justiça. No mesmo mês o repórter da TV Globo de São Paulo, Guilherme Portanova, foi seqüestrado por supostos membros do PCC e liberado apenas após a exibição de um vídeo pela mesma emissora, onde raptos reclamavam de supostas irregularidades do Regime Disciplinar Diferenciado, sistema utilizado na penitenciária de Presidente Bernardes, a melhor do país e temida pela facção.



Os ataques do PCC revelaram uma comunicabilidade entre o intra e o extramuros das penitenciárias do Estado. Revelaram também as dificuldades do combate ao crime organizado e falhas no sistema de segurança pública estadual, principalmente o setor de inteligência, que não soube desarticular o ataque.

O PCC, que nasceu dentro dos presídios paulistas, é responsável por grande parte dos crimes de homicídio e tráfico de drogas, os delitos que mais cresceram nos anos 90 (ADORNO e SALLA, 2007). Até a década de 60 prevaleciam os crimes individuais, já as organizações criminosas, financiadas pelo tráfico de drogas, só crescem posteriormente.

Essa capacidade de organização foi resultando não apenas em ganhos econômicos, mas igualmente em prestígio de alguns no mundo do crime, os quais passam a ter ascendência sobre a massa de presos. Essa foi uma das bases para a constituição de lideranças no meio prisional e mesmo para a constituição de grupos que começaram a reclamar identidade própria no mundo da criminalidade urbana (ADORNO e SALLA, 2007, p.16).

O poder e o prestígio proporcionados pela organização do crime e seus retornos financeiros facilitou a coerção de vários presos pobres, com uma ficha de crimes menos graves ou violentos, que passaram a integrar o PCC (ADORNO, SALLA, 2007). Ocorre, então, uma espécie de escravidão da maioria dos membros, que temem as perigosas retaliações dos líderes do grupo.

A organização se formou dentro do Anexo da Casa de Custódia de Taubaté em 1993, inicialmente composta por oito pessoas que se organizaram para formar uma equipe de futebol. Afirmavam que a facção havia sido criada para “combater a opressão dentro do sistema prisional” e para vingar os 111 presos mortos no episódio que ficou conhecido como “massacre do Carandiru”, que trataremos mais adiante. Segundo Mingardi (2007), os líderes do grupo aproveitaram-se de um discurso sindicalista que identificava um inimigo comum à massa dos presos, a administração carcerária, e propunham laços de amizade e fraternidade.

O PCC, ao assumir o controle dos presos, fez com que o número de mortes dentro dos presídios diminuísse, bem como reduziu a ocorrência de outras violências dentro dos presídios, como os abusos sexuais, que foram banidos. O poder do PCC, que é conhecido também como “partidão” ou “partido”, cresceu dentro das penitenciárias paulistas.

Por algum tempo todos os líderes da facção estavam presos no antigo complexo do Carandiru, porém, com a nova política de expansão penitenciária que tinha como um dos objetivos a extinção do complexo, as lideranças do PCC foram dispersas para as novas unidades penitenciárias no interior. Essa política carcerária serviu como mecanismo de

distribuição dos líderes, que cooptaram novos membros nos locais em que se estabeleceram. O efeito de tal divisão sobre a organização do grupo ainda não está claro devido à falta de estudos sobre o crime organizado.

Os presos, como enxergavam laços de fraternidade naquela organização e viam os grandes valores de dinheiro fruto de suas atividades ilícitas circularem entre seus membros, viam na organização uma forma de se proteger da violência dos agentes penitenciários. O PCC “contribuiu para firmar a malha de solidariedade entre os presos, pela imposição da violência e do medo, mas também pela construção de uma percepção de pertencimento, revelada na expressão própria aos membros do grupo como “irmãos” (ADORNO, SALLA, 2007, p.17).

Essa força proporcionada pelo sentimento de fraternidade passou a recrutar indivíduos também fora das instituições de encarceramento. A cooptação se dava também quando os membros eram liberados da cadeia, disseminando o discurso do PCC nas ruas e conseguindo, assim, se associar a outros delinquentes. Movimentos de fraternidade dos membros, como rituais de iniciação e os pequenos presentes também contribuíram para dar ares prestigiosos à associação criminosa frente a populações em situação de risco social.

O aumento substancial do número de membros, aliado à distribuição dos mesmos pelas cidades do Estado de São Paulo somado à capacidade de comunicabilidade proporcionada pela telefonia móvel e pela disseminação aguda dos meios de comunicação, possibilitou que o PCC se espalhasse por praticamente todo o sistema prisional paulista. A organização criminosa, consciente de suas próprias características e seu próprio alcance, fez uma incrível demonstração do seu poder no dia 18 de fevereiro de 2001.

Aquela tarde de domingo se transformou na maior rebelião de presos da história do país, onde nada menos que 29 unidades prisionais, nas diferentes regiões do estado, entraram em colapso sob ordens diretas do PCC. Para Salla (2006):

Essas rebeliões simultâneas tinham um motivo muito claro, ligado a esse grupo criminoso: pressionar a administração penitenciária para a volta para a Casa de Detenção de São Paulo dos líderes do grupo que haviam sido removidos dali, dias antes, para o Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, uma espécie de *supermax* do sistema penitenciário do Estado de São Paulo. [grifos do autor] (SALLA, 2006, p.275).

A demonstração da força do PCC, por outro lado, é uma demonstração clara da fragilidade de como têm sido discutidas e guiadas as estratégias de segurança pública e de administração penitenciária. A “megarrebeldião”, segundo Salla (2006), revelou novas

características do cotidiano penitenciário, como o poder da organização criminosa e a corrupção dos agentes prisionais. O estado não consegue controlar os presos e, por conseguinte não consegue fazer valer os princípios de integridade e respeito.

A população do estado está atemorizada com o que vê e ouve nos meios de comunicação. A impressão é de um descontrole na segurança pública, onde o estado permanece sem conseguir empreender suas atribuições e “a violência passou a caracterizar-se eminentemente como violência letal, visível e cotidiana, graças à abundância de armas de fogo, ao papel desempenhado pela mídia, e como fenômeno urbano, a despeito da violência no campo não ter desaparecido” (GÓES, 2006, p.2).

O quadro atemorizador que se configurou no final da década de 80 e, com mais intensidade, na década de 90, serviu de indicador da funcionalidade do pensamento popular brasileiro, que ainda não conseguiu fazer a conversão democrática por completo. “[...] apenas uma forte vontade democrática, embora necessária, não é suficiente para criar uma sociedade respeitadora dos direitos humanos e reverter o padrão tradicional de abusos, se uma parte dos cidadãos opõem-se a isso”. (CALDEIRA, 2000, p.181).

A existência de tamanha violência sistematizada, da qual ninguém está imune, criou dificuldades para uma sociedade que ambicionava criar laços de cidadania e democracia. Essa dificuldade deixou marcas nos brasileiros que podem ser expressas por dois paradoxos do Brasil democrático, sendo um deles a convivência violência/democracia, e o outro pela fato de constituirmos

Uma nação que foi construída pelos ideais da cordialidade e da conciliação e que mudou recentemente essas idéias depois da crítica de intelectuais importantes sobre a ausência de cidadania nelas. Porém, os mecanismos da vingança pessoal e os impulsos agressivos incontroláveis tomaram o seu lugar, visto que nem o perdão nem a pacificação foram discutidos publicamente no término do regime militar (ZALUAR, 2007, p. 31).

Esta estrutura social sustentou a existência de grupos de extermínio, linchamentos e a falta de crença nos ideais dos direitos humanos em plena democracia. O estado está incapacitado de oferecer segurança, a despeito da prosperidade econômica do mesmo período. Essa ideologia gerou o que Peralva (2000) chamou de tolerância em relação à violência.

A inserção da violência no seio da sociedade civil, na ausência de arbitragem legal, levou à banalização das formas mais extremas do crime, notadamente o homicídio. Mas a modernização sociocultural também abriu para expressões violentas da juventude pobre, com dois significados principais: de um lado, conflitos diretamente derivados da nova experiência da integração social; de outro, o

sentimento de viver situações de risco intenso, que suscitam em resposta condutas de risco” (PERALVA, 2000, p.96).

Vimos no capítulo anterior a concepção de violência para Birman (2001), para quem, em estado de violência, ocorre um vácuo entre os indivíduos, dificultando e esvaziando as trocas interhumanas, tornando o outro objeto de gozo. Esta noção é essencial para compreender que a falta de coletividade e cidadania brasileiro é gerada ou ampliada pelo medo da violência, tendo em vista o acréscimo do individualismo na transição democrática. Segundo os postulados de Giddens:

Quanto mais uma sociedade se mostra capaz de controlar coletivamente sua relação com o futuro e estruturar coletivamente as condições de uma confiança compartilhada, pelo apelo a ‘referências simbólicas’, mas também por meio de estratégias concretas de redução da insegurança, menos ela aceitará que as conseqüências negativas do risco possam atingir individualmente seus membros. De modo inverso, quanto mais as condições coletivas de construção da confiança forem débeis, tanto mais aceitável parecerá o risco individual, e tanto mais a confiança necessitará basear-se em estratégias individuais de controle de risco (GIDDENS *apud* PERALVA, 2000, p.124).

A lógica da violência no interior da sociedade brasileira carregará o fundamento do individualismo consumista. A estratégia de controle do risco individual tem como conseqüência o esvaziamento do espaço público, numa cultura marcada pelo viés da violência e consumo. A democracia, uma construção que deve ser coletiva e engajada encontra-se esvaziada, órfã dos mecanismos de controle populares por um desinteresse geral pela própria coletividade, figurando em seu lugar o “eu”.

O Brasil orgulha-se de seus objetos e símbolos culturais, destacando-se a música; ao mesmo tempo em que se mostra como um país onde os interesses individuais devem pesar mais que os interesses coletivos. “[...] no Brasil uma ética personalista, intimista, afetiva e sentimentalista sobrepuja sua inimiga liberal: a ética impessoal, racional e eficaz; o segundo chama atenção para o fato de que muitas vezes ‘a casa’ engloba ‘a rua’” (ALMEIDA, 2007, p.98).

Sérgio Buarque de Holanda, em seu ‘Raízes do Brasil’ (1936) aponta que o colonialismo nos legou como herança a primazia do espírito de aventura e conquista em detrimento do trabalho, verdadeiro fundamento da solidariedade social. Este postulado debilitou a capacidade brasileira de organizar a vida social, devido à força do privado e da família sobre a ordem pública.

Esse sentimento privatista está, conforme nos ensina Caldeira (2000) historicamente associado à formação do povo brasileiro desde as raízes na colonização.

Resgatando o pensamento do antropólogo Roberto DaMatta, Caldeira (2000) afirma que para o pensador o Brasil herdou das instituições coloniais, baseadas na escravidão, a ordem hierárquica. Ela representaria uma vida social organizada em torno de um código moral implícito e não-escrito fundamentado principalmente na exploração dos vínculos pessoais e na desigualdade, cujos valores mais importantes seriam o clientelismo e o favor.

A concepção privatista de segurança sustenta a possibilidade das ações das milícias, da “compra” de serviços de policiais por comerciantes, os bicos que os policiais fazem para políticos e empresários, a necessidade de uma polícia que “vingue” suas vítimas com violência, do desejo de implantação da pena de morte, ou seja, diversas formas de se apropriar e objetificar o corpo dos que não são, segundo as palavras dos delegados civis nos anos 80, “humanos direitos”. “No Brasil, onde o sistema judiciário é publicamente desacreditado, o corpo (e a pessoa) em geral não é protegido por um conjunto de direitos que o circunscreveriam, no sentido de estabelecer barreiras e limites à interferência ou abuso de outros” (CALDEIRA, 2000, p.370).

Os direitos humanos podem ser violados desde que estabelecidos os corpos-alvo de violação, sempre associados a uma potencialidade criminosa/perigosa que precisa ser contida com todos os instrumentos.

O significado criado pela dor nos corpos das pessoas é a vontade da autoridade absoluta, uma autoridade que não está interessada em entrar em debates ou admitir discordâncias, uma autoridade que negligencia a linguagem. Um mundo de significação negociada é criado pela linguagem, não pela dor. (CALDEIRA, 2000, p.369).

A dor, a ameaça ao corpo dos menos favorecidos, entendidos como potenciais inimigos, proporciona a criação de enclaves de proteção dentro da cidade, de forma a impedir a entrada e circulação dos “indesejáveis”. Sobre os corpos deles, em nome da vingança dos “decentes” sobre os “inferiores”, a tortura, a dor e o flagelo pode imperar, desde que a criminalidade fique controlada.

O corpo é concebido como um *locus* de punição, justiça e exemplo no Brasil. Ele é concebido pela maioria como o lugar apropriado para que a autoridade se afirme através da infligência da dor. Nos corpos dos dominados – crianças, mulheres, negros, pobres ou supostos criminosos – aqueles em posição de autoridade marcam seu poder procurando, por meio da infligência da dor, purificar as almas de suas vítimas, corrigir seu caráter, melhorar seu comportamento e produzir submissão. (CALDEIRA, 2000, p.370).

Com essa concepção de sociedade baseada intrinsecamente na privatização e flagelo dos corpos indesejáveis e potencialmente criminosos constitui enorme obstáculo para o estabelecimento da democracia, visto que os direitos e liberdades individuais entram em confronto com os corpos inspirados na posse, aos moldes da escravidão. Conforme explica Caldeira (2000):

Na sociedade brasileira, o que domina é a noção incircunscrita do corpo e do indivíduo. Até hoje, e independentemente do regime político, é sobre os corpos incircunscritos dos dominados que as relações de poder se estruturam, que os significados circulam e que se tenta construir a ordem. Quando a marcação dos corpos predomina, o respeito aos direitos civis é improvável, apesar de poder haver uma democracia política eleitoral e um respeito relativamente amplo aos direitos sociais. Os direitos civis, no entanto, parecem depender da circunscrição do corpo e do indivíduo, e do reconhecimento de sua integridade. (CALDEIRA, 2000, p.374).

E ainda:

[...] por meio da questão da punição violenta e do crime, os brasileiros articulam uma forma de resistência às tentativas de expandir a democracia e o respeito pelos direitos além dos limites do sistema político. No contexto da transição para a democracia, o medo do crime e os desejos de vingança privada e violenta vieram simbolizar a resistência à expansão da democracia para novas dimensões da cultura brasileira, das relações sociais e da vida cotidiana. (CALDEIRA, 2000, p.375).

O Estado brasileiro foi incapaz de construir uma nacionalidade devido à sua imobilidade de elaborar condições da ação coletiva (Peralva, 2000). Ao mesmo tempo, ao colocar-se como autoritário, retirou de si o caráter promovedor da legalidade e igualdade entre cidadãos, não recuperado quando na instauração da democracia.

Este quadro promovedor da sensação de risco colocou na juventude um alvo privilegiado, em especial aquela pobre, pois gerou o sentimento de que atitudes de risco talvez fossem elas próprias opções de proteção.

A exposição a comportamentos de risco seria um mecanismo de apropriar-se dele, controlando-o através de sua antecipação e possibilitando, assim, uma fantasia de subjugar-lo. Peralva (2000) associa o comportamento dos jovens narcotraficantes como uma relação patológica com o risco, de certo modo, ao nosso ver, generalizado pela sociedade brasileira. Estando sempre imersos e cercados de criminalidade e violência, ainda que apenas subjetivamente, os jovens se defendem do medo expondo-se patologicamente ao risco:

A experiência do risco e a ausência de ordem pública e legítima formatam as condutas e modelam as estratégias individuais de resposta ao risco, independentemente de valores, ou de aspirações a uma mobilidade social desviante (PERALVA, 2000, p.137).

Estariam inseridos nesse “caldeirão de mudanças sociais” variáveis como o consumo, liberdade política, melhoria das condições de vida e implementação de uma cidadania participativa, todas transformações agudas com forte impacto na população jovem. Mas o desenvolvimento econômico e social não foi realizado de forma eficiente o bastante para minimizar a exclusão. Apesar dos avanços, ainda hoje milhares de pessoas estão fora do alcance do consumo capitalista, ou mesmo de condições mínimas de qualidade de vida.

[...] a impossibilidade para os pobres de ter acesso a bens que representam valores positivos da cultura de massa estaria na base de um agravamento das tensões e do ódio social” (PERALVA, 2000, p.83).

O desejo de consumo atravessa todas as camadas sociais, e leva os jovens pobres a almejamem o nível do consumo dos jovens das classes mais abastadas. A violência de que falamos não se fundamenta mais na lógica da fome, mas na lógica do consumo em massa ou, conforme Zaluar (1997), um “*ethos* do ganho a qualquer preço”. Esse fenômeno se observou especialmente na juventude no momento da transição para o regime democrático, ajudando a elucidar as relações juventude e violência.

As mudanças econômicas aliadas às mudanças no plano político produziram mudanças nas relações de produção e consumo, com a inserção crescente de um capitalismo mais aberto e dinâmico no Brasil:

De fato, uma revolução nos modelos de consumo também chegou ao Brasil. Uma plethora de bens de consumo, estilos de consumo sempre renovados, e imensos centros de lazer e de consumo foi a principal mudança visível. Os valores culturais acompanharam tais mudanças nas formações subjetivas: valores individualistas e mercantis selvagens se disseminaram durante os anos 1970 e 1980, traduzidos pelas expressões corriqueiras “fazer dinheiro fácil” e “tirar vantagem de tudo”. Ou seja, a sociedade brasileira, pode-se dizer, foi colonizada pelo mercado que passou a carecer dos limites morais usualmente fornecidos pelo social. (ZALUAR, 2007, p.34)

Por outro lado o abismo que separa historicamente ricos e pobres no Brasil não diminuiu com o crescimento da riqueza. Para Adorno (2002) o Brasil não é um país pobre, mas com muitos pobres.

[...] em 1960, a renda apropriada pelos 10% mais ricos era 34 vezes superior à renda apropriada pelos 10% mais pobres. Trinta anos mais tarde, aprofundaram-se as desigualdades na distribuição da renda pois esse *gap* se eleva para 78 vezes (Cf. Lampreia et al., 1995). Vale notar que, nos últimos trinta anos, estudos demonstram o crescimento da renda beneficiando em termos absolutos todos os grupos sociais. Tais estudos sugerem que houve inequívoca melhoria do bem-estar. No entanto, reconhecem que os ganhos foram alocados de modo tão desproporcional que teve por efeito acentuar pesadamente as desigualdades sociais. [grifos do autor] (ADORNO, 2002, p.117).

É necessário cuidado, todavia, ao associar a pobreza à violência. Diversos estudos analisaram a relação entre ambos<sup>13</sup>, não encontrando correlações satisfatórias. Em estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, conforme relata Caldeira (2000):

Pezzin foi incapaz de encontrar correlação estatística significativa entre suas variáveis e os crimes contra a pessoa. Ela concluiu que os crimes contra a pessoa (crimes de ‘força psicológica’, como ela os chama) não são muito afetados nem pelas variáveis socioeconômicas e níveis de urbanização nem pelos gastos do Estado com segurança pública (Pezzin 1987, p.108-109). (CALDEIRA, 2000, p.130-131).

Pezzin descobriu que, ao contrário do que aconteceu aos crimes contra a pessoa, os crimes contra a propriedade estavam positiva e significativamente correlacionados aos indicadores de urbanização, pobreza, migração e desemprego (Pezzin, 1987, p.108-109). (CALDEIRA, 2000, p.131).

A violência não está associada diretamente à pobreza, como se pode depreender a partir do estudo realizado por Cardia, Adorno e Poletto (2003), na cidade de São Paulo objetivando explicar as taxas de homicídio. Segundo estes autores,

Como sugerido, não é apenas as mais elevadas concentrações de população muito pobre que explicam as elevadas taxas de homicídio, porém a combinação de múltiplos aspectos: concentração de população jovem; a ausência de idosos, significando a ausência de supervisão de crianças e adolescentes por parte de adultos; a ausência de empregos; o baixo grau de escolaridade dos chefes do domicílio; e a ausência de políticas públicas para amenizar o impacto da extrema pobreza expressa na falta de investimentos em habitação, em infra-estrutura pública (urbana) e em saúde pública. (CARDIA, ADORNO e POLETO, 2003, p.56).

No mesmo estudo os autores realizaram a análise fatorial dos dados coletados e constataram que dois fatores explicaram 62% da oscilação das doze variáveis. Ou seja, o índice de mortes violentas, o mais utilizado na avaliação dos níveis de violência, está mais associado ao elevado crescimento populacional e à elevada porcentagem de jovens na

---

13 Exemplos de tais estudos podem ser encontrados em: Zaluar (1994), Miceli, (1999), Beato e Reis, (1999), entre outros.



população das comunidades mais atingidas do que a qualquer das outras variáveis apresentadas.

O problema, apesar da percepção contrária de muitos, não está na pobreza, e sim na criminalização dos pobres, sendo estes foco privilegiado dos abusos das agências de controle social.

Polícia e justiça pareciam revelar maior rigor punitivo contra negros, pobres, migrantes (Adorno, 1994 e 1995). Ainda em fins da década de 1980, Box (1987) realizou instigante estudo sobre as relações entre recessão, crime e punição. Suas conclusões indicaram correlações entre crise econômica e tendências à superpopulação prisional, conclusão a que também chegou mais recentemente Wacquant (1999). (ADORNO, 2002, p.109).

O fator pobreza, por si só, é incapaz de explicar as diferenças da criminalidade encontradas na comparação entre bairros ricos e pobres. Por outro lado, as diferenças simbólicas que separavam ricos e pobres foram drasticamente reduzidas com o maior alcance dos pobres ao universo de consumo das classes mais abastadas, a despeito da manutenção do abismo existente entre as classes:

Nesse caso, a decomposição das normas e dos vínculos tradicionais introduz um individualismo destruidor, que se traduz, por sua vez, na prioridade da busca do dinheiro a qualquer preço. Uma forte dessocialização faz desaparecer as normas e os grupos que as representam, e produz esse encontro direto entre as necessidades sociais e a recusa das regras. (TOURAINÉ, 2000, p. 13).

O desejo de sustentar a família através do trabalho verificado como um dos valores fundamentais dos pais de família durante o período autoritário deu lugar ao consumismo desenfreado típico das classes médias e altas.

Não é raro que estudantes de ciências sociais, ao visitarem habitações populares, surpreendam-se com os equipamentos eletrônicos domésticos, inclusive computadores. Decerto melhorou o acesso dos segmentos mais pobres ao conforto proporcionado pelo progresso tecnológico. No entanto permanecem acentuadas restrições de direitos e de acesso às instituições promotoras do bem-estar e da cidadania. (ADORNO, 2002, p.121)

Se antes o universo das camadas populares era dominado pela necessidade e pelo esforço de sobrevivência, a experiência democrática associada ao maior acesso à educação e às melhorias observadas na dimensão econômica possibilitou que os jovens pobres tomassem contato com o universo dos jovens da classe média (Peralva, 2000). Esse processo, que a autora nomeou “dessegregação”, possibilitou a transformação da relação dos jovens pobres com o meio urbano, constatável pela ampliação da “capacidade do jovem favelado em fazer

amizade fora do seu meio social de origem aumentou, bem como sua capacidade em compartilhar com os jovens da classe média espaços públicos de lazer que, na origem, não lhe eram destinados”. (PERALVA, 2000, p.59).

Pela televisão os favelados tem acesso ao mesmo universo simbólico que os ricos e podem se tornar mais conscientes da imensa desigualdade social de uma sociedade onde qualquer um pode comprar uma televisão a crédito, mas na qual o estilo de vida que ela exhibe é território exclusivo da elite. (CALDEIRA, 2000, p.72).

A ascensão social necessária que possibilita os recursos financeiros para tal consumo é de difícil alcance para os jovens pobres. A sua maioria fica preso à lógica de exclusão que caracterizou a vida de seus ascendentes. São diversos obstáculos: educação precária, preconceito, dificuldade de acesso aos assentos das universidades, entre outros. Assim os jovens não conseguem bons postos de trabalho nem renda para o consumo desejado.

A partir de pesquisa desenvolvida em área pobre do Rio de Janeiro no início dos anos 80, Alba Zaluar assinalou a oposição perceptível entre as atitudes e as representações típico-ideais dos trabalhadores adultos e dos jovens pobres. Os primeiros – homens, chefes de família, no mais das vezes operários da construção ou prestadores de serviços – reivindicavam ativamente os valores do trabalho e consideravam-se ‘provedores’ das necessidades familiares. Os jovens tinham de si mesmos uma imagem de consumidores potenciais. Tal mudança era evidentemente fundamental do ponto de vista das condições de estruturação do vínculo social. O trabalho não havia deixado de ser no Brasil uma experiência cotidiana da juventude pobre, mas já havia deixado de ser um elemento central de articulação da experiência popular. Ele havia deixado de ser meio de vida para tornar-se vetor de um consumo personalizado” (PERALVA, 2000, p.31).

As condutas violentas da juventude não são fruto de um processo de exclusão: ao contrário, são resultado de um processo de inclusão econômica, através do crescimento econômico e social, através do maior alcance da educação, realizados ao longo das décadas anteriores. Esse processo ímpar de inclusão não promoveu o acesso aos bens culturais da classe média, mas deu suporte para o desejo de alguns jovens das classes excluídas quererem por qualquer meio acesso a esse consumo. Não é difícil ouvir histórias de jovens favelados que, uma vez trabalhando para o tráfico, gastam seus rendimentos com tênis de marcas caras ou roupas de grife.

O caminho trilhado por muitos, em maior e menor grau, e ainda assim como minoria, com infindáveis variações nas histórias e nas circunstâncias, é o do crime. Touraine (2000) afirma que muitas das formas de desvio carregam uma forte dose de conformismo.

Observando jovens ladrões, [Robert] Merton vê neles um grande conformismo quanto aos fins – ter um automóvel como todo mundo – e uma recusa ainda maior em aceitar as normas dominantes e a lei. Na situação em que se encontram, para ter um carro como todo mundo é preciso roubar. Tal é o hiperconformismo desviante que Merton evocou na sua análise das formas da anomia. A força dessa análise, que muitos retomaram mais tarde, vem do fato de unir palavras aparentemente contraditórias: hiperconformismo quanto aos fins e desvio quanto aos meios. É verdade que a hipótese é paradoxal e talvez excessivamente brilhante, posto que possuir um automóvel é legítimo como indicador de nível social, mas possuir um automóvel roubado não tem nenhum significado em termos de integração, nem como indicador de nível social. (TOURRAINE, 2000, p.12-13)

Esses “caminhos alternativos” são tão presentes e cotidianos na vida de muitos brasileiros que as relações entre trabalho, consumo e bandidagem se entrelaçam de maneiras complexas e contraditórias. Zaluar (1983), em seus estudos desenvolvidos em áreas pobres do Rio de Janeiro faz uma constatação ao mesmo tempo chocante e contraditória. Os pobres, mesmo aqueles que se autodenominam “respeitáveis”, mostram respeito à propriedade privada apenas na presença de membros das classes mais abastadas. Mas suas conversas particulares, em especial os jovens, o valor da propriedade privada não tem tanta importância. Desta forma:

Do mesmo modo que a visão negativa do trabalho, essa percepção do roubo e o ato de praticá-lo parecem estar vinculados a uma forma de contestação da sociedade, mas que é logo rotulada de crime pelas autoridades públicas porque quem pratica é pobre e, portanto, perigoso. (ZALUAR, 1983, p.270).

Essa lógica não é nova, mas sua recente ampliação é indicador forte da mudança das relações que a criminalidade assumiu com seus executores e suas vítimas. A tolerância à violência parece ser cada dia crescente, bem como a complexidade das estruturas que são necessárias para a convivência com o risco de todo dia.

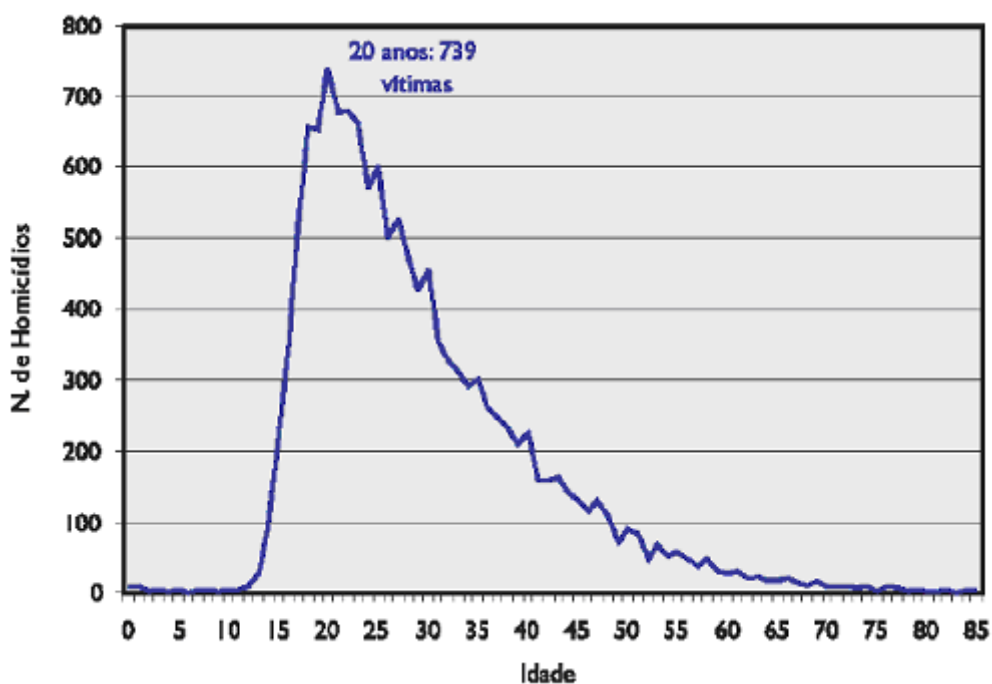
Essa violência marcou a cultura juvenil, que ficou vulnerável às convocações efetuadas pelo crime organizado. Muitos são chamados de “soldados do crime”. É marcante o número de menores presos em operações da polícia cometendo diversos crimes, como tráfico de drogas e até estupros. Os jovens são usados como massa trabalhadora pelos traficantes mais poderosos, aproveitando-se da legislação de proteção ao menor e sua situação de exposição e risco. Assim, “nota-se uma tendência da opinião pública e do senso comum em relacionar adolescência e violência (principalmente a criminalidade) tão forte quanto à tendência em associar pobreza e violência”. (GUIMARÃES e CAMPOS, 2007, p.189).

Para Mingardi (2007), o crescimento e/ou a presença de uma grande proporção de jovens nas comunidades é fator gerador de criminalidade que se encontra fora do alcance das

políticas de segurança pública. Em estudo de Cardia (2003), a autora observou que as regiões mais violentas da cidade de São Paulo são, justamente, aquelas que apresentam maior concentração de população jovem. Observaram-se também, nas mesmas regiões, grandes proporções de chefes de família jovens, sem conseguir uma sustentação firme no mercado de trabalho, vivendo de subempregos.

Todas essas características da juventude pós-redemocratização colocaram esta camada da população dentro do estágio agudo de mortalidade por causa externa dentre todas as outras faixas etárias no Brasil devido ao risco social ao qual estão expostos, como se vê na figura 1, a seguir.

FIGURA 1. Número de homicídios conforme idade em São Paulo - 2003



Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Sobre Mortalidade – SIM

Pode-se observar na figura acima que a maior parte das vítimas de homicídio concentram-se em torno do assustador pico de mortalidade aos 20 anos de idade. Assim podemos concluir que a juventude é a população mais vulnerável dentre todas as outras do estado, como conseqüência da combinação de uma série de fatores, dentre eles, a crise da família, o abismo entre jovens e adultos, o sistema escolar ineficaz, a falta de treinamento profissional, mais a quantidade de postos de trabalho insuficientes que complementam o quadro de vulnerabilidades das quais estão expostas as camadas mais jovens e pobres da população.

Dentre os jovens do Brasil aqueles do sexo masculino representam 92,1% das vítimas de homicídio em todas as unidades da federação. Ou seja: o jovem é quem mata mais, mas também quem morre mais, logo necessita um olhar específico.

De certa maneira, podemos afirmar que políticas de segurança pensadas em termos de prevenção são completamente inviáveis sem o estabelecimento conjunto de programas de políticas voltadas para a juventude.

Estudos com representações sociais a respeito da violência (PORTO, 2006; GUIMARÃES e CAMPOS, 2007) realizados com amostras de jovens e adultos mostram que já existe uma cultura de banalização da violência, onde os fatos violentos são percebidos como meros “acontecimentos da vida”, a impunidade é uma certeza e a descrença no futuro é constante.

Este descrédito que leva a uma lógica do “salve-se quem puder e como puder” é compatível com outra lógica que informa este tipo de raciocínio, a do “fazer justiça com as próprias mãos”, levando cidadãos a se armarem e a se prepararem para pôr em prática a clássica afirmação da ciência política acerca da guerra de todos contra todos, ou a recorrerem ao Estado, reivindicando aumento de repressão, como saída para conter a destruição e combater a ineficácia – real ou representada – do aparato público de justiça. O descrédito nestas instituições provedoras de justiça e de segurança acaba sendo, igualmente, o mote para alavancar a indústria bélica, acionada na guerra urbana e responsável pela produção de um gigantesco aparato tecnológico de “proteção”, que, na prática, coloca o cidadão que dele se utiliza como o agente de sua própria segurança. (PORTO, 2006, p.269).

Por conseguinte, os sujeitos vítimas da violência interferem na ocupação dos espaços de relações sociais, cada vez mais esvaziados e substituídos pela lógica da segurança particular. O impacto da violência na subjetividade dos brasileiros é enorme e atinge diversas áreas, e o mais marcante de todos os impactos é a tolerância em relação à violência, e até mesmo às violações dos direitos humanos.

A dificuldade de guia pelo pensamento democrático levou a população a exigir de seu novo Estado medidas enérgicas à semelhança dos tempos autoritários. O Estado, como poucas vezes, agiu na conformidade do pensamento da maioria da população. A questão da segurança é muito polêmica, e demonstrações de pensamento orquestrado com o eleitorado rende votos no momento das eleições.

### 2.3- Políticas de segurança pública

As políticas de segurança implementadas nas décadas de 1990 e 2000 são reflexo da influência das crenças populares a respeito da violência, e uma mostra da dificuldade do

pensamento democrático. Os autoritarismos estariam de volta, em especial nos programas estaduais. No nível federal, nenhum Presidente conseguiu dar continuidade a um plano de segurança eficiente.

A violência cresce sistematicamente, atravessando os governos Sarney (1985-1990), Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995). O primeiro grande plano nacional de combate à violência só aparece durante o governo Fernando Henrique Cardoso, eleito pelo PSDB (1995-2003), primeiro como o lema da estabilidade da economia, e depois pela promessa da geração de empregos. O plano tinha como desafio inicial substituir o modelo envelhecido de segurança, pública herdado do regime anterior e que ainda não havia sido combatido por um plano orquestrado nacionalmente (ADORNO, 2003):

Por certo, reconhecia que, nesse domínio da intervenção governamental, os desafios à mudança não eram apenas de grande magnitude; mais do que isso, os agentes e as agências encarregadas de implementar lei e ordem e de garantir a segurança pública revelavam renitente capacidade de resistir às mudanças institucionais. As rupturas manifestavam-se aqui mais difíceis de serem asseguradas. Poderosos interesses incrustados na burocracia estatal, alguns advindos do regime autoritário, ainda ocupavam um espaço importante nos processos decisórios (ADORNO, 2003, p.103).

Em 2001, momento imediatamente posterior ao ano com índice mais elevado de preocupação nacional sobre a violência (ADORNO, 2003), o governo do PSDB lançou o I Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP)<sup>14</sup>. Ao final daquele ano e os meses subsequentes de 2002, a preocupação com a violência volta a crescer devido ao grande número de crimes bárbaros de repercussão nacional. Vale lembrar que, de acordo com o Mapa da Violência de São Paulo, publicado em 2005, os índices de violência já estavam em queda.

O governo de Fernando Henrique Cardoso enfrentou algumas dificuldades para conseguir colocar em prática os planos geridos. Os investimentos em segurança pública já estavam em queda desde a década de 80, as reformas promovidas pela legislação penal foram tímidas. A rotina já instalada de desrespeito aos direitos humanos nas delegacias, o baixo desempenho da justiça criminal, a expansão do crime organizado (antes exclusividade do Rio de Janeiro, agora também tinha muita força no estado de São Paulo) entre outras (ADORNO, 2003). Vale lembrar também que o cargo de ministro da justiça teve, no período FHC, nada menos que nove titulares, o que, certamente, não contribuiu para a continuidade de qualquer política.

---

<sup>14</sup> É notável que, apesar do pioneirismo do governo FHC, este só foi capaz de tentar implementar uma política nacional de segurança apenas no segundo mandato,

O PNSP pretendeu alcançar o sistema de Segurança Pública em seu conjunto, tentando articular as competências do Executivo com as do Legislativo, do Governo Federal com os governos estaduais. Dentre as medidas de competência do Governo Federal estavam, entre outras, o combate ao narcotráfico e ao crime organizado e o controle das armas. Buscaram-se também novas medidas de repressão à criminalidade organizada, com a articulação de diversos órgãos estatais, como Polícia Federal, Receita Federal, Banco Central, Agência Brasileira de Inteligência, entre outras (ADORNO, 2003).

Os Ministros da Justiça que se sucederam no período, implementaram mudanças no Plano visando aperfeiçoá-lo, porém o governo FHC terminou sem conseguir, efetivamente, implanta-lo, devido a diversos problemas de ordem política e do foco no plano econômico, que havia sentido severos abalos decorrentes da política de desvalorização do Real.

É certo que o governo FHC não deixou sua marca no domínio da segurança pública. Todavia, não há como deixar de reconhecer avanços no campo dos direitos humanos e mesmo no da segurança pública. (ADORNO, 2003, p.137-138).

E ainda:

Em curto prazo, contudo, cabe dizer que o esforço governamental não logrou romper com os problemas herdados do primeiro mandato. Não se logrou efetivamente articular e integrar as políticas de direitos humanos, segurança pública e controle e tráfico de drogas. Cada uma dessas políticas continuou operando segundo lógicas próprias, locais e setoriais, atendendo às demandas dos diferentes grupos de pressão que haviam, desde há muito, se posicionado no interior das agências encarregadas de implementar tais políticas. Com isso, permaneceu o *gap* entre direitos humanos e segurança pública; não se construíram as bases para lograr um consenso político de como implementar lei e ordem sem comprometer o Estado de Direito e as políticas de proteção dos direitos humanos. (idem, ibidem).

Por outro lado o marco positivo do período foi a virada que Fernando Henrique Cardoso deu à questão da segurança pública ao conferir-lhe o *status* político superior. Finalmente foi reconhecida a importância que a segurança deve ocupar nos planos políticos e a responsabilidade que o Governo Federal tem sobre a matéria (SOARES, 2007).

O legado de Fernando Henrique nessa área, bem como várias idéias que conceberam suas políticas não conseguiram ser concretizadas, mas foram herdadas pelo seu sucessor. Os planos na área de segurança públicos após o período FHC contêm claramente elementos de suas idéias.

O primeiro mandato do novo governo, do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003 – 2005), eleito pelo PT, foi marcado pela gestação de uma nova política de Segurança

Pública, em parceria com o Instituto Cidadania<sup>15</sup>. O plano guardava diversos méritos, como sua posição não-partidária, o compromisso com a seriedade técnica e sua marca fundada na construção de um consenso nacional sobre a matéria espelhada principalmente pelo Pacto pela Paz. O plano fora bem recebido, até mesmo por adversários políticos do novo presidente. O que parecia uma revolução na área de segurança redundou em um decepcionante fracasso, conforme Soares (2007):

O Presidente reviu sua adesão ao Plano e desistiu de prosseguir no caminho previsto, porque percebeu – na interlocução com a instância que, à época, se denominava “núcleo duro do governo” – que fazê-lo implicaria assumir o protagonismo maior da reforma institucional da segurança pública, no país, ou seja, implicaria assumir a responsabilidade pela segurança, perante a opinião pública. E isso o exporia a riscos políticos, pois a responsabilidade por cada problema, em cada esquina, de cada cidade, lhe seria imputada. O desgaste seria inevitável, uma vez que os efeitos práticos de uma reorganização institucional só se fariam sentir a longo prazo. (SOARES, 2007, p.88)

Já no segundo mandato, iniciado em 2006, Lula anunciou um novo programa para segurança, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o Pronasci, que prevê investimentos de R\$ 6,707 bilhões até o fim de 2012. Basicamente o novo plano endossa os princípios já encontrados no seu primeiro plano, que por sua vez incorporava, ainda que tacitamente, elementos sistematizados pelo Plano Nacional do governo Fernando Henrique Cardoso.

Os méritos do Pronasci são suficientes para justificar a esperança de que haverá avanços na segurança pública brasileira. Mas não parecem suficientes para justificar a esperança de que o país começará, finalmente, a revolver o entulho autoritário que atravanca o progresso na área, com sua carga de irracionalidade e desordem organizacional, incompatíveis com funções tão importantes, exigentes e sofisticadas, em uma sociedade cada vez mais complexa, na qual o crime cada vez mais se organiza, se nacionaliza e se transnacionaliza. Por outro lado, considerando-se a virtude dos compromissos já firmados pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, através da edição do Pronasci, com todo o seu potencial para produzir bons resultados – ainda que parciais e insuficientes –, há bons motivos para crer que o processo poderá fortalecer sua liderança e criar condições políticas mais favoráveis para a assunção dos riscos envolvidos nas reformas mais ousadas. (SOARES, 2007, p.96).

---

<sup>15</sup> Instituto Cidadania, segundo seu *website*, é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) formada por cidadãos de diversas profissões e segmentos unidos para difundir o conceito de cidadania nos diversos segmentos da sociedade. Promovem cursos, palestras, encontros, *workshops*, entre outras ações. A OSCIP é mantida por um grupo de empresas privadas e informa ter parcerias tanto com a iniciativa privada como órgãos governamentais. Desde a chegada de Luis Inácio Lula da Silva à presidência a organização tem recebido cada vez mais apoio institucional e financeiro para o financiamento de seus projetos. Alguns desses projetos alcançaram projeção nacional, como o “Fome Zero” e a “Caravana da Cidadania”.



Certamente os efeitos da violência não são os mesmos entre os diversos grupos sociais no país. A maior parte da literatura sobre a violência versa sobre a criminalidade aguda encontrada nas grandes cidades. As cidades do interior, porém são afetadas de formas diferentes pelas políticas federais e, sobretudo, estaduais.

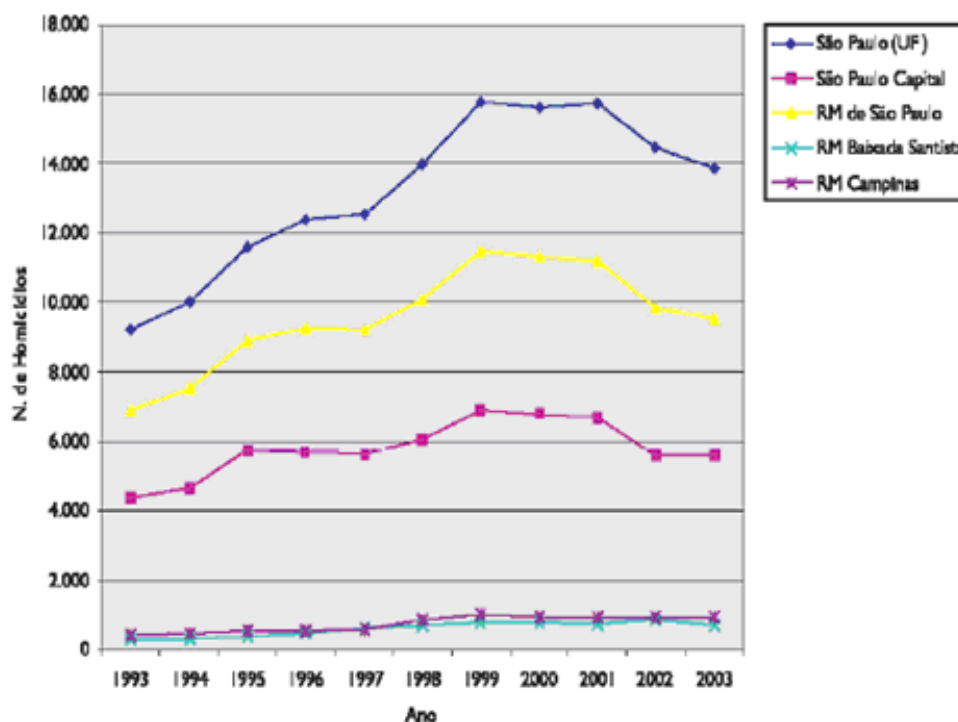
A escalada da violência e do crime urbanos, desde meados dos anos de 1970, não é, como talvez se pudesse supor, um fenômeno restrito às grandes metrópoles brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro. Cidades de porte médio, com população de mais de 500 mil habitantes, também vêm conhecendo um acentuado crescimento da criminalidade violenta. A interiorização do crime violento vem sendo observada com maior intensidade desde o início da década de 1990, em vários estados brasileiros, como São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Ao que tudo indica, a rota do crime urbano segue na esteira da rota da riqueza. Como se sabe, na década passada, verificou-se grande expansão da riqueza, pública e privada, para o interior do país, como jamais se observara antes. (ADORNO, 2003, p.107-108).

A política de segurança adotada em São Paulo, em especial a política penitenciária, aliada à mídia e sua influência na população teve um efeito especial nas populações das cidades do interior. A história contada, em geral, refere-se às capitais, mas o interior dos estados, com destaque para o interior de São Paulo, sofreu abalos específicos, decorrentes daquele quadro que contextualizamos como o Brasil pós-redemocratização.

#### 2.4- Estado de São Paulo: Crime Sem Morros

A opinião pública, diante do aumento da violência noticiado pela mídia, passa a exigir ações cada vez mais intensas por parte do Estado para conter a violência. De acordo com a pesquisa de Waiselfisz (2005), a violência efetivamente cresceu no estado de São Paulo até atingir o pico em 1999, como podemos observar na figura 2.

FIGURA 2. Número de óbitos por homicídio. População total. São Paulo 1993-2003



Fonte: WASELFISZ,2005

No período que vai de 1993 até 1999, pode-se observar um significativo aumento no índice de violência. No ano de 1993 ele encontrava-se pouco acima dos 9.000 homicídios. No ano de 1999 o índice já beirava os 16.000 homicídios, mantendo níveis próximos nos dois anos seguintes. O aumento do índice entre os anos de 1993 e 1999 foi de aproximadamente 77%.

As estatísticas de óbito por homicídio, diante da dificuldade de se obter registros confiáveis da criminalidade no Brasil, parecem ser no país as mais seguras para avaliar os índices de violência pois:

[...] são as mais precisas e as melhores para comparação, porque são relativamente imunes a problemas de definição ou a variações devido a práticas policiais escusas. Provavelmente isso também vale para o Brasil, onde os homicídios são registrados de várias maneiras. Eles são reportados não só pela família das vítimas, mas também por outras instituições, como os hospitais, que têm de preencher atestados de óbito para a Secretaria da Saúde e para a polícia, e pelo IML – Instituto Médico Legal -, que está encarregado de verificar as mortes. (CALDEIRA, 2000, p.109-110).

Porém é importante notar a queda dos níveis de violência desde 2001, havendo tendência de queda até os dias atuais. O porquê da queda dos índices de violência é tema de um acalorado debate que opõe o governo federal aos governos estaduais e entidades

organizadas da sociedade civil. Cada um deles reclama para si o mérito das quedas dos índices de mortalidade por causa externa. Por ser um tema complexo a avaliação precisa da política de segurança pública é inviável. Por outro lado merece uma avaliação.

#### 2.4.1- História da violência no estado de São Paulo

A história da violência no estado de São Paulo a partir do voto direto na década de 80 foi marcada por tentativas de humanização e eventos trágicos que desaceleraram o movimento democrático. O governo de André Franco Montoro (1983-1987), primeiro governador eleito por voto direto desde a eleição de Laudo Natel (1971-1975) em 1976, destaca-se pelas primeiras tentativas de oferecer à segurança pública um novo modelo baseado nos princípios democráticos. Uma de suas primeiras ações foi a desativação do DOPS<sup>16</sup> (Departamento de Ordem Política e Social), uma polícia política montada pela repressão e cujas técnicas de objetivos não podiam mais fazer parte do cenário das instituições públicas.

As ações do governador foram marcadas pelas tentativas de trazer legalidade às ações da polícia, tornando a corrupção exceção e não mais rotina, e retirando a violência excessiva do leque estreito do método policial. As ações de Montoro buscavam “Controlar os abusos da polícia e criar novas políticas de segurança pública são dimensões cruciais tanto da consolidação da democracia quanto da interrupção do ciclo da violência” (CALDEIRA, 2000, p.206).

A tarefa que Montoro se propunha não era fácil, pois em várias instituições da área de segurança ainda se encontravam agentes do antigo governo militar que atuaram de maneira violenta durante a repressão, contrários à diversas mudanças. A ação violenta da polícia nas décadas anteriores sob o regime militar era a marca registrada da polícia na época, violência sustentada oficialmente pelo Estado.

A polícia militar recebia treinamento mais parecido com o de tropas de ocupação do que de policiamento, com base na hierarquia e na disciplina interna, bem próxima da do exército. Já a polícia civil carregava o estigma da corrupção, onde eram frequentes os “acertos” entre os policiais e o acusado para que o processo “não andasse”. A prática era tão comum que era o próprio advogado que fazia a negociação, recebendo uma parte da propina.

---

<sup>16</sup> Em São Paulo esse órgão foi criado em 1924, até ser extinto no início de 1983. Exerceu diversas atividades anti-democráticas, como a censura e a tortura contra inimigos do regime militar.

Ao nomear um Delegado Geral, bem como outros postos-chaves da Secretaria de Segurança, ligados à “*Sorbonne* do Montoro<sup>17</sup>”, o governador recebeu resistência de setores conservadores e corruptos da segurança que iniciaram um movimento para dificultar as mudanças pretendidas.

As dificuldades não se encontravam apenas nas forças políticas. A Polícia Militar fora concebida justamente como força de defesa externa e por anos a violência foi o principal método das polícias brasileiras. Conforme Caldeira (2000): [...] as forças policiais brasileiras nunca deixaram de usar a violência e nunca pautaram seu trabalho de controle da população civil em termos de respeito aos direitos dos cidadãos. (CALDEIRA, 2000, p.136).

No caso da Polícia Militar foi a “necessidade” de intimidação o método de ação, no caso da Polícia Civil a tortura era um mero método de trabalho, principal instrumento de investigação:

Lima também afirma que a prática da tortura está tão entranhada nas práticas investigativas da polícia civil que ‘quando eles são impedidos de usar a tortura, diz-se que com certeza é de se esperar um fracasso da investigação’ (1986, p.156). A prática da tortura e sua aceitação tácita pela população é uma questão complexa que não pode ser atribuída a uma única lógica, seja ela a da corrupção ou a do papel da confissão nos procedimentos investigativos. Ela relaciona-se a ambas as lógicas, assim como a outros padrões de brutalidade policial e a várias concepções de punição e castigo físico que prevalecem na sociedade brasileira. (CALDEIRA, 2000, p.106).

Até mesmo as violações promovidas pelos esquadrões da morte foram absorvidas oficialmente por um violento órgão da polícia militar através da ROTA - (Rotas Ostensivas Tobias de Aguiar), uma polícia criada durante o regime militar e marcada pelas técnicas extremamente violentas. Não havia práticas democráticas de respeito aos direitos humanos, e a organização das polícias, recheadas de figuras da ditadura, dificultavam a mudança para o pensamento democrático.

A divisão da polícia em dois tipos distintos e conflitantes, uma civil e uma militar, ofereceu um enorme obstáculo para o funcionamento das mudanças implementadas por Montoro e seus secretários. As polícias, em certas ocasiões, mostraram casos de desobediência direta ao governador, entrando em claro conflito e sonegando informações uma da outra.

---

<sup>17</sup> “*Sorbonne* do Montoro” era a denominação popular de um endereço na capital paulista onde se encontravam políticos e intelectuais que debateram o plano de governo de Franco Montoro, que estava inspirado no projeto político do único partido de oposição do governo militar, de cunho democrático.

Mesmo após diversos movimentos e tentativas de mudanças, as forças políticas repressoras, ainda presentes na estrutura da segurança, terminaram vitoriosas. Na verdade, para Caldeira (2000):

Mesmo tentativas explícitas de fazer cumprir o estado de direito, como as do governador e Franco Montoro (1983-1987), foram rechaçadas pela população, que prefere métodos privados, extralegais e violentos de lidar com a criminalidade ao invés do reconhecimento e do respeito aos direitos civis. (CALDEIRA, 2000, p.135).

Os últimos meses do governo Montoro tiveram um Secretário de Segurança que permaneceu no governo seguinte, de Orestes Quércia. A continuidade, em tese saudável, foi alvo de duras críticas por setores da classe política e da própria polícia, contrários as iniciativas a favor dos direitos humanos, iniciadas no governo anterior.

As reações contrárias a essa nova política foram grandes dentro e fora do sistema penitenciário, não obstante o clima de abertura política vivida naquele momento. De um lado, tais reações partiram de diversos segmentos conservadores da sociedade, que passaram a construir uma sistemática oposição política às tentativas do governo Montoro de inovar as formas de gestão das políticas de segurança pública. De outro lado, uma forte oposição e reação às novas diretrizes político-administrativas para as prisões foi construída pelo *staff* administrativo e de segurança dentro do próprio sistema penitenciário. (SALLA, 2007, p. 75).

A experiência do governador Franco Montoro na área de segurança deixou um legado que foi utilizado pelo próximo governo PSDB. Ficou claro que a opinião pública não gostava da idéia de humanização para a área de segurança, acreditando mesmo é que “bandido tem mesmo é que morrer”. Assim seria um suicídio político sustentar, ao menos naquele momento, esse processo de democratização. O caminho a trilhar deveria ser outro:

Um fator que contribuía para agravar a situação era a falta de experiência dos policiais em agir dentro das novas regras. O respeito à lei, base do projeto de governo, era uma faca de dois gumes. Ao mesmo tempo em que diminuía a violência policial, também causava queda de rendimento no desvendamento de crimes. O trabalho policial no início de 1983 era baseado quase que somente na violência como forma de conseguir informações. [...] Depois de tantos anos conseguindo resultados somente com base na violência, o policial comum se sentia incapaz de consegui-lo de outra forma. (MINGARDI, 1992, p. 108)

Assim a culpa pelo aumento dos índices de criminalidade caía nas mãos dos movimentos em defesa dos direitos humanos, que eram muito mal-vistos pela população e pela polícia. Ambas exigiam ações enérgicas contra os bandidos. A visão era de que os

índices de criminalidade estavam aumentando porque a polícia estava ficando “frouxa” com os bandidos.

Conforme ensina Caldeira (2000), o crescimento da criminalidade ameaçava até mesmo a imagem da Constituição, que era apontada como protetora de bandidos por limitar a ação policial, a detenção de suspeitos e os limites para busca e apreensão. A concepção de polícia e segurança presentes na Constituição estavam em xeque, e assim também poderia ficar a própria democracia.

Além de pressões internas para a mudança no comando, havia também uma forte pressão externa, vinda da percepção popular de que o novo sistema não estava produzindo resultados satisfatórios: o aumento da criminalidade, principalmente roubo e furto; certos crimes que geraram grande comoção popular, e foram explorados pela mídia; o destaque dado, também, aos desencontros entre PM e Polícia Civil; a impressão geral de que a polícia havia deixado de combater o crime, passando a se preocupar apenas com a “limpeza interna” das instituições, punindo maus policiais – cujo arquétipo levava muitos a considerá-los “bons” policiais, no sentido de coragem no enfrentamento de criminosos, não temendo fazer uso da força caso necessário. (SANTOS,2008, p.85).

Assim a política de Montoro foi marcada pela defesa dos direitos humanos, que passou a ser vista como “privilégio de bandidos”, quando na verdade deveria ser chamada de “privilégio da elite”, tendo em vista que a população da periferia é quem mais sofre com a arbitrariedade policial. Este foi o tom da campanha política que elegeu Orestes Quécia.

A queda do secretário de justiça, José Carlos Dias, um dos principais elementos da “*Sorbonne*” que havia acompanhado Franco Montoro por quase todo seu mandato, em junho de 1986 simboliza o fim das primeiras tentativas de democratização de instituições ligadas à justiça. O próximo governador, Orestes Quécia (1987-1991), fora eleito sob a bandeira do endurecimento das instituições da segurança sobre os bandidos.

Seu governo, bem como o do seu sucessor, Luiz Antonio Fleury (1991-1994), foram de grande retrocesso na área da segurança pública. Em ambos a arbitrariedade policial aumentou, subindo o número de presos e criminosos mortos em ações da polícia e de agentes penitenciários. A falta de negociação também foi o tom, como no caso da rebelião na Penitenciária do Estado em 1987, onde a ação violenta da polícia provocou a morte de 29 presidiários. Foi durante o governo Fleury que ocorreu o massacre do Carandiru<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Os três “traumas” na segurança paulista relatados no presente trabalho, o massacre do Carandiru, a Megarebelião e os ataques do PCC mostram o lento e crescente descontrole oficial da população encarcerada. O primeiro foi um evento mais isolado, resultados de tensões crescente da época, o segundo atingiu apenas as prisões do estado e sua mensagem parece mais localizada, o terceiro mostrou uma tentativa de desfazer completamente os limites entre o legal e ilegal, atingindo toda a população.

Este evento, ocorrido em outubro de 1992, teve início com uma rebelião em um dos pavilhões da casa de detenção. Após um tímido início de negociações a polícia foi acionada para invadir e reagir com enorme violência sobre os detentos. A ação policial resultou na morte sistemática de 111 presos, e virou tema de filmes e discussões.

O absurdo do ocorrido não parece ter assustado uma parcela da população. Mesmo os prisioneiros estando desarmados e impedidos de circular a polícia abriu fogo como se estivesse diante de uma tropa inimiga. Apesar da barbárie, quando a polícia age de forma violenta, como no massacre de 1992 na Casa de Detenção ou em episódios de execução sumária, uma parcela considerável da população tende a apoiá-la. (CALDEIRA, 2000).

A intervenção da polícia militar na Casa de Detenção em 1992 foi a expressão de um momento de ápice de uma tendência política que predominou na área da segurança pública, especialmente depois da saída do Secretário de Justiça José Carlos Dias. Essa tendência ia no sentido de um posicionamento muito mais agressivo no combate ao crime e no enfrentamento das revoltas de presos, dentro de um padrão de baixa preocupação com negociações, conformando por vezes atuações marcadas pela arbitrariedade e pelo abuso de poder. [...]lógica, em que se combinam baixa preocupação com os direitos humanos e uma explícita ou latente percepção de que a intervenção policial não encontra limites na lei. (SALLA, 2007, p. 78).

O discurso de Fleury e seus aliados era outro. Fleury soube utilizar a vontade popular de se ver executados os bandidos. Assim sustentou sua política de segurança pública em que as mortes causadas pela polícia na verdade não seriam abusos, mas sim uma maior eficiência no trabalho policial. O governador chegou a sustentar claramente esta posição durante uma entrevista (CALDEIRA, 2000).

O período é marcado pelo grande número de execuções sumárias da polícia, um período de freqüentes rompimentos com os direitos humanos. A política de segurança dessa época foi nomeada de dura de combate ao crime, porém o preço pela “dureza” era pago com abusos e vidas humanas.

O nível alto de execuções sumárias em 1991 e 1992 parece ter resultado da política ‘dura’ de segurança pública adotada especialmente por Luís Antonio Fleury, primeiro como secretário de Segurança Pública durante a administração de Orestes Quércia (1987-1990), depois como governador (1991-1995). (CALDEIRA, 2000, p.163).

O governo Mário Covas (1995-2001) se inicia com a experiência de Montoro em sua conta. Covas procura evitar os problemas enfrentados por Montoro, reiniciando a política de humanização e qualificação policial. Seu primeiro secretário de segurança, José Afonso da

Silva, implementa uma série de ações visando a melhoria do trabalho policial, como o PROAR (Programa de Reciclagem de Policiais Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco), um programa de apoio psicológico oferecido aos policiais envolvidos em ações com mortes. O secretário inicia a unificação das informações das duas polícias, investindo em armamentos, viaturas e aumentando o soldo dos policiais.

Através da reativação dos Consegs – Conselho Comunitário de Segurança – e da criação da Ouvidoria o governo inicia o cerco contra a corrupção policial, um fenômeno de grande responsabilidade no aumento da criminalidade. Para facilitar a administração e reduzir a corrupção o secretário Afonso da Silva tenta, novamente sem sucesso, unificar as polícias.

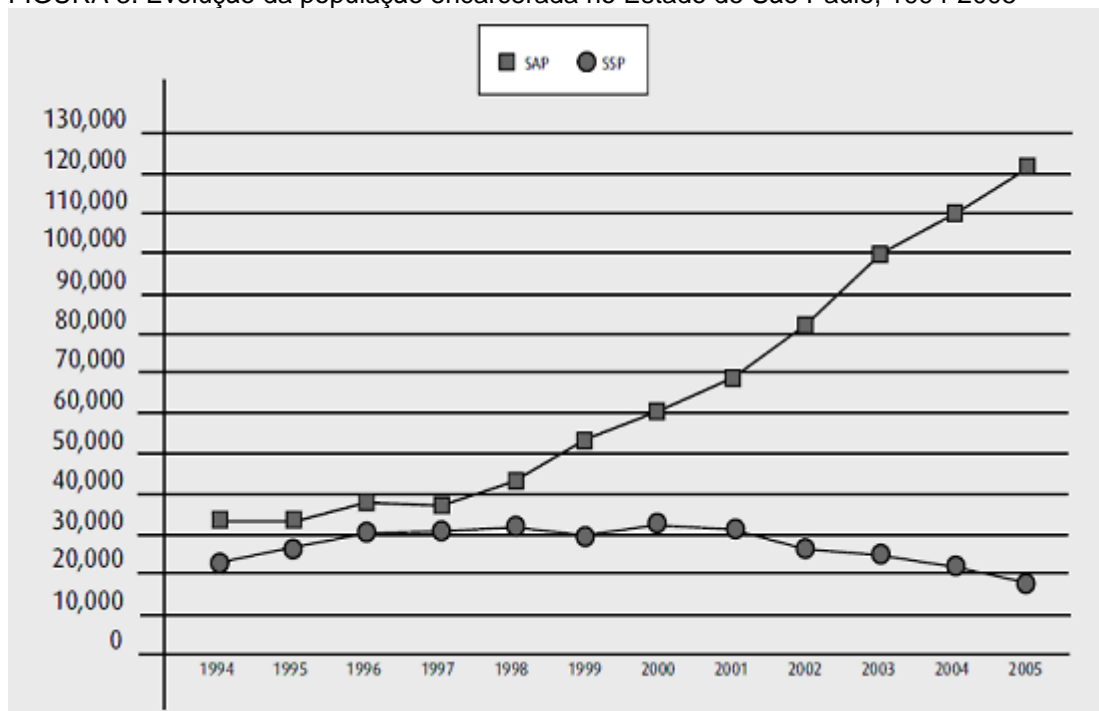
O segundo secretário de Covas, Marco Vinício Petrelluzzi, fazia parte de um grupo de procuradores paulistas com tendências de esquerda, passou algum tempo aprendendo técnicas de gestão de polícia e segurança em Nova York e em Chicago. A partir da experiência dessa última iniciou os trabalhos do Policiamento Comunitário, comprando também bases comunitárias móveis.

Na estrutura institucional brasileira, essa função ampliada do policiamento comunitário é prejudicada pela divisão de atribuições entre a esfera estadual, à qual pertencem os policiais, e a municipal, responsável por praticamente todas as demais ações não- policiais de uma base comunitária. (SANTOS, 2008, p. 123).

Outra contribuição é a destruição das carceragens, transferindo toda a massa carcerária para as mãos da Secretaria de Administração Penitenciária. Podemos observar o ritmo da mudança na figura a seguir:



FIGURA 3. Evolução da população encarcerada no Estado de São Paulo, 1994-2005



Fonte: Salla, 2007, p.84.

A população penitenciária sob administração da SAP praticamente triplicou num período de 10 anos. Ela era de 31842 em 1994 e em 2004 já atingia a marca de 108480. Por sua vez a Secretaria de Segurança Pública tem cada vez menos presos, inclusive contando com a demolição de algumas das carceragens.

O secretário Petrelluzzi ainda trouxe outras inovações, primeiramente compatibilizando a divisão das áreas de policiamento entre as polícias. Às vezes a mesma área para a Polícia Militar abrangia duas ou até mesmo três áreas diferentes da Polícia Civil. Também incrementou a disponibilidade de informações de criminosos a partir do Infocrim, um sistema de informações criminológicas que permite a produção de dados a partir de referências geográficas, criando mapas de incidências por tipo de crime, local, etc.

Com a morte de Mário Covas em março de 2001 assume o vice, Geraldo Alckmin (2001-2006) que rapidamente inicia um movimento diferente e conflitante em relação à humanização e à defesa dos direitos humanos.

[...] Geraldo Alckmin não desejava o retorno da política do “bico, cacete e bala”, nem a repetição de eventos como o da Favela Naval [<sup>19</sup>], que haviam chocado mesmo a parcela mais conservadora dos paulistas. Buscava-se, na verdade, a coexistência de dois discursos opostos: para a sociedade (e para os criminosos), a idéia de que a polícia iria agir com todo o rigor e força quanto fossem necessários; para a polícia, de que eles deveriam agir dentro dos limites legais. (SANTOS, 2008, p.128).

Seu secretário de segurança, Saulo de Castro Abreu Filho, reforça seu compromisso com os direitos humanos, realizando movimentos de combate à corrupção e reforçando o poder da Corregedoria. É durante a sua gestão que há a queda mais brusca dos homicídios, bem como a taxa de letalidade da atividade dos policiais. Por ser pouco afeito à imprensa, era considerado uma figura carrancuda. O efeito dessa resistência à imprensa é a pouca divulgação do sucesso do seu trabalho.

A ordem anual da queda de homicídios chegou a ser maior do que Bogotá ou Nova Iorque e, no entanto, São Paulo dificilmente era citado como um caso de sucesso na redução deste indicador, sendo sempre preterido por aquelas cidades. São Paulo manteve a imagem de um estado violento não apenas perante os próprios paulistas, mas na mente dos brasileiros em geral. (SANTOS, 2008, p. 135).

Essa experiência do secretário Saulo de Abreu Filho é importante para compreender a importância do imaginário sobre o crime. Se naquele momento a redução de homicídios em São Paulo tivesse sido noticiada da mesma forma que as de Bogotá e Nova Iorque – consideradas exemplos na redução do crime – talvez as políticas e pressões sociais tivessem caminhado de forma diferente, mais democrática, do que efetivamente caminhou.

É do mesmo período o reconhecimento de que a repressão ao crime e o trabalho policial não seriam suficientes para a redução das taxas de criminalidade. Os investimentos e as mudanças em curso nas instituições da segurança pública, apesar de profundos e bem sucedidos, teriam alcance limitado se não houvesse também mudanças de ordem estrutural, como redução da pobreza e redução na desigualdade de distribuição de renda.

Segundo Soares (2007) existem algumas variáveis e fatores que interferem na segurança e que não estão na alçada das políticas de segurança empreendidas pelas instituições da área. Conforme já mostrado o aumento da população jovem de uma região e interfere nos índices de criminalidade, pois se sabe do impacto dos jovens nos índices de violência. Outros eventos, como crises econômicas profundas ou desastres naturais podem ter

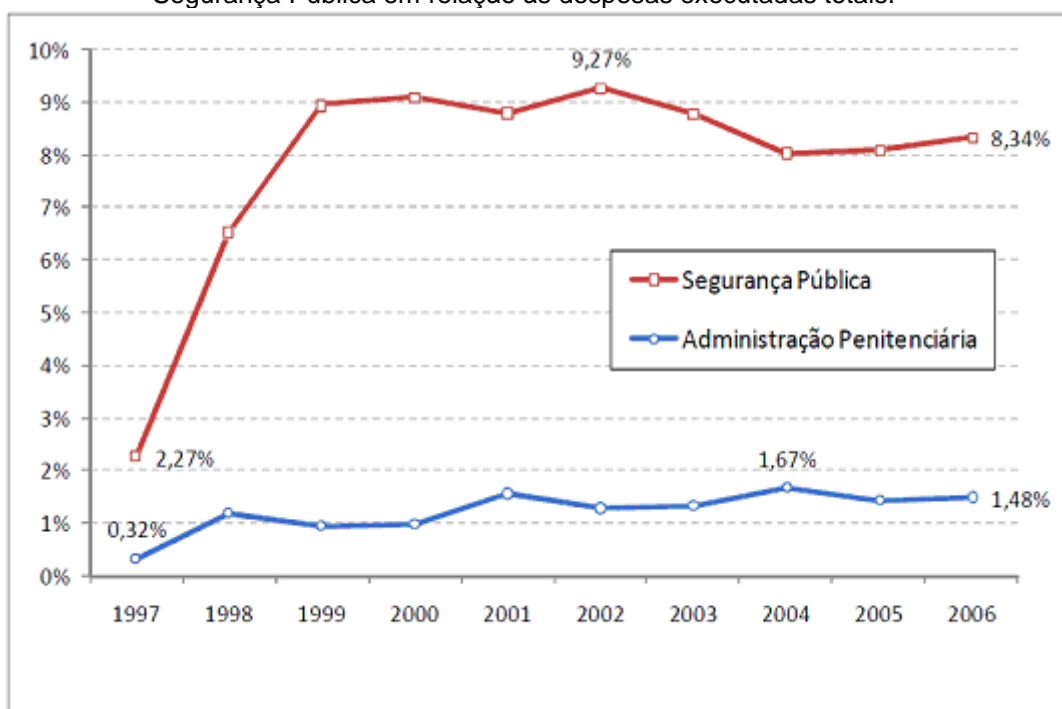
---

<sup>19</sup> Em 31 de março de 1997, a partir de uma denúncia feita pelo Jornal Nacional, o país pôde assistir chocado o episódio de violência de policiais militares sobre moradores, extorquindo-os, humilhando-os e os espancando durante uma blitz

um efeito sobre as taxas de criminalidade. “Nesse caso, mesmo que a política de segurança fosse adequada, inteligente e consistente, eficiente, eficaz e efetiva, ainda assim os indicadores poderiam ser negativos”. (SOARES, 2007, p.78).

A área de segurança recebeu enormes investimentos por parte do governo do estado, e mesmo assim os índices de violência permanecem em níveis altos, o que dificulta a avaliação da qualidade das políticas empreendidas. Mesmo assim, conforme reflete Caldeira (2000) “[...] os anos das maiores taxas de crescimento do crime coincidem com os piores níveis de investimento estatal em segurança pública e com os piores anos da crise econômica” (CALDEIRA, 2000, p.133). A figura a seguir mostra o aumento dos gastos nas secretarias de Segurança Pública e na de Administração Penitenciária:

FIGURA 4. Despesas executadas das secretarias da Administração Penitenciária e da Segurança Pública em relação às despesas executadas totais.



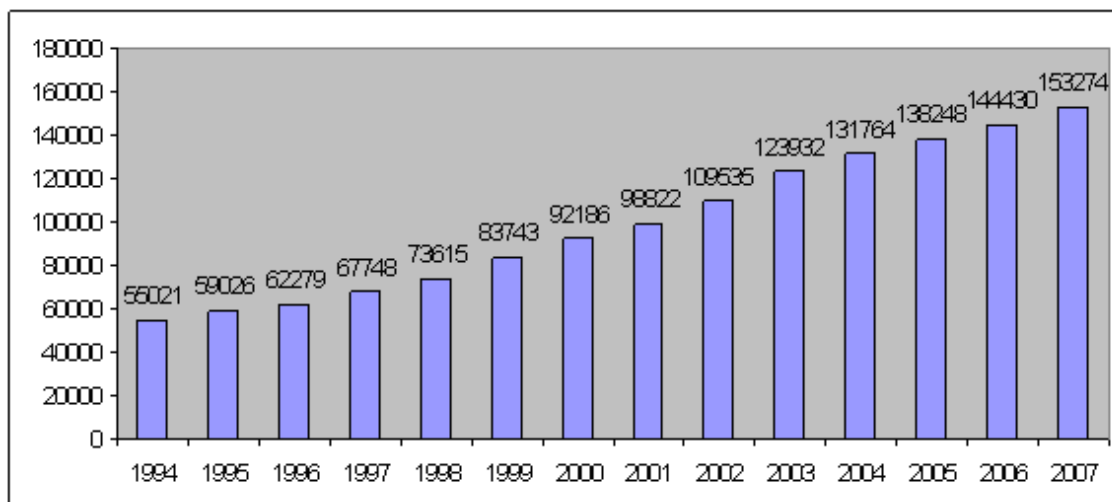
Fonte: SANTOS, 2008, p. 100.

O governo estadual aumentou o poder do aparelho repressivo à delinquência, aumentou os gastos da segurança, procurando dar eficiência ao trabalho da justiça e da polícia. A polícia teve seu efetivo aumentado, as ações policiais se tornaram mais duras, aumentando, conseqüentemente, as denúncias de abuso por parte da corporação policial.

O aumento desse poder estatal resultou em outro enorme problema para a administração do estado: o enorme aumento do número de presos e, como conseqüência, de

presídios. Pode-se observar, na figura 5, a seguir, a variação da população carcerária no estado de São Paulo.

FIGURA 5. População carcerária no estado de São Paulo, números absolutos. (1994 - 2007).



Fonte: Secretaria de Segurança Pública – SP, 2009.

A figura indica um aumento expressivo da população carcerária. No ano de 1994 o estado de São Paulo possuía 55.021 presos sob sua tutela. No ano de 2002, ou seja, apenas oito anos depois, essa população quase duplica, chegando a 109.499 presos. Já no ano de 2007, com 144.112 presos, o aumento é de aproximadamente 178% em relação ao ano de 1994.

No ano de 2009 a estrutura carcerária do estado de São Paulo possuía 174 unidades prisionais, sendo uma de segurança máxima em Presidente Bernardes, 74 penitenciárias, 36 Centros de Detenção Provisória, 22 Centros de Ressocialização, 7 Centros de Progressão Penitenciária, dois Institutos Penais Agrícolas e seis Hospitais<sup>20</sup>.

Este aumento da população carcerária, além da necessidade de novas construções de estabelecimentos prisionais, trouxe, como problema adicional para o Governo do Estado, a consolidação de um grupo organizado criminoso dentro dos próprios presídios. Os políticos paulistas, cientes desse aumento substancial do número de presos, preparam um plano para a área carcerária, que teria forte para o interior do estado.

Até então, como a maior parte das ordens de prisão são executadas na capital e na Grande São Paulo, era nessas cidades e nas cidades vizinhas que se encontrava a maior parte das instituições carcerárias, incluindo a então maior prisão do país, o complexo do Carandiru.

<sup>20</sup> Fonte: <http://www.sap.sp.gov.br>, 2009.

Esta constatação parece ter fundamentado o plano do Governador Mário Covas<sup>21</sup> (PSDB), para a área carcerária, divulgado, ainda em 1997, cujo aspecto mais relevante era a proposta a desativação da Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru, e a simultânea construção de 21 novas penitenciárias a serem instaladas em diversos municípios do interior (GÓES, 2004).

A política penitenciária de Covas foi marcada pela retomada da agenda de compromissos de defesa dos direitos humanos. Um dos grandes avanços foi o restabelecimento das negociações nos momentos de crise, como em rebeliões. Mesmo após os anos passados depois do ocorrido no Carandiru a política de negociações ainda tinha suas resistências:

O jornal O Estado de S. Paulo, por exemplo, avaliando que o governo atendia às demandas dos revoltosos, considerava preocupante os presos determinarem quem e quantos deveriam ser transferidos de uma unidade para outra, uma vez que isso abria caminho para que os grupos de criminosos, já existentes nas penitenciárias, assumissem “o controle do sistema prisional paulista”. (SALLA, 2007, p.80).

A expansão penitenciária foi uma das marcas do período, que necessitava mudanças não apenas na maneira como se conduziriam estas mudanças como também uma racionalidade mais apurada diante e uma rede de casas de detenção mais complexa. As novas unidades do interior visavam à diminuição da superlotação dos distritos da Capital, bem como reduzir o déficit de vagas, que era de 11652 no ano de 1997:

[...] dois discursos convergentes envolveram essas instituições [penitenciárias], mormente no período eleitoral (eleições para governador estadual, ocorridas em 1996) em que foram inauguradas – o alívio prometido à população da capital paulista graças à descentralização da população carcerária levada às penitenciárias do interior do Estado e a promessa de centenas de novos empregos para as regiões interioranas, particularmente afetadas pela crise econômica (GÓES, 2004, p.233).

Várias prefeituras das cidades do interior paulista passaram a discutir a conveniência da construção de unidades prisionais dentro de seu território. O governo do estado soube utilizar muito bem mecanismos políticos de coerção e/ou cooptação para obter seu intento de interiorizar as vagas dos presídios. Da mesma forma o debate sobre o assunto ganhou corpo nas discussões para as eleições de 1996 e, com menos intensidade, do ano 2000.

---

<sup>21</sup> O Governador Mário Covas veio a falecer durante seu segundo mandato, em 2001, e foi substituído pelo seu vice, Geraldo Alckmin, do mesmo partido. Este foi eleito no mesmo ano e, ao assumir em 2002, deu continuidade aos planos de seu antecessor para a área carcerária.

Grande parte dos anos 90 foi vivida sob crises econômicas e, como os presídios possibilitavam uma interessante oferta de emprego sob regime CLT, as prefeituras menores das regiões mais pobres do interior ficaram mais vulneráveis aos atrativos que uma penitenciária poderia oferecer em termos financeiros. Apesar de muitos grupos políticos de oposição ao governo do PSDB comporem uma resistência em relação à construção dessas unidades, certos prefeitos utilizaram suas relações com o partido do governador para atraírem presídios e penitenciárias para seus territórios.

A relação entre a necessidade econômica e de empregos e a construção de penitenciárias pode ser observada mais claramente quando é pontuado o fato de que determinadas prefeituras ofereciam vagas em cursos preparatórios para que seus munícipes fossem aprovados nos concursos, o que fez com que “a expansão penitenciária, além de se tornar uma suposta medida para conter as novas e crescentes ondas do crime” ganhasse “um contorno de uma vigorosa indústria penal e de um eficaz instrumento de propaganda para as políticas governamentais”. (SILVESTRE, 2008, p.12).

## 2.5- Efeitos da Presença de Presídios no Interior de São Paulo

A construção dessas novas penitenciárias trouxe grandes mudanças para o cotidiano dos municípios onde foram instaladas. Com o tempo a antipatia da população foi aumentando, trazendo consigo algumas mudanças sociais. O ambiente prisional, essa ameaça que habita o interior dos muros, passou a ser uma realidade completamente nova para os interioranos. Numa analogia ao título de um trabalho de Caldeira (2000), “Cidade de muros”, as cidades do interior também são “cidades de muros”, mas outros muros não são visíveis dentro das cidades, mas que circulam e transformam o cotidiano, a arquitetura e os comportamentos da população.

O medo passa a encarnar o imaginário local, na sombra dos muros das prisões e do medo do que pode ser encontrado em seu interior. Provavelmente pode-se generalizar esse comportamento a, pelo menos, a maioria das cidades que receberam os presos a partir de 1997, ano da expansão da rede penitenciária. Novos elementos passam a circular nos jornais e nas rádios e, em decorrência, nas conversas entre amigos, familiares, nas igrejas, clubes, e outros.

A transformação da geografia de certos municípios do interior começa a alterar também o cotidiano dessas populações. A vinda de familiares dos presos provoca emersão de

um preconceito fundamentado no medo. Os presos estão encarcerados. Os muros da penitenciária só permitem que, raramente, o seu interior seja mostrado, justamente nos momentos mais críticos.

Os comerciantes dos municípios passaram a registrar leve alta em suas vendas, em especial nas ocasiões de visita. Algumas famílias se mudaram para o local onde seus familiares se encontravam presos, ocorrendo certos atos de preconceito (Góes, 2004).

O mais interessante na constatação de Góes, porém, é a verificação da variação da criminalidade local. Apesar dos discursos proferidos pela população<sup>22</sup>, não houve mudança significativa nos índices de violência nas cidades. A única variante é o tráfico de drogas, onde houve um ligeiro aumento. Porém, uma análise mais acurada dos dados revela que esse aumento se deu todo dentro dos presídios, nas tentativas das visitas familiares de “passar” drogas para os presos.

O funcionamento da relação presídio-cidade, apesar de tenso, era visto como tolerável. Apesar de não gostar, os moradores do interior ainda conseguiam ver os benefícios que a instalação de prisões pode trazer para a economia da cidade. O cotidiano das prisões ainda era pouco conhecido e seu interior não representava um verdadeiro tormento para a qualidade de vida nas localidades. A ocorrência dos ataques altera esse cenário, pois o interior da prisão passa a ameaçar a população.

As rebeliões, finalmente, haviam ultrapassado os muros das penitenciárias. Ao mesmo tempo em que ocorriam rebeliões, foram atacados órgãos públicos e privados, como Fóruns, delegacias de polícia, bancos e agências dos correios. Os ataques não ocorreram apenas na capital ou em sua região metropolitana, atemorizaram também as cidades do interior, grandes e pequenas, como Assis, Araraquara, Paraguaçu Paulista, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, entre outras. Este evento, em sua grandiosidade, era inédito para a população do interior.

Antes desses ataques, a criminalidade sentida pela população estava apenas no nível das rodas de conversa e dos comentários dos pequenos jornais. Conforme Góes (2006) existem três dimensões da violência no cenário brasileiro, a saber: as percepções, os fatos e as explicações. Nas pequenas e médias cidades do interior, apenas as percepções se faziam ouvir, os ataques proporcionaram um “experimento” de como funcionariam os fatos. Mas antes de falar desses, cabe discutir o efeito da “fala do crime” (CALDEIRA, 2000).

---

<sup>22</sup> Essa população refere-se, no estudo de Góes (2004), ao município de Presidente Bernardes, na região Oeste do estado, porém acreditamos que as constatações são generalizáveis à maioria das cidades que receberam presídios, conforme já foi ressaltado.

O crime e a violência têm um grande poder de disseminação nas conversas. Os eventos mais chocantes, os crimes mais bárbaros, bem como a existência do crime organizado são tema freqüente nas discussões tanto no âmbito público como no privado. O medo sempre é o tom.

A fala do crime e o crescimento da violência na São Paulo atual indicam a existência de intrincadas relações entre violência, significação e ordem, nas quais a narração tanto combate quanto reproduz a violência. De fato, *a fala do crime faz a violência proliferar ao combater e simbolicamente reorganizar o mundo* [grifos da autora] (CALDEIRA, 2000, p.43).

Dessa forma o momento histórico e político vivido pela população do interior foi de grande transformação. O crime na Capital e em sua região metropolitana, bem como em outras regiões metropolitanas, cresce assustadoramente, assim como o abuso policial. A fala do crime, que chega através da mídia, principalmente a televisiva, já ganha espaço e começa a fazer rondar um fantasma: a violência chegaria ao interior?

De acordo com a maior disseminação da “fala do crime”, os pensamentos e atos passam a ser moldados pelo raciocínio categorizante da violência, o que efetivamente ocorreu no interior dada a percepção negativa dos “familiares dos presos” que teriam o potencial de trazer a violência. Além disso o medo afeta as interações sociais e, como consequência, as políticas públicas e o comportamento político (CALDEIRA, 2000).

A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interações. Além disso, a fala do crime também ajuda a violência a proliferar ao legitimar reações privadas ou ilegais – como contratar guardas particulares ou apoiar esquadrões da morte ou justiceiros -, num contexto em que as instituições da ordem parecem falhar. (CALDEIRA, 2000, p.27).

A fala do crime, disseminado, ajuda a quebrar os valores de igualdade social, tolerância e respeito pelos direitos humanos. O processo que foi sentido na Capital no início da década de 90 se inicia, com todas as suas peculiaridades e distinções, também no interior, a partir da chegada das prisões, reforçado pelas rebeliões e pelos chamados “ataques do PCC”, que serão tratados mais adiante.

Ao que parece, as sociedades que passaram pelo processo de implantação penitenciária apresentam-se em um processo de quebra e rompimento de valores e paradigmas, como as noções relacionadas à sensação de insegurança, criminalidade e, também a emergência de novos tipos relações sociais marcadas por estigmas e valores impessoais. (SILVESTRE, 2008, p.12)



E essa constatação permanece mesmo diante da demonstração da inalteração de quaisquer índices de criminalidade e violência. O rompimento de valores, crenças e paradigmas move a violência para o campo da representação.

A prisão no Brasil nunca foi associada com o respeito aos direitos humanos e à cidadania. As penitenciárias brasileiras foram responsáveis por sucessivos rompimentos com os direitos humanos, incluindo acusações de tortura de menores na FEBEM<sup>23</sup>. As políticas de segurança sofriram enorme resistência à mudança, e a prisão se mostrou a instituição mais resistente. Mesmo nas prisões do interior, mais novas, onde os funcionários têm pouco tempo de prática, já existem denúncias de corrupção e violência.

As populações residentes nas cidades do interior de São Paulo são, talvez, os setores mais violentados pela disseminação da violência na mídia. As representações da violência na mídia raramente tratam da criminalidade próxima, mas quem assiste os noticiários tem a clara impressão de descontrole da segurança. Diante da possibilidade, ainda que imaginária, da chegada desta na cidade o medo é uma reação natural.

No princípio da década de 90, quando os índices de violência no interior permaneciam em níveis aceitáveis, as cenas de violência já eram veiculadas com certa e crescente frequência. Ao longo da mesma década, a chegada das penitenciárias colocava uma face da realidade da violência para os interioranos totalmente nova e amedrontadora, mas por enquanto inofensiva.

A violência ganhou a proximidade local quando da ocorrência da “mega-rebelião”, que colocou nos principais noticiários do país nomes de cidades pacatas e interioranas, associando-as a um quadro de aguda violência. Naquele momento a violência dos jornais ainda não havia ganhado as ruas já que, até então, se restringiam apenas às regiões remotas onde foi construída a maior parte das penitenciárias ou onde os índices de criminalidade estavam verdadeiramente altos. Sobre a mega-rebelião:

---

<sup>23</sup> A cobertura da mídia sobre o evento foi intensa e se estendeu por alguns dias. Apesar das reformas cujo objetivo era converter a FEBEM numa instituição com uma gestão mais consorte com os direitos humanos, entidades ainda acusam a agora Fundação Casa de desrespeito com a integridade dos menores internos. (Acayaba, 2009)

O objetivo era trazer de volta para a Casa de Detenção os líderes do grupo que haviam sido mandados para o Centro de Readaptação Penitenciária de Taubaté (o Anexo da Casa de Custódia). Os rebelados pediam, ao mesmo tempo, a desativação desse estabelecimento. As más condições das prisões, alimentação ruim, falta de assistência médica ou judiciária, arbitrariedades praticadas pelas autoridades, maus-tratos etc. só foram colocados em pauta pelos revoltosos no dia seguinte, segunda-feira. Ocorreram 20 mortes, segundo a SAP, em sua maioria provocadas pelos próprios presos, que aproveitaram a situação para garantir a hegemonia do PCC sobre outros grupos, bem como para fazer “acertos de contas” individuais. (SALLA, 2007, p.82).

A proximidade da violência aumentou consideravelmente quando ocorreram os ataques do PCC em maio de 2006. O “partidão” mostrava a sua cara para as comunidades do interior, da mesma forma que mostrava para a população da capital. O evento chocou uma população causando medo de um fenômeno que antes era virtual ainda que crescente, que subitamente se tornara tão real e próximo.

É necessário avaliar quais impactos foram sentidos pela população do interior, ao mesmo tempo em que é preciso compreender quais impactos que essa violência, real ou não, trouxeram para esse segmento no âmbito dos costumes.

Várias são as questões a serem respondidas. Quais reações de defesa são tomadas? Quais crenças são transformadas? De que forma as mudanças nas crenças e nos comportamentos alteram o cotidiano? E finalmente: como a violência no âmbito local participa do fenômeno nacional e em outros países?

É preciso separar as noções de “sensação de insegurança” e de “segurança objetiva”. Enquanto a segunda tem muito a ver com os indicadores que serão apresentados abaixo, ou seja, com o risco real que as pessoas sofrem de serem vítimas de qualquer um desses crimes, a sensação de insegurança ou medo do crime têm também a ver com outros fatores mais subjetivos, como a exposição de certos tipos de crimes na mídia, seja ela pela frequência da cobertura de certos tipos de crimes seja pela cobertura de determinados crimes praticados com grande violência. (SOARES, 2008, p. 50)

Mesmo com a diminuição real dos índices de criminalidade ao longo dos últimos anos, por seu lado a sensação de segurança e vulnerabilidade não acompanhou a redução, aumentando em certos casos. Não se pode negligenciar nenhum dos dois indicadores, pois ambos tem impactos diferentes e relevantes. O foco deve se manter na redução dos crimes reais: são eventos contra a vida, contra o patrimônio e que podem trazer sérios prejuízos sociais e econômicos. A sensação de segurança pode criar a percepção de que certas regiões da cidade não são seguras, o que pode trazer impactos negativos sobre a área.

A gestão das cidades e da segurança deve tentar abarcar as duas faces da violência urbana.

É possível agir nas duas frentes? Certamente. A literatura demonstra que há ações específicas que aumentam a sensação de segurança da população, entre elas o policiamento comunitário e o patrulhamento feito a pé. Com relação a este último, diversos experimentos mostraram que o veículo policial constitui uma grande barreira que impede maior contato entre policiais e cidadãos. (SOARES, 2008, p. 50)

Dentro do cenário da violência e da pesquisa sobre o fenômeno no Brasil e no mundo, este trabalho busca trazer contribuições para a compreensão do impacto da violência (ou da sensação de insegurança) na população do interior do estado de São Paulo. Para tanto se vale de um questionário fechado aplicado em uma amostra da população de uma cidade do interior do estado que, apesar de não ter recebido uma instituição prisional durante a expansão, ainda sofre os impactos da presença do presídio em seu interior.

No caso específico do município de Assis a percepção da violência estava limitada apenas às percepções intangíveis, ou seja, aquelas veiculadas pela mídia, pelas crenças a respeito dos presídios, entre outras que não atuavam de modo direto na criminalidade. Porém a cidade viveu um súbito aumento da violência no início de 2009, o que participou para que setores da sociedade civil pressionassem o governo do município e as instituições de segurança no sentido de praticar ações de redução da criminalidade.

Assim, a coleta da pesquisa foi feita quase toda sob influência dessa percepção popular de aumento repentino e súbito da violência. A pesquisa de campo foi facilitada pelo interesse da população no assunto – pois os entrevistadores se apresentavam como pesquisadores da violência – o que pode dar mais força para os resultados devido à reflexão sobre o tema ocorrido à época.

## 2.6- A Influência da Mídia

Além da presença dos presídios outro fenômeno incorpora-se na construção da sensação de segurança e percepção da violência, a influência da mídia. No princípio da década de 90 o tema da violência invade os jornais do estado, bem como jornais de outras regiões do país.

Cenas de roubos, assaltos, corpos destruídos e outras imagens catastróficas passam a ser exibidas com cada vez mais frequência. Ao mesmo tempo cenas da Guerra do Golfo (1990), o atentado à embaixada de Israel na Argentina (1992), entre outros eventos de política internacional, que pouca, ou nenhuma, relação tinha com as populações brasileiras, também ganham destaque. As cenas da violência, a partir do começo da década de 90, só ganham mais espaço.

O tratamento conferido ao tema da violência pela mídia garante que nós nos reportemos, frequentemente, mais a uma violência representada que a uma violência real. O que não significa que não haja uma relação entre o real e o representado, embora as relações entre ambos sejam variáveis, de acordo com o grau de sensacionalismo empregado, por exemplo. Esse conjunto de representações da violência contribui para criar ou reforçar um ritual moderno da violência, que age sobre as práticas cotidianas (GÓES, 2006, p.13).

Segundo Ramos (2007), historicamente as páginas policiais ocuparam os espaços menos valorizados dos jornais mesmo sendo muito explorados, atraindo apenas os jornalistas menos experientes, muitas vezes considerado “de segunda linha”. Os assuntos considerados sérios eram os que tratavam de política. Atualmente, porém, o recurso sensacionalista e apelativo que a cobertura da violência proporciona tem sido cada vez mais usado.

Se, por um lado, essas sondagens refletiam tendências reais de crescimento dos crimes e da violência, por outro, deve-se reconhecer que parte da mídia eletrônica e impressa em muito contribuiu para dar forma aos sentimentos coletivos de medo e insegurança com seus relatos cotidianos, folhetinescos, de crimes espetaculares e cada vez mais violentos. (ADORNO, 2003, p. 105).

Não se pode deixar de reconhecer a importância que os meios de comunicação podem representar para as políticas públicas de segurança, tanto no sentido de alterar as percepções sobre as mesmas quanto no sentido de pressionar o poder pública para que esta ou aquela medida sejam adotadas. A cobertura realizada por jornais e revistas a respeito aos ataques do PCC, ou ainda da chamada “mega-rebelião”, bem como a exploração, às vezes ambígua, dos argumentos contrários aos direitos humanos, são exemplos dessa importância.

A história recente do jornalismo tem progressivamente reduzido o uso da exposição das violências. As fotos explícitas foram banidas dos principais jornais. Jornais que

abusavam desse recurso tem sido fechados, como o conhecido *Notícias Populares*<sup>24</sup> de São Paulo, ou reformados, como *O Povo do Rio*<sup>25</sup> no Rio de Janeiro. Segundo Ramos (2007) e outros, a violência realmente vende, porém estão sendo estabelecidos novos critérios éticos para a veiculação dessas notícias. Novos critérios éticos devem ser pensados para a produção de mídias em um momento onde a informação é encontrada cada vez mais facilmente.

Podemos observar, no mundo contemporâneo, uma avalanche de informações e opiniões que recaem sobre a população geral. Diversos meios de comunicação, eletrônicos ou não, despejam diariamente milhares de informações que noticiam sobre eventos que ocorrem ao redor do globo ou mesmo eventos meramente locais e de importância limitada. Porém, o uso massivo dos meios de comunicação não significa pessoas mais esclarecidas (COSTA, 1999).

A mídia é capaz de desfazer a experiência corporal para realizar e inserir na experiência do indivíduo a percepção jornalística. Conforme Costa (1999):

Uma das características da cultura mediática é a transformação na forma do indivíduo de perceber a realidade circundante, tendo como suporte as novas tecnologias e sua capacidade de justapor imagens, sons, movimentos, em alto grau de excitação sensível (COSTA, 1999, p. 24).

Os meios de comunicação encontram-se, atualmente, numa situação privilegiada de disseminação e acesso à população geral. A televisão está presente na maioria dos lares brasileiros, assim como estão facilitados os acessos a jornais e revistas, com tiragens algumas vezes ultrapassando a casa das dezenas de milhares de exemplares.

Um outro meio de comunicação muito eficiente por distribuir informações quase em tempo real é *a internet*, que está também mais acessível com o crescente número de *lan-houses*, com o acesso nas escolas, em instituições públicas como a exemplo das bibliotecas e dos Correios, e em programas governamentais da chamada “inclusão digital”.

O aparato informacional está estritamente veiculado ao modo de produção capitalista, onde a figura do grotesco, do bárbaro, do bombástico são as estrelas principais das capas de certos jornais, na tentativa de uma maior circulação. Estar em contato com toneladas

---

<sup>24</sup> O *Notícias Populares* circulou de 1963 até 2001, seu editorial foi marcado pela exploração de notícias violentas, como casos de estupro.

<sup>25</sup> O *Povo do Rio*, apesar da moderação adotada nos últimos anos, ainda é apontado com frequência como parte da “imprensa marrom”, ou seja, aquela considerada sensacionalista e exploradora do exagero.

de informações não significa obrigatoriamente um conhecimento dos problemas cotidianos e uma atuação sobre eles (MERTON e LAZARFELD, 1990 *apud* COSTA, 1999).

A prática da informação em grande quantidade transforma a cultura em cultura mundializada, o que implica em mudanças na percepção e inteligibilidade dos fatos. Os meios de comunicação agem como extensão da percepção humana, atuando como mediadoras entre indivíduo e sociedade possibilitando a apreensão de realidades longínquas. O fato noticioso, tornado objeto distante, mas conhecido, encontra-se descaracterizado, pois chega editado em sua forma e conteúdo e desvinculado da realidade próxima do sujeito.

Importante lembrar também que a informação e a cultura são transformadas em mercadorias e, como qualquer mercadoria, devem ser esteticamente transformadas e modeladas visando sua máxima comercialização. Mesmo o respeito a critérios éticos na produção jornalística abre brechas para um paradigma da tiragem cada dia maior. Dessa forma, “torna-se, neste contexto, urgente o repensar a natureza da formação do homem da Segunda revolução industrial, onde as máquinas de inteligência e de comunicação interativa representam formas extensivas das faculdades perceptivas e intelectivas” (COSTA, 1999, p. 7).

As notícias, então, são transmitidas como retratos fiéis da realidade, e o que os meios de comunicação fazem, na realidade, é prestar serviços à sociedade civil, informando-a de fatos sobre os quais dificilmente se tomaria conhecimento por outros meios.

Porém o receptor da informação, freqüentemente, esquece-se que todas as informações são veiculadas apenas depois da devida edição:

Em outras palavras, a possibilidade de criação artificial da realidade, sobretudo com o suporte técnico das imagens, torna indistinta a diferenciação entre o real e sua representação, pois, cada vez mais, o real se desprende de seu referente, através da simulação, da computação gráfica e das animações, inclusive utilizadas como suporte para a informação jornalística. (COSTA, 1999, p. 34).

Na fala jornalística, ao descrever um fato “montado” para parecer mais sanguinário e, assim, “espetacularizar” o grotesco, o poder generalista das técnicas de edição e a suposta verdade vendida nos jornais fazem com que a violência ganhe faces de destruição total.

## 2.7- Concepções do Corpo: Punição Física, Autoridade e Ordem

Conforme estudos de Cardia (1999) em dez capitais brasileiras sobre crenças, normas, valores e atitudes sobre a violência a punição física é muito aceita pela população brasileira. De acordo com sua pesquisa, os entrevistados, quando diante de situações tensas com adolescentes, a punição “bater muito” atingiu índices de até 18%, de acordo com a situação e a cidade pesquisada (CARDIA, 1999).

Caldeira (2000) em sua pesquisa vai mais longe ao afirmar que “as entrevistas confirmaram a prática geral: mesmo pessoas a favor dos direitos humanos e contra a pena de morte, [...] sentem que bater em crianças pode ser aconselhável em algumas circunstâncias” (CALDEIRA, 2000, p.366).

A punição física de crianças e adolescentes, aliados à prática de tortura, violência e desrespeito aos direitos humanos, bem como sua aceitação tácita, indicam o corpo como principal alvo da punição. A lógica da punição corporal, bem como da tortura é a mesma: o corpo é um *locus* onde a dor infringida atua com efeitos pedagógicos sobre a moral e o comportamento.

A dor é entendida como caminho para o conhecimento (especialmente moral) e reforma. A violência é considerada uma linguagem mais próxima à verdade. Essa associação de dor, conhecimento e verdade torna-se especialmente clara em discussões sobre a tortura. As pessoas geralmente descrevem a tortura como ruim, apesar de alguns a verem como um mal necessário. Mas ninguém duvida de sua eficácia. (CALDEIRA, 2000, p.367).

A cordialidade do brasileiro, sua capacidade de negociação apontada por Zaluar mais uma vez se mostra irreal. A negociação não ocorre quando a violência atua. Esta é a negação da palavra, da negociação, onde a coerção do mais forte cala o mais fraco. Não é a violência que se quer eliminar, mas sim os efeitos dela sobre o patrimônio de a vida de alguns.

Essa concepção de corpo remonta à escravidão, onde o corpo dos escravos não se estendia além de mero instrumento de ganho para os senhores. O corpo do outro é tido como uma posse, um objeto cuja exploração e gozo são moralmente sustentadas pela idéia de propriedade.

O significado criado pela dor nos corpos das pessoas é a vontade da autoridade absoluta, uma autoridade que não está interessada em entrar em debates ou admitir discordâncias, uma autoridade que negligencia a linguagem. Um mundo de significação negociada é criado pela linguagem, não pela dor. (CALDEIRA, 2000, p.369).

Dessa forma, conforme explica Caldeira (2000):

Na sociedade brasileira, o que domina é a noção incircunscrita do corpo e do indivíduo. Até hoje, e independentemente do regime político, é sobre os corpos incircunscritos dos dominados que as relações de poder se estruturam, que os significados circulam e que se tenta construir a ordem. Quando a marcação dos corpos predomina, o respeito aos direitos civis é improvável, apesar de poder haver uma democracia política eleitoral e um respeito relativamente amplo aos direitos sociais. Os direitos civis, no entanto, parecem depender da circunscrição do corpo e do indivíduo, e do reconhecimento de sua integridade. (CALDEIRA, 2000, p.374).

Enquanto o corpo for visto como alvo privilegiado do poder da autoridade, a violência na sociedade brasileira, seja esta privada ou pública, não se reduzirá efetivamente, pois o indivíduo livre não consegue se instalar. A ligação entre corpo-violência, mostrada no primeiro capítulo, retorna para fechar o quadro da violência no Brasil. Este, o alvo da punição violenta da família, do estado e da polícia, sofre com sua própria concepção forjada com base na odiosa instituição da escravidão, onde o corpo é mera posse de alguém.

[...] por meio da questão da punição violenta e do crime, os brasileiros articulam uma forma de resistência às tentativas de expandir a democracia e o respeito pelos direitos além dos limites do sistema político. No contexto da transição para a democracia, o medo do crime e os desejos de vingança privada e violenta vieram simbolizar a resistência à expansão da democracia para novas dimensões da cultura brasileira, das relações sociais e da vida cotidiana. (CALDEIRA, 2000, p.375).

A mudança cultural profunda que o brasileiro precisa sofrer para instaurar a democracia e modernizar o país certamente não se realizará em pouco tempo. Enquanto a noção de direitos humanos, num corpo protegido por direitos e inviolável perante o estado e a sociedade, não for a norma cultural predominante, a democracia brasileira continuará disjuntiva, tanto pelo próprio crescimento da violência como pela deterioração do espaço público, onde os corpos estão expostos para serem alvo da autoridade.



No próximo capítulo serão abordadas questões pertinentes à organização e planejamento da pesquisa, como a construção do questionário e os aspectos éticos sobre o trabalho.

### 3 - A PESQUISA

Diante do exposto nos dois capítulos anteriores, em que foram revistos os conceitos de violência e o contexto nacional de produção da criminalidade urbana, emerge a necessidade de análise do impacto desta violência sobre a população. Nesse emaranhado de significados que a criminalidade pode assumir para o indivíduo incluem-se desde aspectos individuais, como as vivências infantis, até aspectos sociais contemporâneos, como a mídia e sua produção.

É necessário separar as noções de “segurança objetiva” e de “sensação de segurança”. A primeira está ligada ao “risco real” dos sujeitos serem vítimas da criminalidade urbana, a outra tem mais relação com fatores subjetivos e individuais, conforme a resposta dos sujeitos diante do fenômeno da violência.

A gestão pública deve focar-se na diminuição dos índices de violência reais, mas não pode negligenciar a sensação de segurança, pois ela altera a configuração da cidade ao trazer impacto sobre o modo de vida dos indivíduos. Certas áreas das cidades com “fama” de perigosa podem sofrer significativa diminuição de circulação de pessoas, com significativos impactos negativos sobre a atividade econômica da região. A consequência do medo da violência é a reorganização dos espaços urbanos sob o princípio de suposta periculosidade. Além da questão “geográfica” faz-se necessário elucidar os mecanismos que interagem nessa sensação de insegurança para compreender as respostas individuais e a construção coletiva da “defesa” e a resposta adaptativa ao potencial risco que a criminalidade oferece.

Desta maneira, o objetivo principal deste trabalho é ajudar a compreender os mecanismos de percepção da violência, sensação de segurança, avaliação da própria segurança e a maneira como esses mecanismos interagem com o ambiente produzindo normas, crenças, valores e atitudes.

#### 3.1- A Construção da Pesquisa e do Instrumento

Este estudo utiliza como instrumento um questionário composto de 26 perguntas fechadas (Apêndice A) a respeito da violência e criminalidade no município de Assis - SP. O questionário está dividido em 8 eixos, sendo eles:

QUADRO 1. Organização do questionário

Questões	Eixo	Objetivo
1, 2, 3, 4, 7, 9, 10 e 11	Perfil sócio-econômico	Estabelecimento do perfil sócio-econômico. Inclui questionário de critério econômico da ABEP.
5, 6 e 8	Características das condições de moradia	Avaliação das condições de vida quanto ao desemprego, bairro e concentração de pessoas.
12, 13, 14 e 15	Exposição à mídia	Estabelecimento dos níveis de exposição à mídia impressa e televisiva e sua percepção.
16 e 25	Exposição à violência	Estabelecimento dos níveis de exposição à violência direta e indireta.
17,18 e 24	Violência doméstica	Analisar questões relacionadas à violência doméstica, tanto do ponto de vista de vítima como de vitimizador.
19	Percepção da criminalidade	Analisar percepções sobre a natureza dos crimes.
20	Comportamento defensivo	Analisar comportamentos gerados pelo medo provocado pela violência
21, 22 e 23	Presídios	Analisar crenças sobre a existência de presídios.
26	Crenças, normas, atitudes	Analisar questões relacionadas à crenças, normas, valores e atitudes sobre diversos domínios da violência, tais como Justiça, Direitos Humanos, entre outros.

Assim os eixos que organizam o questionário representam diversos olhares sobre uma modalidade específica da violência, a violência urbana e suas implicações, na intenção de interpretar os dados obtidos, relacionando-os entre si na busca de informações sobre a violência e seus impactos na localidade pesquisada.

### 3.2 Hipóteses

Visando estabelecer os mecanismos que influenciam a percepção dos indivíduos sobre a violência este trabalho contou com a fundamentação de hipóteses explicativas de aspectos do fenômeno da violência e seu impacto nos indivíduos, baseado em outros trabalhos realizados no Brasil e no exterior, tanto dentro do paradigma qualitativo quanto no quantitativo. Cada um dos eixos do trabalho está fundamentado em observações realizadas por outros pesquisadores sobre as causas da violência e suas percepções, porém não são capazes de descrever completamente o fenômeno.

As hipóteses são formuladas quanto à capacidade de percepção da violência, ou seja, a forma como a violência é vivenciada e a partir de quais representações dela são transformados o cotidiano e as relações interpessoais. O questionário vale-se dessas hipóteses que podem ser determinantes para entender como a violência é percebida. Vale ressaltar que a

última hipótese, a respeito da presença dos presídios, esta provavelmente tem impactos apenas nas populações das cidades do interior, de acordo com o impacto que a própria política de segurança pública tem sobre o cotidiano das cidades. São as hipóteses:

*1ª Hipótese:* O nível de exposição à mídia, baseada na quantidade de consumo de produtos midiáticos influencia a percepção dos indivíduos quanto aos níveis de criminalidade e segurança no local onde vivem.

A inserção da percepção individual em universos novos e distantes, onde a violência é projetada dia-a-dia como um espetáculo visando aumento na tiragem ou audiência, além de pressionar os políticos e assim alterar a própria política de segurança, altera também a percepção da violência no nível individual, isto é, quanto mais exposição do sujeito a elementos midiáticos, maior será sua sensação de insegurança.

Esta hipótese é avaliada através de questões relacionadas à quantidade e variedade de exposição a diferentes meios de comunicação e sua comparação com o universo próximo (ver questões 12, 13, 14 e 15). Assim espera-se medir a quantidade de consumo de mídia do indivíduo e, com isso, poder simular se a quantidade e a qualidade da exposição possuem impactos sobre as respostas dos indivíduos às questões do questionário.

*2ª Hipótese:* O nível de exposição à violência, seja esta em sua forma direta ou indireta, influencia as crenças, normas, valores e atitudes do indivíduo frente à violência.

Medir a exposição da população a violência é essencial para que possamos entender quais são os determinantes, a longo prazo, dos comportamentos de apoio a medidas violentas para conter a violência e de atos delinqüenciais. (CARDIA, 1999, p.12).

Assim, a partir da análise da exposição à violência, pode-se observar modificações no comportamento, na cultura, na circulação de ruas, entre outros elementos que podem afetar o cotidiano.

A hipótese de que a exposição à violência traz diversas conseqüências para os indivíduos que a experienciam é sustentada de diversas formas por vários pesquisadores de diferentes orientações. Conforme Cardia (2003) a discussão a esse respeito é feita por pesquisadores norte-americanos desde o fim dos anos 80, que identificaram conseqüências psicológicas e fisiológicas associadas à vítimas de violência. A partir dessa constatação

iniciaram-se as pesquisas sobre vitimização e covitimização, ou seja, em relação àqueles que testemunharam violência.

Conforme Cardia (2003) os efeitos da violência sobre os indivíduos diferem segundo a faixa etária, sendo os jovens os mais vulneráveis, além de serem os mais expostos. A exposição à violência pode transformar permanentemente a subjetividade de um indivíduo.

Esta exposição provoca sintomas físicos em Jovens, como distúrbios do sono, ansiedade, depressão, falta de concentração que podem ou não afetar o desempenho acadêmico, constituindo o que Warner & Weist (1996) denominam de fadiga do sobrevivente. (CARDIA, 2003, p.301).

Pesquisas conduzidas nos EUA por Selner-O'Hagan e outros (1998) apontam que a exposição à violência está relacionada ao bairro, ao estilo de vida e ao funcionamento familiar, de forma que as pessoas mais frequentemente expostas à violência tendem a ter mais eventos violentos em suas vidas. Como consequência,

Um processo de dessensibilização tem impacto sobre as vítimas da violência e representaria, segundo alguns autores (Ng-Mak et al. 2002) uma forma de adaptação patológica à exposição : dessensibilizar-se significa se desligar da dor das vítimas, um processo no qual a violência que as vítimas sofrem passa a ser considerada 'normal'. A dessensibilização implica em subestimarem as consequências da violência para suas vítimas culparem as vítimas pelo que lhes ocorre, processo também denominado de exclusão moral – uma espécie de anestesia moral ou de desligamento baseado na crença em um “mundo justo” – coisas ruins acontecem às pessoas que fizeram algo ruim.[...] normalizar a violência resulta também em reduzida capacidade de confiar no outro, ou de se vincular ao outro (Kliewer et al. 2001) e menor interdição quanto a prática de violência (Hallyday-Boykins & Graham, 2001). (CARDIA, 2003, p.301).

De acordo com a pesquisa de Dempsey (2002, *apud* CARDIA, 2003) existem duas estratégias básicas que os indivíduos podem adotar diante da exposição à violência, a primeira é um movimento de internalização, ou seja, de somatização dos efeitos da exposição; e a segunda é da externalização, quando ocorre o aumento da agressividade. Esta segunda forma de assimilação à violência poderia, talvez, trazer impactos sobre as crenças acerca dos direitos humanos e em relação ao castigo físico dos corpos.

A exposição à violência tem sido medida de diferentes modos. De modo geral apresenta-se uma lista de situações de violência em diferentes níveis de gravidade e se pergunta à pessoa se, em determinado período de tempo (normalmente entre seis e 12 meses), ela foi vítima ou presenciou a algumas daquelas situações.

O estudo de Cardia (2003) utiliza-se de uma escala de avaliação à exposição à violência baseada em seis níveis, a saber:

- 1.– Exposição leve: condição que incorpora aqueles que não foram vítimas direta ou indireta de qualquer tipo de violência (leve ou grave)<sup>26</sup>,
- 2.– Exposição moderada: quando as pessoas só ouviram contar casos (não graves) que ocorreram com parentes ou amigos,
- 3.– Exposição séria: quando a pessoa sofreu violência leve (sem ameaça a integridade física), e testemunhou violência mais grave,
- 4.– Exposição grave: quando a pessoa foi vítima de crime violento e ouviu falar de casos que ocorreram com amigos ou parentes, mas não testemunhou casos envolvendo outros,
- 5.– Exposição muito grave: quando a pessoa foi vítima de crime violento, assistiu a eventos violentos e ouviu falar sobre casos ocorridos com amigos e parentes,
- 6.– Exposição muito, muito grave: reunindo aqueles que foram vítimas de crime violento mais de uma vez, assistiram e ouviram falar de casos envolvendo amigos e parentes.

Conforme pode-se observar o instrumento de Cardia (2003) utiliza-se de três tipos de exposição para a formulação da escala: 1- exposição direta; 2- exposição indireta enquanto testemunha, e 3-exposição indireta enquanto vitimização direta de familiares.

Neste trabalho, visando facilitar a avaliação da exposição à violência sem excluí-la da análise utilizamos um método próximo ao de Cardia (1999), no qual ao sujeito é perguntado se presenciou alguma das 13 situações tensas e/ou violentas apresentadas, ou se foi vítima de outras 8 situações elencadas no questionário.

Por não utilizarmos a dimensão da vitimização indireta enquanto vitimização direta de familiares, a escala utilizada por Cardia (2003) não pode ser utilizada para a avaliação deste questionário, pois ela é essencial para a diferenciação dos níveis. Desta forma,

---

<sup>26</sup> Alguns autores acreditam, e incluem em seus instrumentos de investigação da exposição à violência, que o testemunho de eventos violentos através da mídia, em especial pela televisão, poderia ser entendida como exposição indireta, tal qual uma pessoa que assiste a um evento violento. Aqui, conforme visto na hipótese anterior, a exposição à mídia é analisada separadamente.

para avaliar os efeitos da exposição à violência utilizaremos a divisão simples entre os sujeitos que não foram expostos à violência (o que chamaremos de “nenhuma exposição”) por um lado, e expostos à violência, como grupo oposto.

A categoria de “expostos à violência” será composta daqueles que foram expostos à violência nos dois níveis, exposição direta e indireta, ao menos uma vez. Assim, a exposição à violência será assim diferenciada entre os sujeitos:

- 1- Nenhuma exposição: não foram expostos à violência, nem de forma direta nem indireta
- 2- Expostos à violência: foram expostos na forma direta e indireta.

Desta forma cria-se ainda um terceiro grupo composto por aqueles que foram expostos à violência apenas como testemunhas e aqueles que foram testemunhas da violência apenas através dos meios de comunicação. Ainda não está claro para os pesquisadores o impacto dessas exposições sobre os indivíduos, em especial a exposição indireta via mídia. Assim, nos furtamos de avaliar este grupo (uma discussão a respeito da exposição à violência pela mídia pode ser encontrado no capítulo 2.4) e nos concentramos naqueles que não se expuseram à violência real em nenhuma forma e naqueles que foram expostos à violência real das duas formas, direta e indireta.

*3ª Hipótese:* A exposição à violência doméstica, mesmo na infância, influencia o comportamento do indivíduo frente à violência, facilitando sua perpetuação.

Um dos principais impactos da exposição à violência é a sua perpetuação (DODGE, BATES e PETIT, 1990; DURANT, CADENHEAD, PENDERGAST, SLAVENS e LINDER, 1994, ente outros, *apud SELNER-O’HAGAN et al*, 1998). Ou seja, a exposição à violência pode levar os sujeitos que a sofreram a perpetuá-la Assim, está sendo avaliada não apenas a exposição à violência, mas também aspectos da violência doméstica não apenas como vítima mas também como vitimizador, ainda que em potencial.

A violência doméstica sofrida na infância é a que mostra ter mais efeitos sobre as vítimas (CARDIA, 2003), provocando diversos efeitos como estresse pós-traumático, distúrbios de sono, depressão, falta de concentração, entre outros.

A literatura sobre a punição corporal revela que pais que foram punidos fisicamente tendem a punir fisicamente seus filhos. A esse processo se dá o nome de "ciclo de abusos". A existência desse ciclo foi identificada através de pesquisas inter-gerações. Essas pesquisas demonstram que há uma relação entre ser vítima de punição corporal na infância e agressividade futura. O modelo explicativo desse processo seria o da aprendizagem social. Ao sofrerem castigos físicos as crianças aprenderiam um repertório de ações agressivas. Mueller (1995) revisando os modelos que buscam explicar a relação entre a punição e agressividade das crianças e em adultos demonstrou que não se trata de um tipo perverso de seletividade onde crianças hiperativas provocariam, com maior frequência, punições mas sim que se trata de um processo onde a punição é a causa de comportamentos agressivos. (CARDIA, 1999, p. 37)

Assim, pode-se avaliar a perpetuação do ciclo de violência, a partir do inquérito da punição corporal em dois momentos do sujeito, na infância enquanto vítima, e na posição de vitimizador, sobre seus filhos ou supostos filhos. Porém, são os efeitos sobre o comportamento deste tipo de exposição à violência que interessam neste momento para o estudo. Segundo Ng-Mark *et al.* (2002, *apud* CARDIA, 2003) vítimas de violência passam por um processo de dessensibilização da violência, um comportamento adaptativo. Pode ainda levar certos indivíduos a culparem as vítimas pelos fatos violentos, processo chamado de exclusão moral, onde o sujeito abandona a crença num "mundo justo" e, talvez, adote a violência como meio de socialização. Segundo Kliever *et al.* (2001, *apud* CARDIA, 2003) a exposição à violência pode resultar numa diminuição da capacidade de formação de círculos de confiança ou vínculo, facilitando o desenvolvimento de um "estilo cognitivo violento".

Esses efeitos da violência sobre os indivíduos são medidos de duas formas, além das questões de exposição à violência conforme explicitado na hipótese anterior, através de questões que avaliam a frequência e a forma dos castigos e violência doméstica, observados nos itens 17 e 18 do questionário. Porém outras questões podem ser comparadas a estas através de diversos métodos estatísticos, como as possibilidades abertas pela questão 24 serem relacionados a diversos itens das questões 17, 18 e 26.

*4ª Hipótese:* A existência de presídios dentro do perímetro do município influencia de forma negativa a percepção da insegurança e da criminalidade nos indivíduos.

Conforme explicitado no capítulo 2.1, a história da violência no interior de São Paulo sofre influência da construção dos diversos presídios na região. A região do município pesquisado recebeu presídios ao longo da década de 1990, o que provavelmente afetou



crenças, normas, valores, atitudes e comportamentos da população, conforme aponta pesquisas de Góes (2004 e 2006) e Silvestre (2008).

Ao entrevistado é questionado se já morava em Assis quando o presídio foi construído e, caso resposta afirmativa, se acredita que a criminalidade, a imagem e a quantidade de criminosos tem relação com a instituição carcerária.

### 3.3 Aspectos Éticos

O trabalho foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Hospital Regional de Assis. Na aprovação do trabalho, o referido Comitê, além da elucidação dos aspectos éticos do trabalho para os entrevistados, o que é regra geral, solicitou o recolhimento da assinatura de cada sujeito do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (ver Anexo A).

Com relação à primeira parte das recomendações, não encontramos nenhum problema. Foi garantido aos entrevistados o sigilo quanto às informações prestadas, bem como sobre a sua identificação e endereço, viabilizando as suas adesões voluntárias. Foram também esclarecidos sobre os riscos potenciais ao participarem da pesquisa, ou seja, da possível lembrança de aspectos desagradáveis e violentos de sua história de vida. Neste caso foi garantido a cada entrevistado um espaço, ao final da entrevista, para que expusesse as possíveis angústias que as questões abordadas poderiam suscitar.

Entretanto, com relação à utilização do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, tal como temíamos, vários dos sujeitos entrevistados se recusavam a assinar qualquer documento, provavelmente por temerem pelo sigilo de suas informações.

Por se tratar de uma pesquisa de caráter anônimo, muitos dos entrevistados não conseguiam compreender a necessidade de adesão via “Termo”. De fato, esta é uma questão complexa na medida em que se, por um lado, é garantido o sigilo das informações — muitas vezes conseguidas com alguma dificuldade devido ao medo de exposição — por outro lado, cobra-se do entrevistado o nome e a assinatura.

Esse paradoxo vem sendo objeto de críticas, reflexões e tomadas de decisões pelos pesquisadores da área de Ciências Humanas. Para muitos, a forma de adesão à pesquisa, por convite no momento da abordagem domiciliar, já seria condição suficiente para garantir a liberdade dos indivíduos e seu caráter voluntário. A contradição entre a garantia do sigilo e a necessidade de assinatura de um documento poderia inviabilizar a pesquisa, o que pudemos, no nosso caso, constatar no campo.

Uma pesquisa como esta, cuja natureza é a utilização de vários questionários anônimos a identificação é desnecessária, pois os casos individuais não são interessantes. O “risco” envolvido também é muito pequeno, quase inexistente, o que pode ser atestado pelo fato de que nenhum dos entrevistados, até agora, utilizou-se do espaço supracitado para falar de suas angústias. De fato no processo de coleta de dados o único grande problema foi justamente a dificuldade dos entrevistados em compreender porque de um lado se garantia o sigilo da identificação e da informação e, de outro, solicitava-se a assinatura de um documento ao sujeito.

Diante da recusa sistemática de assinatura do “Termo” por parte dos entrevistados, em alguns casos de forma ríspida, em especial nos bairros mais periféricos, optamos pela supressão dos procedimentos de identificação e assinatura para não inviabilizar a coleta de dados e/ou comprometer a franqueza das respostas.

#### 4 – ASPECTOS METODOLÓGICOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados os dados da pesquisa de campo e da análise dos indicadores sociais, econômicos e de criminalidade do município de Assis.

##### 4.1- Características Sócio-Demográficas e de Criminalidade do Município de Assis

Assis é um município localizado no centro-oeste do estado de São Paulo, distante cerca de 440 Km da capital do estado. Sua economia está baseada, essencialmente, no agro-negócio, em especial àquele ligado à cana-de-açúcar.

Mesmo com uma economia baseada no agro-negócio, têm 95,4% de sua população vivendo no perímetro urbano, segundo dados da Fundação SEADE (2000).

A cidade está com número suficiente de vagas em escolas, somando 15.964 vagas dentre Ensino Fundamental e Médio, além de possuir quatro universidades<sup>27</sup>. Assis tem disponíveis 340 leitos hospitalares, entre particulares e públicos (IBGE, 2006).

Para estabelecer uma comparação a tabela 1 mostra indicadores econômicos de alguns municípios selecionados segundo os seguintes critérios: próximos e menores que Assis (Paraguaçu Paulista e Cândido Mota), próximo com tamanho aproximado ao de Assis (Ourinhos), próximo e maior do que Assis (Marília), maiores, em localidades diferentes e distantes de Assis e com perfis sócio-econômico distintos entre si e em relação à Assis (São José do Rio Preto, Santos e Jundiaí).

---

<sup>27</sup> IEDA – Instituto Educacional de Assis; FEMA – Fundação Educacional do Município de Assis; UNIP – Universidade Paulista; UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

TABELA 1. Índices econômicos e população de municípios selecionados do estado de São Paulo, do próprio estado e do país<sup>28</sup>.

Município	Proximidade de Assis	População <sup>29</sup>	Pobreza (em porcentagem) <sup>30</sup>	PIB per capita <sup>31</sup>
Assis	Sim	97.725	14,87	R\$9.787
Paraguaçu Paulista	Sim	42.117	33,02	R\$ 8.098
Cândido Mota	Sim	29.572	23,76	R\$ 11.192
Ourinhos	Sim	103.631	20,42	R\$11.074
Marília	Sim	223.454	18,77	R\$10.045
São José do Rio Preto	Não	414.272	9,54	R\$12.860
Santos	Não	417.518	4,55	R\$20.954
Jundiaí	Não	347.738	8,78	R\$29.541
Estado de São Paulo	-	39.827.570	9,9	R\$12.619
Brasil	-	183.987.291	23,5	RS8.694

Os dados acima revelam que o município de Assis possui índices de pobreza melhores que os municípios de sua região, porém piores que municípios com notável desenvolvimento econômico. O PIB *per capita* de Assis é inferior aos dos municípios de sua região (com exceção de Paraguaçu Paulista) e bem inferior aos municípios escolhidos para essa comparação.

Segundo dados do IPRS<sup>32</sup> que sintetiza indicadores de riqueza, escolaridade e longevidade classificando-os numa escala em cinco grupos. O município de Assis apresentou relativa estabilidade no biênio 2000-2002. No primeiro figurava na 207<sup>a</sup> posição, para colocar-se na 206<sup>a</sup> posição dois anos depois. Desta forma o município permaneceu dentro do grupo três, ou seja, *município com indicadores de riqueza baixos, porém com bons indicadores sociais*.

Na área de segurança o município pode ser considerado uma localidade relativamente tranqüila quando comparado com o contexto da violência no resto do país, incluindo a violência urbana das capitais e os conflitos de terra nos estados do norte do país. Segundo o Mapa Paulista da Violência (2005) o município se encontra na 165<sup>a</sup> posição no estado no índice de mortes por homicídio dentre os 645 municípios do estado. Segundo dados da Fundação SEADE ocorreram no município 6.541 ocorrências, sendo 11 dolosos<sup>33</sup> (2006).

<sup>28</sup> Os dados relativos ao estado de São Paulo e do Brasil são de 2007.

<sup>29</sup> Estimativa da População Residente, IBGE, 2008.

<sup>30</sup> O índice de pobreza indica a porcentagem da população no município que vive com menos de U\$ 2,00 por dia. IBGE, 2003.

<sup>31</sup> Produto Interno Bruto *per capita*. IBGE, 2003.

<sup>32</sup> Índice Paulista de Responsabilidade Social

<sup>33</sup> Sobre o uso da taxa de homicídios para a avaliação da violência ver: CARDIA, A.; ADORNO, S.; POLETO, F. (2003); CALDEIRA (2000).

A seguir são apresentados alguns dos índices de criminalidade no município de Assis, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

TABELA 2. Resumo de índices de criminalidade no município de Assis por número de ocorrências. 2001-2008.

<b>Ano</b>	<b>Homicídio Doloso</b>	<b>Furto</b>	<b>Roubo</b>	<b>Furto e Roubo de Veículos</b>
2001	10	2.491	191	163
2002	10	2.303	170	129
2003	9	2.088	177	128
2004	14	1.983	186	157
2005	8	2.776	192	194
2006	11	1.942	163	241
2007	4	1.161	169	198
2008	8	1.249	201	127

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, 2009.

Segundo a Organização das Nações Unidas o índice de mortalidade por homicídio dos países desenvolvidos está em torno dos 10 homicídios a cada 100.000 habitantes, estabelecendo este limite como tolerável. Pode-se observar que o município de Assis, nos últimos 8 anos, permaneceu acima do tolerável por apenas duas ocasiões. A análise dos dados do município indica que o município tem dados de criminalidade ainda baixos, com baixo número de furtos e roubos, porém indicando preocupantes índices de furto e roubo de veículos.

Além da taxa de homicídios relativamente controlada, o furto e o roubo, a despeito de alguns momentos de pico, permanecem sempre baixos. Numa comparação com Ourinhos, município geograficamente próximo e com número de habitantes próximo ao de Assis (ver tabela 2) no mesmo período o município apresentou três anos com furtos acima das 2000 ocorrências, enquanto Assis apresenta quatro, e um ano com mais de 200 ocorrências de roubo, assim como Assis. Já o indicador de furtos e roubos de carros o município mostra índices próximos aos de Marília, município cerca de duas vezes maior.

No município podem ser encontradas cinco emissoras de rádio<sup>34</sup>, mais uma emissora no município de Cândido Mota que, pela proximidade geográfica, veicula anúncios de Assis e notícias do município. A cidade também conta com dois canais de televisão, uma

<sup>34</sup> São elas: “A Voz do Paranapanema” de Candido Mota, “Antena Jovem”, “Cidade de Assis”, “Cultura de Assis”, “Difusora de Assis” e “Integração do Vale”.

de responsabilidade da operadora local de TV a cabo e outra de cunho comunitário. Circulam na cidade quatro jornais<sup>35</sup>, sendo três diários e um semanário.

#### 4.2 - Contexto

No mês que antecedeu a aplicação dos primeiros questionários a cidade viveu uma “onda” de criminalidade, com diversos assaltos na região mais central e comercial da cidade. A crescente criminalidade foi alvo de especulação da mídia, tratando o tema como a “onda de violência de Assis”, por vezes potencializando, artificialmente, o fenômeno.

Naquele período, representantes de diferentes segmentos da comunidade local estavam empenhados no fortalecimento do Conseg – Conselho Comunitário de Segurança, que já existia há algum tempo, porém funcionando de maneira precária, mormente pela baixa participação popular. Por vezes as reuniões estavam vazias, e parecia que debate da segurança não interessava aos munícipes.

Os eventos de criminalidade ocorridos modificaram completamente a abordagem da questão da segurança na cidade. O que antes parecia impossível começava a acontecer: um grande debate nas rádios, nos jornais, nas escolas, nas conversas populares, entre outros, a respeito do tema da violência.

A população exigiu a resposta típica das populações assustadas com a criminalidade, ou seja, uma postura agressiva de repressão à criminalidade. Foram realizadas grandes operações policiais nos bairros mais “perigosos”, com grande destaque na mídia, sobre os seus resultados, com ênfase para a quantidade de bandidos presos, armas e drogas apreendidas, etc.

Com o apoio da ACIA – Associação Comercial e Industrial de Assis – foi realizada no dia oito de abril de 2009 a Caminhada pela Paz, com o lema “Dê um passo pela paz”, que reuniu milhares de pessoas na principal avenida da cidade, num protesto que lembrou eventos similares ocorridos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, resguardadas as devidas proporções.

A maneira como caminharam as discussões sobre segurança pública mostrou uma opção dos munícipes pelo viés mais policialesco. As exigências giraram em torno do aumento do efetivo policial, bem como no seu melhor aparelhamento e maior racionalização

---

<sup>35</sup> São eles: “Jornal de Assis”, “Diário de Assis”, “Voz da Terra” e “Jornal da Segunda”.

de sua ação. Em poucos momentos houve discussões a respeito das raízes da violência e de formas de reduzir a vulnerabilidade de certas populações.

Diante das dificuldades de se efetivar as demandas junto ao Secretário de Segurança e do Governador, a população e a classe política assisenses foram contempladas com uma saída política para as suas demandas.

Aparentemente seguindo a mesma lógica que, em 18 de março de 2009, levou o governo estadual a substituir o então Secretário Estadual de Segurança Ronaldo Marzagão por Antonio Ferreira Pinto, realizou-se a troca comando geral das polícias, também em Assis houve mudança nos comandos das polícias civil e militar. Sem que se possa desabonar as figuras dos substitutos, coincidentemente, os substituídos tinham forte engajamento com a sociedade civil e participavam ativamente do processo de fortalecimento do Conseg, acima referido.

Além dessas medidas, puramente políticas e protetórias, instalou-se em diversos pontos da cidade câmeras de segurança, algumas delas com transmissão ao vivo para canais da operadora da televisão por assinatura do município. Sem descartar a influência de outros interesses, tal decisão repete o que parece ter se convertido numa panacéia para a questão da segurança, qual seja a crença de que apenas a vigilância, ainda que restrita a áreas escolhidas, seria capaz de reduzir os índices de assaltos e outros tipos de contravenções. Certamente a presença de uma câmera inibe a ação delinqüente nas regiões onde serão instaladas, mas ainda não ataca o problema de maneira ampla, podendo produzir um simples deslocamento do banditismo de determinadas regiões do município em direção a outras.

O NEVIRG<sup>36</sup>, da UNESP de Assis, grupo do qual o pesquisador é integrante, engajou-se fortemente nas discussões, procurando trazer à tona do debate o conhecimento científico da questão da violência. Vários de seus membros ocuparam espaços nos jornais, nos debates e nas discussões empreendidas no município, procurando reduzir a ânsia popular de repressão movida aparentemente pela vingança, e sabendo que as medidas propostas são meramente paliativas diante de um quadro de insegurança maior.

Ao mesmo tempo, coincidentemente, tem sido desenvolvido, em nível nacional, os debates e discussões preparatórios para a Conferência Nacional de Segurança Pública, espaço onde serão definidos os princípios de atuação do SUSP<sup>37</sup>, previsto para atuar nos

---

<sup>36</sup> Núcleo de Estudos de Violência e Relações de Gênero

<sup>37</sup> Sistema Único de Segurança Pública

moldes dos SUS<sup>38</sup> e do SUAS<sup>39</sup>, novo modelo de política de segurança pública que pode revolucionar a maneira como é abordada a questão no país.

Pouco antes da súbita preocupação dos munícipes sobre a questão já estava em curso, ainda que esvaziada, as discussões para a criação do Plano Municipal de Segurança Pública. As circunstâncias políticas do momento, que antes já estavam favoráveis, aumentaram o nível de participação dos munícipes e entidades com assento no Conseg<sup>40</sup>, o que favoreceu a realização da Conferência Livre de Segurança Pública, no mês de julho de 2009. Na conferência foram discutidos diversos aspectos da segurança pública, culminando na proposta do município para as diretrizes da Conferência Nacional.

Este pesquisador procurou envolver-se na discussão, participando de reuniões do Conseg, publicando artigos na imprensa local e participando da organização da Conferência Livre na cidade. O engajamento na discussão procura traduzir o conhecimento da universidade em contribuições para a elaboração do Plano Municipal de Segurança, próxima e natural etapa posterior à Conferência. Espera-se que o conhecimento gerado por esta pesquisa possa, de alguma maneira, contribuir para a elaboração do Plano e assim transformar o conhecimento produzido em contribuição efetiva para a sociedade onde está inserida.

Apesar de toda essa movimentação social no mês de agosto de 2009 diligentes da segurança em Assis anunciam a criação do programa Tolerância Zero que prevê diversas ações de combate à criminalidade, uma adaptação simplista do programa de redução da criminalidade utilizado em Nova Iorque. A faceta mais impressionante dessa nova abordagem de intervenção sobre a segurança é a utilização de uma lei do período da ditadura Vargas, na década de 40: a lei de combate à vadiagem.

No município de Assis a polícia autouou vários cidadãos nessa antiga lei, que “obriga” o sujeito “vadio” a encontrar trabalho digno e remunerado num período de três meses após a intervenção da polícia. Se ao final desse período o indivíduo não encontrar trabalho ou não apresentar provas de que procurou um emprego o cidadão está passível de sofrer a sanção penal da lei, ou seja, a prisão. O reavivamento de uma lei antiga e que, aparentemente, fere a constituição, se mostra uma medida autoritária e arbitrária para o

---

<sup>38</sup> Sistema Único de Saúde

<sup>39</sup> Sistema Único de Assistência Social

<sup>40</sup> Destaco a importância do engajamento e da atuação da professora Diléa Zanotto Manfio, presidente do CONSEG (Conselho Municipal Comunitário de Segurança) e secretária do COMSEP (Conselho Municipal de Segurança Pública).



encarceramento de indivíduos que, a princípio, não cometeram infrações, mas são considerados perigosos por sua situação de desempregados.

O novo paradigma de ação da segurança pública do município trouxe novamente aos jornais da cidade um acalorado debate sobre segurança. Apesar do que fora feito anteriormente, o tom do novo debate é de apoio geral da população às medidas do programa Tolerância Zero, incluindo a aplicação da lei da vadiagem. Poucas vozes se posicionaram contrárias ao programa, e aqueles que denunciavam o caráter totalitário da medida foram publicamente criticados, e suas idéias, rechaçadas. Parecia que nenhuma conferência tinha sido realizada, e que o debate da segurança nunca tivesse sido feito. Todos os avanços obtidos na Conferência Livre parecem ter sido esquecidos pela população. A sensação dos atores sociais envolvidos com o debate desde o início era de um retorno à “estaca zero”.

O programa, pela força do nome adotado e pelas medidas que o compõe, ganhou destaque em alguns jornais, grandes e pequenos. Jornais de cidades menores mostraram os “benefícios” do programa e de seus impactos positivos. Já jornais maiores veicularam a notícia de passagem, limitando-se a descrever as notícias sem nenhum apelo crítico.

No dia nove de novembro foi veiculada a primeira reportagem sobre o programa Tolerância Zero com tom crítico. O programa CQC, exibido pela TV Bandeirantes, apresentado e dirigido pelo escritor, roteirista e apresentador Marcelo Tas, caracteriza-se por mesclar jornalismo com entretenimento e humor, nos moldes de programas de TV similares da Argentina. Na reportagem em questão o repórter Danilo Gentili veio para a cidade de Assis tratar da política de segurança do município. O repórter, conhecido por ser o mais provocador dentre seus colegas do programa, resolveu “testar” a medida de combate à vadiagem, vestindo-se de mendigo e abordando as pessoas que passavam.

A própria equipe de reportagem, a certa altura, resolveu ligar para a polícia informando a presença de um “vadio”. Quando apareceram, os policiais não tinham idéia de que estavam sendo filmados e atuaram de forma descabida, imobilizando o repórter, ameaçando-o e desrespeitando seu direito de liberdade. Tudo foi exibido nacionalmente. Apesar da artificialidade na produção da abordagem, as imagens mostraram a forma de atuação dos policiais frente ao crime de vadiagem, e provocaram uma nova onda de discussões a respeito do programa. Muitos consideraram o episódio uma vergonha para o município, outros consideraram a atuação de Gentili descabida e desproporcional. Mas o importante é o registro em vídeo da atuação policial sobre a vadiagem, um mecanismo antiquado e contrário aos princípios da constituição.

Contrariamente ao que se poderia esperar o debate sobre a segurança não atuou como fator de dificuldade para a pesquisa. A mídia assisense conseguiu fazer emergir o tema de discussão, sem, contudo, ter grande impacto sobre a opinião dos entrevistados devido à baixa tiragem de seus jornais. Acreditamos que a participação da população na pesquisa foi facilitada, pois os entrevistados, ao serem abordados para responderem questões sobre violência, sentiam-se encorajados pela sensação de que sua participação poderia contribuir para o debate, reduzindo possíveis resistências.

#### 4.3 - Casuística

As análises apresentadas foram compostas pelas respostas de 251 moradores do município de Assis, maiores de 18 anos, de ambos os sexos, obedecidos critérios de proporcionalidade da população entre os setores. As entrevistas foram da modalidade domiciliar.

#### 4.4- Aplicação dos questionários

Para a efetivação da pesquisa, o perímetro urbano do município foi dividido em oito setores respeitando critérios sócio-econômicos, segundo levantamento do IBGE (ver 4.6- Setores). Os questionários foram aplicados por uma equipe composta de seis entrevistadores (alunos do terceiro ano do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis), que foram treinados por quatro horas, visando um melhor entendimento do instrumento utilizado e critérios mínimos para a definição e abordagem dos sujeitos. Por exemplo, evitando-se a realização de entrevistas em casas contíguas, procurando abranger diferentes ruas dos bairros percorridos, evitando-se entrevistas sucessivas com pessoas do mesmo sexo e da mesma faixa etária, etc.

Os entrevistadores leram as questões para os sujeitos, que responderam conforme eram mostradas as opções de resposta. Nesta fase, foram observadas as normas do Comitê de Ética em Pesquisa, exceto, a partir de dificuldades específicas, para a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme já discutido anteriormente.

#### 4.5-Análises Estatísticas

Foram elaboradas tabelas de contingência e realizados testes de qui-quadrado, com nível de significância de 5%, para estudar as possíveis associações entre variáveis qualitativas.

Realizou-se uma análise fatorial exploratória com o objetivo de identificar valores subjacentes às variáveis utilizadas na pesquisa a partir da base de dados obtida. Todas as análises aqui apresentadas foram realizadas no SPSS 15.0.

#### 4.6- Setores

A divisão setorial do município deste trabalho foi realizada por pesquisas de Frei e Silva (2001). A partir de dados censitários pesquisados pelo IBGE no censo de 1991, Frei e Silva (2001) utilizam duas técnicas diferentes de estratificação para definição de áreas homogêneas segundo condições de vida.

Para a produção dos resultados Frei e Silva (2001) utilizaram o setor censitário como unidade territorial, com a característica de ter, em média de 900 habitantes. As variáveis analisadas em cada setor censitário foram: número de casas em favelas, número de casas com abastecimento de água com canal, número de casas com abastecimento de água em rede geral, número de casas com instalação sanitária no domicílio, número de casas com lixo coletado, número total de chefes não alfabetizados e número total de chefes sem rendimento.

Se usou do setor censitário como unidade territorial pois “Desta forma, buscava-se agregar setores censitários semelhantes em zonas homogêneas que pudessem caracterizar espaços territoriais dos municípios” (FREI e SILVA, 2001, p.10).

Uma das técnicas de estratificação utilizadas pelos autores foi a ICEXSOC<sup>41</sup>, que é obtido mediante a média de três índices: INEXDH<sup>42</sup>, INEXAR<sup>43</sup> e o INEXQV<sup>44</sup>. O ICEXSOC utiliza uma escala ordinal, com a classificação em quatro zonas: Zona A; Zona B; Zona C e

---

<sup>41</sup> Índice de Exclusão Social.

<sup>42</sup> Índice de Exclusão do Desenvolvimento Humano.

<sup>43</sup> Índice de Exclusão da Autonomia de Renda.

<sup>44</sup> Índice de Exclusão em Qualidade de Vida.

Zona D, de forma que a Zona A é formada pelos setores com melhores condições de vida e a Zona D, com as piores condições de vida.

Para obter zonas homogêneas foi utilizada a técnica de Análise dos Agrupamentos, que utiliza a análise dos gráficos chamados dendogramas (FREI e SILVA, 2001). Essa técnica não fornece uma divisão específica do número de zonas, mas a divisão em quatro zonas tornou possível a comparação dos resultados com o do índice composto ICEXSOC. Utilizou-se dois métodos hierárquicos (Ward e Complete Linkage) e um não-hierárquico (K-mean) para chegar às zonas apresentadas (ver Apêndice).

#### 4.7- Resultados e Discussão

Os participantes da pesquisa possuem idade média de 41 anos ( $dp= 16,3$ ) sendo a maioria mulheres  $n$  (53,4%). É marcante a boa proporção de participantes com curso superior, completo ou não, 55 (21.9%). Contudo o maior grupo de entrevistados afirma ter cursado o ensino médio, completo ou incompleto 124 (49.4%). Apenas 2 (0.8%) dos entrevistados declarou-se ser analfabeto.

TABELA 3. Perfil etário, religioso, estado civil, concentração de pessoas na casa de desempregados na casa, da amostra em Assis/SP, frequência e porcentagem. (n=251), 2009.

<b>Faixa Etária</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
18-25	66	25,9
26-40	69	27,5
41-53	55	21,9
> 53	61	24,7
<b>Sexo</b>		
Masculino	117	46,6
Feminino	134	53,4
<b>Religião</b>		
Católico	149	59,4
Evangélico/Presbiteriano/ Protestante	66	26,3
Espírita	9	3,6
Nenhuma/Ateu	8	3,2
Acredita em Deus mas não tem religião	15	6
Outra	4	1,6
<b>Estado Civil</b>		
Solteiro	88	35,1
Casado	122	48,6
Separado/Desquitado	8	3,2
Divorciado	8	3,2
Viúvo	19	7,6
Outro	6	2,4
<b>Pessoas que moram na casa</b>		
Mora sozinho	19	7,6
De duas a quatro	170	67,7
De cinco ou mais	61	24,3
Não respondeu	1	0,4
<b>Desempregados na casa</b>		
Nenhuma pessoa	166	66,1
Uma pessoa	61	24,3
Duas pessoas	17	6,8
Três ou mais pessoas	7	2,8

Pode-se notar que cerca de um quarto da amostra (24.3%) mora em residências com cinco ou mais pessoas. A maior concentração de tais condições encontra-se no setor D2, onde 16 (30.2%) dos participantes declarou morar com cinco ou mais pessoas. A menor proporção de casas com cinco ou mais pessoas ali residindo é o do setor A3, com apenas 2 (15.4%). Vale ressaltar que o setor D2 é caracterizado por ter moradores de classes menos favorecidas e o setor A3 por ser o bairro preferencial das classes mais favorecidas.

A maior parte dos participantes declarou que nenhuma pessoa na casa onde reside encontra-se desempregada (66,1%, n= 166). Por outro lado o desemprego afeta a cidade de forma diversa, pois três setores, C1, D2 e B1, têm índices com desempregados na casa acima dos 40% dos entrevistados, ou seja, 47,6% (n= 20), 41,5% (n= 22), 41,4% (n= 12) respectivamente. Por outro lado, apenas 15,4% (n= 2) dos entrevistados do setor A3 declarou algum desempregado na casa onde moram.

A tabela 4 descreve a frequência e porcentagem das respostas dos sujeitos da amostra quanto à violência doméstica sofrida na infância.

TABELA 4. Punição corporal quando criança, na amostra, em Assis/SP, frequência e porcentagem (n=251).

Frequência de punição corporal quando criança	n	%
Nunca	72	28,7
Raramente	124	49,4
Freqüentemente	31	12,4
Sempre	24	9,6
Como ocorria a punição*		
Mão	60	23,9
Vara/Cinto/Fio de ferro	75	29,9
Chinelo	30	12
Pau/Outro	14	5,6

\*Não respondia esta questão (18) quando o sujeito escolhia a opção “Nunca” da questão anterior (17).

A tabela 4 mostra que a maior parte da amostra (78,1%) afirma ter apanhado nunca ou raramente na infância, o que mostra que a punição corporal não foi uma freqüente na infância dos entrevistados. Objetos mais duros e, talvez, mais violentos, como “Pau” foram também pouco indicados, o que pode significar que a qualidade das punições não era muito violenta.

Uma comparação com a pesquisa de Cardia (1999), apesar de utilizar metodologia diferente, classificando a frequência de punição corporal com uma escala diferente da utilizada aqui<sup>45</sup>, indica que os sujeitos da amostra foram menos expostos à punição corporal na infância do que a média brasileira. Em Assis, 28,7% (n=72) da amostra afirma nunca ter sofrido punição corporal na infância, enquanto que a média brasileira permanece em 20%. Na

<sup>45</sup> São categorias em exposição à violência corporal: “Nunca”, “Em poucas ocasiões”, “Mais ou menos uma vez por mês”, “Mais ou menos uma vez por semana”, “Quase todos os dias”. Nota-se que apenas a alternativa “Nunca” é comum às duas escalas, logo apenas esta pode ser avaliada objetivamente.

cidade de São Paulo, 24% da amostra afirmou ter sofrido punição corporal, nível menor do que o encontrado em Assis. Na capital paulista, juntamente com Salvador e Recife, se encontram os mais altos níveis de sujeitos que afirmam nunca terem sofrido punição corporal.

Já a ação de punir corporalmente os filhos, conforme explica Cardia (1999), pode se modificar conforme a contextualização da pergunta. Ou seja, a cada situação apresentada tem uma reação diferente por parte dos entrevistados, mesmo entre aqueles que não tem filhos. Na questão foi explicado aos entrevistados que as situações apresentadas referiam-se a adolescentes menores de idade, com cerca de 15 anos. Podemos ver as respostas na tabela 5, a seguir:

TABELA 5. Punição corporal como violentador, contagem e porcentagem, na amostra, em Assis/SP, frequência e porcentagem (n=251)\*.\*\*.

	Punição aplicada						Total
	Bater	Conversar	Proibir TV/Sair com amigos	Procurar ajuda profissional	Chamar a polícia	Nenhum a dessas	
<b>O(a) sr(a) descobre que seu filho vem mentindo</b>	<b>5 (2%)</b>	<b>220 (90%)</b>	<b>7 (3%)</b>	<b>6 (2%)</b>	<b>1 (0,1%) ***</b>	<b>7 (3%)</b>	<b>246 (100%)</b>
Seu(sua) filho(a) é pego furtando pequenas coisas do supermercado/farmácia/feira/etc	43 (17%)	130 (53%)	11 (4%)	26 (11%)	19 (8%)	17 (7%)	246 (100%)
<b>O(a) senhor(a) descobre que seu(sua) filho(filha) vem faltando muito às aulas</b>	<b>10 (4%)</b>	<b>201 (82%)</b>	<b>12 (5%)</b>	<b>0 (0%)</b>	<b>8 (3%)</b>	<b>15 (6%)</b>	<b>246 (100%)</b>
O(a) diretor(a) da escola chama o(a) senhor(a) para reclamar de seu(sua) filho(a)	3 (1%)	221 (90%)	9 (4%)	3 (1%)	1 (0,1%) ***	9 (4%)	246 (100%)
<b>Seu(sua) filho(a) é pego grafitando ou pichando muro</b>	<b>47 (20%)</b>	<b>118 (49%)</b>	<b>24 (9%)</b>	<b>15 (6%)</b>	<b>9 (3%)</b>	<b>32 (13%)</b>	<b>245 (100%)</b>
O(a) senhor(a) encontra seu(sua) filho(filha) fumando maconha	35 (14%)	95 (40%)	8 (4%)	75 (30%)	11 (4%)	22 (8%)	246 (100%)
<b>O(a) seu(sua) filho(a) fica fora de casa até altas horas</b>	<b>12 (5%)</b>	<b>174 (71%)</b>	<b>13 (6%)</b>	<b>4 (1%)</b>	<b>4 (1%)</b>	<b>39 (16%)</b>	<b>246 (100%)</b>

\*Cinco sujeitos não responderam às questões apresentadas nesta tabela, seis sujeitos não responderam a questão 24.5

\*\* Valores percentuais aproximados

\*\*\* Menos de 0,1%

Quando perguntados sobre o que fariam em relação à série de problemas de comportamento de seus filhos verificou-se que a alternativa mais adotada seria “conversar” em todos os casos. A alternativa “procurar ajuda profissional” foi a segunda mais escolhida quando o comportamento está ligado ao uso de maconha. Em relação ao uso da droga, é nesta ocasião em que a alternativa “conversar” é menos popular que entre as outras perguntas. Na pesquisa de Cardia (1999) a alternativa “conversar” para o problema do uso da maconha teve proporção de escolha maior quando comparado em Assis em todos os casos.

A alternativa “bater” mostrou-se a segunda mais indicada em duas ocasiões, relacionada ao furto e à pichação de muros, talvez o índice encontrado para a situação do uso da maconha possa ser considerado alto. Em comparação ao estudo de Cardia (1999), realizado com uma questão igual à utilizada no questionário, a punição corporal é mais utilizada em Assis do que em São Paulo em todas as ocasiões, salvo na ocasião da reclamação do diretor da escola.

A porcentagem de “bater” na situação de pichação de muro em Assis é o dobro da encontrada em São Paulo, e mais alta do que a encontrada em qualquer das 10 capitais<sup>46</sup> estudadas por Cardia (1999).

A punição corporal relacionada ao uso de maconha é, em Assis, 200% maior 35 (14.0%) que a encontrada em São Paulo (7%), e também mais alta do que a encontrada em qualquer das 10 capitais do estudo de Cardia (1999).

Já a punição corporal relacionada ao furto na cidade de Assis foi escolhida por 43 (17.0%) da amostra, porcentagem de escolhas 170.0% maior do que a da capital paulista (10.0%), e maior do que nove das dez capitais estudadas por Cardia (1999), somente menor que Goiânia (22%).

Os resultados indicam que a punição corporal é bem tolerada pela amostra da população de Assis, especialmente quando trata-se de pichações, roubos e uso de maconha, comportamentos muitas vezes associados à marginais e à criminalidade. Os dados não são conclusivos, porém podem indicar que a violência pedagógica atua sobre os comportamentos considerados “de marginais”, associando a punição corporal à necessidade de evitar que os filhos trilhem o caminho da criminalidade.

A rejeição da punição corporal contra crianças em outras situações apresentadas no questionário, conforme é mostrado na tabela 6.

---

<sup>46</sup> São elas: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Belém, Manaus, Porto Velho e Goiânia.



TABELA 6. Concordância com a punição corporal, contagem e porcentagem, na amostra, em Assis/SP, freqüência e porcentagem (n=251)\*.\*\*

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Nem concordo nem discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente	Total
Se um professor bater em uma criança que está fazendo alguma coisa de errado provavelmente ensinará uma coisa importante para a criança	190 (76%)	15 (6%)	6 (2%)	17 (7%)	21 (9%)	249 (100%)
As crianças devem apanhar quando são agressivas	197 (79%)	26 (10%)	1 (0,1%)****	16 (7%)	8 (4%)	248 (100%)
Uma criança desobediente deve apanhar	181 (73%)	17 (7%)	6 (2%)	23 (10%)	21 (8%)	248 (100%)

\*Três sujeitos não responderam às questões 26.2 e 26.22, três sujeitos não responderam a questão 26.31.

\*\* Valores percentuais aproximados

\*\*\* Menos de 0,1%

A partir dos dados apresentados na tabela 6 pode-se observar que nas três situações apresentadas, a punição por parte do professor, a punição por agressividade e por desobediência são tolerados, total ou parcialmente, por 16% (n=38), 11% (n=24) e 18% (n=44) respectivamente. Assim, a punição de crianças se mostra mais aceitável, comparada à aceitabilidade de punição corporal em adolescentes, quando se deseja a obediência, tanto por parte dos pais como do professor. Vale ressaltar que 11% da amostra (n=32) entende que a agressividade em crianças deve ser corrigida com punição corporal, ou seja, mais agressividade.

Os dados da tabela anterior parecem corroborar a idéia de que o corpo é o local da punição, onde a autoridade se faz presente com mais força. A punição corporal contra crianças é bem tolerada em todas as possibilidades apresentadas no questionário, sugerindo a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto.

O estudo de Cardia (1999, 1999b) aponta que a punição corporal de crianças não é aceito pela maioria de sua amostra (81%), porém não explica se os outros 19% de sua amostra concordam com a punição de crianças. Se for este o caso a aceitação da punição corporal contra crianças se mostrou semelhante à amostra de Assis.

O uso da punição corporal para se obter "bom comportamento" das crianças é amplamente rejeitado: 81% discorda do uso da punição corporal mesmo que se trate de crianças desobedientes. Essa rejeição é muito mais forte do que a expressa por entrevistados em pesquisas realizadas nos Estados Unidos. (CARDIA, 1999b, p.18).

Apesar de bem tolerada no Brasil conforme estudo em 10 capitais feitos por Cardia (1999), a mesma autora aponta que a punição corporal é muito mais utilizada nas cidades americanas do que nas brasileiras. No sul dos EUA, 67% dos entrevistados afirmaram que bateriam em seus filhos caso estes furtassem, conforme aponta pesquisa de Cohen e Nisbett (1996, *apud* CARDIA, 1999), o que sugere que a sociedade americana é mais punitiva que a brasileira.

A punição violenta na infância, conforme explica Cardia (1999):

A literatura sobre a punição corporal revela que pais que foram punidos fisicamente tendem a punir fisicamente seus filhos. A esse processo se dá o nome de "ciclo de abusos". A existência desse ciclo foi identificada através de pesquisas inter-gerações. Essas pesquisas demonstram que há uma relação entre ser vítima de punição corporal na infância e agressividade futura. O modelo explicativo desse processo seria o da aprendizagem social. Ao sofrerem castigos físicos as crianças aprenderiam um repertório de ações agressivas.

Assim, para avaliar esta hipótese, realizou-se um cruzamento entre a variável "punição sofrida na infância" (questão 17<sup>47</sup>) e 24.1 a 24.7 (apoio a punição corporal de adolescentes), como é possível observar no quadro a seguir. O uso da punição corporal, conforme variável apresentada no quadro a seguir, é composto por sujeitos que, em uma ou mais das ocasiões de problemas de comportamento dos filhos adolescentes, utilizariam a violência como ferramenta pedagógica. Assim, foram formados dois grupos: daqueles que se valeriam da punição corporal em algum caso e daqueles que não utilizam ou utilizariam a punição corporal com seus filhos.

---

<sup>47</sup> Para conhecer o conteúdo das perguntas, em todos os casos a partir desse ponto, ver anexo 1.

QUADRO 2. Cruzamento entre vitimização e uso da punição corporal, na amostra, em Assis/SP, frequência e porcentagem (n= 251). 2009.

	Com qual frequência o(a) senhor(a) apanhava quando criança?				Total (%)
	Nunca (%)	Raramente (%)	Freqüentemente (%)	Sempre (%)	
Faria uso da punição corporal	21 (29,6)	46 (38)	13 (43,3)	15 (62,5)	95 (38,6)
Não faria uso da punição corporal	50 (70,4)	75 (62)	17 (56,7)	9 (37,5)	151 (61,4)
Total	71	121	30	24	246

$$X^2=8,522 \text{ GL}=3, p=0,036$$

No quadro acima se pode observar que aqueles que nunca receberam punição corporal usam a mesma contra os filhos com menos frequência 21 (29,6%) do que aqueles que apanhavam sempre 15 (62,5%), sugerindo que as surras na infância tendem a levar o indivíduo a utilizar a punição corporal contra seus filhos.

A tabela 7 mostra o consumo de mídia, tanto na modalidade impressa quanto televisiva na amostra pesquisada.

TABELA 7. Consumo de mídia impressa e televisiva na amostra em Assis/SP, frequência e porcentagem (n= 251). 2009.

<b>Horas de audiência na TV</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Não assiste	25	10
Até três horas	156	62,2
De quatro a seis horas	61	24,3
Sete horas ou mais	9	3,6
<b>Leitura de jornal</b>		
Não lê jornais	109	43,4
Lê somente jornais de Assis e região	86	34,3
Lê mais os de Assis e região, mas lê os grandes jornais	20	8
Lê mais os grandes jornais, mas lê os jornais de Assis e região	13	5,2
Lê somente os grandes jornais	23	9,2

O consumo de mídia se mostra bem diverso, conforme a modalidade. A televisão é mais utilizada pelos participantes da pesquisa do que o jornal. Não tem contato com jornais 43,4% da amostra (n=109), por outro lado a televisão é vista por 90% dos entrevistados.

Dentre os jornais, os de circulação local são os mais utilizados, 47,5% (n=119) dos entrevistados o consomem de alguma forma.

Uma proporção maior de sujeitos não assiste televisão em Assis (10%, n=25) do que o observado pela pesquisa de Cardia (1999) tanto em termos gerais (7%) quanto na capital paulista (5%), por outro lado o consumo de até três horas diárias é semelhante tanto em Assis (62,2%, n=156) quanto em termos gerais (61%) e na capital paulista (63%). Consumem de 4 a 6 horas diárias de televisão 24,3% da amostra (n=61), em termos gerais na pesquisa de Cardia (1999) esse índice atinge 28%, e na cidade de São Paulo, 32%. Os dados indicam que o consumo de mídia televisiva é ligeiramente menor na cidade de Assis do que o observado por Cardia (1999) em sua pesquisa com 10 capitais brasileiras.

Os dados da pesquisa também indicam que a percepção do conteúdo da televisão como mais violento que o próprio bairro onde mora (68,1%, n=154) é menor que na pesquisa de Cardia (1999) (81%), e menor do que o encontrado em qualquer das dez capitais pesquisadas pela autora.

O quadro 3, a seguir, relaciona o consumo de mídia televisiva com a percepção da violência no próprio bairro.

QUADRO 3. Cruzamento entre quantidade de audiência para televisão e percepção da violência no bairro, na amostra, em Assis/SP, frequência e porcentagem (n= 251). 2009.\*

		Em qual desses locais pode-se encontrar mais violência?			Total
		Na TV	No bairro	Igual	
Audiência diária para a televisão	Até três horas diárias	113 (72,4%)	20 (12,8%)	23 (14,7%)	156 (100%)
	Mais que três horas diárias	41 (58,6%)	21 (30%)	8 (11,4%)	70 (100%)
Total		154 (68,1%)	41 (18,1%)	31 (13,7%)	226 (100%)

\*Não respondeu à pergunta 13 os sujeitos que afirmaram que não assistem televisão.

$X^2= 9,611$ , GL=2, p=0,008

O quadro 3 aponta que a proporção de sujeitos que percebem o bairro mais violento que a TV é maior entre aqueles que consomem mais mídia televisiva (30%, n=21) quando comparado àqueles que consomem menos mídia televisiva (12,8%, n=20). Assim os dados indicam que o consumo de mídia televisiva pode influenciar negativamente na percepção da segurança do próprio bairro.

O consumo de mídia poderia ainda trazer impactos sobre outras crenças, normas, e ainda alterar o comportamento. No quadro a seguir as entrevistas foram divididas em dois

grupos distintos, a partir das respostas da questão 12 que tem como assunto a quantidade de consumo de mídia televisiva. Assim, de um lado, ficaram os entrevistados que não assistem TV, e por outro os entrevistados que assistem TV. Assim espera-se simular as diferenças entre os sujeitos que não estão expostos à mídia televisiva daqueles que estão expostos.

No quadro 4 os grupos de consumo de mídia televisiva foram cruzados com a distribuição das respostas para a questão 26.37<sup>48</sup>. As respostas para essa última foram reagrupadas, de cinco alternativas para três possibilidades. Ou seja, as respostas “Discorda Totalmente” e “Discorda Parcialmente” foram agrupadas numa mesma coluna e as respostas “Concorda Parcialmente” e “Concorda Totalmente” foram agrupadas numa mesma coluna. Não há alterações para a alternativa “Nem concorda nem discorda”.

A afirmativa utilizada procura analisar as crenças dos sujeitos em relação à justiça e à eficiência do sistema judiciário. Na frase duas das instituições do sistema de justiça no Brasil estão aparentemente colocadas em opostos, e, em cada um desses opostos estão associados adjetivos. Partindo-se da crença de que os sujeitos desejam que os criminosos sejam presos, quem concorda com a frase acredita que o judiciário não é capaz de acompanhar o trabalho policial, ou seja, vê a justiça com descrédito e a polícia, como ineficiente. Assim, ao cruzar as respostas das duas perguntas espera-se analisar relações entre a exposição à mídia televisiva e uma visão de realidade que opõe instituições nascidas para serem parceiras.

QUADRO 4. Relação entre consumo de mídia televisiva e crença sobre justiça e eficiência policial, na amostra, em Assis/SP, frequência e porcentagem (n= 251). 2009.

		A polícia prende e o juiz solta			Total
		Discorda Totalmente ou Parcialmente	Nem Concorda nem Discorda	Concorda Parcialmente ou Totalmente	
Consumo de mídia televisiva	Não vê TV	3 (12,0%)	7 (28,0%)	15 (60,0%)	25 (100%)
	Vê TV	56 (25,0%)	23 (10,3%)	145 (64,7%)	224 (100%)
Total		59 (23,7%)	30 (12%)	160 (64,3%)	249 (100%)

$\chi^2=7,552$ , GL=2,  $p=0,023$

Pode-se observar no quadro acima que os sujeitos que assistem TV concordam proporcionalmente mais (64,7%, n=145) com a frase do que o outro grupo (60%, n=15), por outro lado também discorda proporcionalmente mais (25%, n=56) do que o grupo que não vê TV (12%, n=3). A proporção de respostas “Nem concorda nem discorda” no grupo que não

<sup>48</sup> A afirmação é: “A polícia prende e o juiz solta”.

vê TV (28%, n=7) é maior do que naquele que não vê (10,3%, n=23). Este é um resultado difícil de ser interpretado, ainda mais por não satisfazer uma condição para o teste do Qui-quadrado<sup>49</sup>, porém parece indicar que a qualidade do que se vê na TV tem influência sobre o impacto da exposição à mídia. Assim no grupo que vê TV as respostas se concentraram mais nas duas pontas “Discorda” e “Concorda”, sugerindo que são necessárias mais informações para compreensão dos impactos da mídia sobre crenças a respeito da justiça. Sugere também que o tipo de exposição à violência, quanto ao horário por exemplo, pode ter impactos diferentes sobre outros tipos de crenças conforme a qualidade dos programas produzidos.

Além do consumo de mídia, a exposição à violência pode ter forte influência sobre o comportamento, crenças, normas, valores e atitudes sobre a violência, conforme explica Cardia (1999b):

Medir a exposição da população a violência é essencial para que possamos entender quais são os determinantes, a longo prazo, dos comportamentos de apoio a medidas violentas para conter a violência e de atos delinqüenciais. (CARDIA, 1999b, p.3).

A maior parte da amostra (75%, n=129) encontra-se no grupo denominado “Exposto à violência”, 43 entrevistados se encontram no outro grupo, “Nenhuma exposição”. Conforme já mencionado, uma parte da amostra (n=151) não aparece em nenhum dos dois níveis de exposição à violência. A partir desse momento, até o fim da parte que trata da exposição à violência, apenas a parte da amostra representada nos dois níveis será considerada.

A idade do entrevistado parece ser determinante para a composição do grupo dos expostos à violência. Os jovens, por serem a maior parte da amostra, influenciariam também o tamanho do nível de exposição em setores onde há maior proporção de jovens. A criação das faixas etárias obedeceu a divisão dos quartis das idades dos sujeitos da amostra. Observe a distribuição dos expostos à violência quanto à idade no quadro a seguir:

---

<sup>49</sup> Uma das células tem contagem menor que 5 (3).

QUADRO 5. Nível de exposição à violência dos sujeitos, na amostra, quanto à faixa etária, em Assis/SP, frequência e porcentagem (n= 172). 2009.

		Nível de exposição à violência		Total
		Nenhuma exposição	Exposição à violência	
Faixa etária	18 a 25 anos	6 (11,5%)	46 (88,5%)	52 (100%)
	26 a 40 anos	7 (15,9%)	37 (84,1%)	44 (100%)
	41 a 53 anos	10 (25,6%)	29 (74,4%)	39 (100%)
	54 a 84 anos	20 (54,1%)	17 (45,9%)	37 (100%)
Total		43 (25%)	129 (75%)	172 (100%)

$X^2=23,631$ ,  $GL=3$ ,  $p<0,0001$

Os dados do quadro 5 mostram a relação entre a exposição à violência e a faixa etária dos entrevistados. Os mais jovens são os mais expostos à violência na amostra, que diminui conforme a faixa etária aumenta. A relação entre a exposição à violência e faixa etária mostrou-se mais provável que a relação entre exposição à violência e o setor ( $X^2=19,774$ ,  $GL=7$ ,  $p=0,006$ , veja a tabela 8). É possível que a relação entre setor e exposição à violência seja consequência da maior proporção de jovens em certos setores, pois este fator não foi capaz de mostrar relação com a variável exposição à violência ( $X^2=14,317$ ,  $GL=21$ ,  $p=0,856$ ).

Os resultados corroboram os estudos de Cardia (1999b), para quem:

O grau de seriedade da violência varia mas dois padrões são recorrentes; os mais jovens são os mais vitimados direta ou indiretamente e a violência mais grave e aquela mais frequente tende a ocorrer nas proximidades da casa. (CARDIA, 1999b, p.4).

O quadro 6 mostra a distribuição dos sujeitos levando em conta dois fatores: setor e nível de exposição à violência.

QUADRO 6. Nível de exposição à violência por setor, em Assis/SP, frequência e porcentagem (n= 172). 2009.

		Nível de exposição à violência		Total
		Nenhuma Exposição	Exposição à Violência	
Setor	Setor A	10 (20,4%)	39 (79,6%)	49 (100%)
	Setor B	16 (47,1%)	18 (52,9%)	34 (100%)
	Setor C	11 (31,4%)	24 (68,6%)	35 (100%)
	Setor D	6 (11,1%)	48 (88,9%)	54 (100%)
Total		43 (25,0%)	129 (75,0%)	172 (100%)

$X^2=15,702$ ,  $GL=3$ ,  $p=0,001$

Conforme apontam os dados o bairro é também determinante para compreender a exposição à violência no município de Assis. Conforme já era esperado, a criminalidade se concentra em alguns bairros da cidade, expondo à violência diferentes comunidades do município. Os dados mostram que dos três setores mais atingidos pela exposição à violência, dois se referem a áreas mais marginalizadas do município, onde se concentram mais famílias em situação de risco social, ou seja, os setores D1 e D2.

Assim, pode-se concluir que a vulnerabilidade à violência e os impactos de seus efeitos atingem especialmente uma população específica do município de Assis, ou seja, os jovens, ainda mais aqueles que vivem em áreas mais pobres. Os dados parecem corroborar as conclusões de diversos pesquisadores (ZALUAR, PINHEIRO, ADORNO) que entendem que o recrutamento dos jovens para o crime, em especial o organizado, é favorecido pelas condições econômicas e sociais, apesar de não ser determinados por elas. A violência no bairro traz impactos específicos, conforme estudo de Cadia (1999b):

Os jovens não só conhecem alguém como ele que foi vítima dessas violências, eles também conhecem os agressores e como tem sido enfatizado nas pesquisas americanas conhecer ou o agressor ou a vítima aumenta a intensidade da exposição, e isso aumenta a probabilidade que os eventos deixem marcas em que testemunha ou fica sabendo do que se passou (Richters & Martinez, 1993). (CARDIA, 1999b, p.7).

É urgente a adoção de políticas públicas para a juventude visando redução da vulnerabilidade destes e de suas famílias, evitando assim o engajamento de muitos na criminalidade. “Os jovens em situação de risco, que testemunham a violência e que são vítimas dela, dependendo da situação familiar podem se tornar vitimadores” (CARDIA, 1999b, p.10).

Conforme explicado no segundo capítulo, a violência, quando tornada rotina, transforma as relações sociais dos indivíduos, possibilitando um auto-centramento narcísico que objetiza o outro. Assim é esperado que diante da violência as pessoas tendam a exigir ou apoiar ações mais duras e políticas mais violentas.

Este trabalho utiliza esta hipótese ao imaginar os impactos que a violência traz para os moradores das cidades do interior que receberam presídios. A transformação do cotidiano se faria não apenas pela influência da violência real, bem como da sensação de segurança, nem sempre relacionada aos dados objetivos. Um dos impactos da violência, real ou não, sobre a população é o apoio à medidas mais violentas e repressoras.



Quando a violência é crônica esses efeitos são ampliados e de difícil tratamento, pois o conflito nunca acaba: a paz não se efetiva e as pessoas não têm chance de se recuperar. Nesses contextos é possível que periodicamente surja maior apoio para políticas duras (pena de morte, ações violentas pela polícia etc.) ou tentativas de captura da segurança pública pelos setores privados com maior poder de pressão. (CARDIA, 1999b, p.11).

Porém não foram encontradas relações significativas entre a exposição à violência e as respostas dos sujeitos para as questões 26.21 ( $X^2= 0,612$ ,  $GL=1$ ,  $p=0,434$ ), 26.26 ( $X^2=0,149$ ,  $GL=1$ ,  $p=0,7$ ) e 26.29 ( $X^2=1,236$ ,  $GL=1$ ,  $p=0,266$ ), que tratam do nível de concordância dos entrevistados, respectivamente, quanto à pena de morte, ao uso da tortura por parte da polícia e do abuso do poder policial. Os dados podem sugerir que não existe efetivamente esta relação na população estudada ou que os efeitos da violência crônica ainda não se fizeram sentir no município.

A exposição à violência, o contato cotidiano com o fantasma da insegurança, parece efetivamente transformar o comportamento cotidiano da população. A tabela a seguir mostra a frequência de respostas para os comportamentos defensivos listados na pergunta 20. Os entrevistados, nesta pergunta, podiam escolher quantas alternativas desejassem.

TABELA 8. Uso de comportamentos defensivos frente à violência, em Assis/SP, frequência e porcentagem (n= 251). 2009.

	n	%
Evitou sair à noite	140	56
Mudou o trajeto para o trabalho ou escola	62	25
Deixou de circular por alguns bairros/ruas	123	49
Evitou conversas com algum vizinho	35	14
Mudou de casa/cidade	12	5
Desviou o trajeto por medo de estar sendo seguido	42	17
Tomou precauções de segurança devido ao local onde o(s) filho(s) estuda(m)	46	18
Passou a desconfiar de alguns dos vizinhos	33	13
Reformou a casa para aumentar a segurança (aumentou muro, portão, etc)	86	34
Passou a pagar alguém para fazer vigilância no bairro	43	17
Colocou arame ou cerca elétrica na casa	38	15

A tabela 8 mostra que o comportamento de defesa da violência mais comum é “evitar sair à noite” (56%, n=140), seguido por “deixar de circular por alguns bairros ou ruas” (49%, n=123) e por “reformular a casa para aumentar a segurança” (34%, n=86). Os comportamentos dos entrevistados da amostra parecem ser mais frequentes do que o observado por Cardia (1999b):

O que mudaria no comportamento das pessoas como resultado da exposição a violência? Os dados mostram que o que mais frequentemente se altera com a violência é "circular pela cidade a noite". Esse é um comportamento adotado principalmente pelos entrevistados com mais idade. Os mais jovens combinam "evitar circular a noite" (41%) com "evitar áreas/ruas da cidade" (33%) e até mesmo "alterar trajetos" (23%) (CARDIA, 1999b, p.12).

A sensação de insegurança está transformando os comportamentos dos assisenses e modificando também a circulação pelas ruas e a arquitetura das casas. Esse fenômeno foi observado no começo da década de 90 por Caldeira (2000) na cidade de São Paulo, e agora parece estar presente em Assis, mesmo com os índices de violência ainda baixos.

Na citação anterior, de Cardia (1999b), pode-se observar que o terceiro colocado não coincide com a mesma posição na preferência da amostra em comportamentos defensivos. Na pesquisa de Cardia (1999b) “alterar trajetos” está na terceira posição de

preferência dos paulistanos, mas em Assis a terceira posição pertence a “reformatar a casa para aumentar a segurança”, numa proporção maior do que o paralelo em São Paulo.

Isso pode significar que o município está modificando a arquitetura das casas para aumentar a segurança, enquanto que na população paulistana, com maiores problemas de circulação e transporte, os trajetos perigosos inspirem mais medo. A sensação de segurança, ou a falta dela, passa a modificar a forma como a cidade é construída quando o comportamento defensivo passa por reformatar a casa. Não se levantou a quantidade exata de condomínios fechados, mas ainda não são comuns na região e podem começar a serem construídos se o processo observado em São Paulo se repetir em Assis, bem como os passos seguintes, como a estigmatização de certos bairros e regiões da cidade, bem como de seus moradores.

Na variável “comportamentos defensivos”, que utiliza por base a questão número 20, onde pode-se encontrar uma lista de 11 comportamentos que o entrevistado poderia escolher quanto ao comportamento de defesa frente à violência, os sujeitos da pesquisa foram divididos em dois grupos. De um lado estão aqueles que não registraram comportamentos defensivos em suas respostas e, de outro, estão os entrevistados que marcaram, ao menos, um comportamento defensivo.

Dentre os sujeitos que não sofreram exposição à violência, 72,1% (n=31) assinalaram comportamentos defensivos em suas respostas e 27,9% (n=12) não assinalaram. Já no grupo dos “expostos à violência”, 90,7% (n=117) registraram comportamentos defensivos, e 9,3% (n=12) não registraram ( $X^2=9,297$ ,  $GL=1$ ,  $p=0,002$ ), assim podemos concluir que a exposição à violência possui impacto sobre as ações defensivas. Os dados sugerem que o comportamento defensivo é desencadeado pela exposição à violência real, que mobiliza os indivíduos ao comportamento natural de defesa de si próprio.

Esta reação à violência real já era esperada, resta saber se a sensação de insegurança também possui impactos sobre a transformação da cidade pela violência, e quais impactos seriam estes?

Ao analisar a relação entre a percepção da violência no próprio bairro e o comportamento defensivo, para observar se a percepção da violência traz impactos para o comportamento. Essa análise utilizará as respostas para a questão 26.10, que inquire o candidato a respeito da violência no próprio bairro numa comparação com o resto da cidade. Assim, a referência a ser utilizada pelo entrevistado, pelo conteúdo da pergunta, era a percepção da violência na própria cidade. Assim a percepção da violência no bairro é avaliada na questão enquanto percebida como aguda. Vale lembrar que a exposição à violência está

relacionada com o setor, conforme apontado na análise do quadro 6, ou seja, o setor, talvez o bairro, é determinante para a exposição à violência real, e esta está relacionada com o próprio comportamento defensivo.

Devido à baixa frequência de respostas “Concordo parcialmente” e “Concordo totalmente” à questão 26.10 no grupo de sujeitos não expostos à violência (n=1 no primeiro caso e n=2 no segundo caso) e em outras células da tabela, o teste do qui-quadrado não é recomendável devido à presença de células com número menor que cinco (cinco células). Assim, não foi possível avaliar estatisticamente a partir das respostas dos sujeitos devido a uma concentração muito grande da ocorrência de comportamentos defensivos dentre os sujeitos que acreditam que o próprio bairro é o mais violento.

Assim os dados parecem indicar que a percepção do próprio bairro como o mais violento da cidade não é capaz de modificar de forma significativa o comportamento dos moradores da cidade, porém apenas uma amostra maior poderia resolver efetivamente o problema da interpretação desses dados.

A relação entre a percepção da violência no próprio bairro e comportamentos defensivos não parece melhor que as análises anteriores do comportamento defensivo frente à violência real, como já mencionado ( $p=0,002$ ). É a violência real que aparentemente tem o poder de transformar o comportamento ou a própria arquitetura da cidade.

Conforme explicado no capítulo 2, a história da violência no interior de São Paulo tem uma particularidade: a ação dos órgãos de segurança, que trouxeram presídios para as cidades do interior, transformando seus cotidianos. No interesse de analisar essa possibilidade, observe a tabela abaixo, que contém a frequência de respostas em números absolutos e em porcentagem para as perguntas 21, 22 e 23 do questionário, todas relacionadas à presídios. Os sujeitos que afirmaram que não residiam no município antes da construção do presídio, ou seja, a alternativa 1 da questão 21, automaticamente não respondiam às questões 22 e 23, o que explica a diferença entre a quantidade de sujeitos nas seções da tabela 8.

TABELA 8. Crenças sobre a presença de presídios, na amostra, em Assis/SP (n= 251). 2009.

	n	%
<b>Em relação à penitenciária de Assis o(a) senhor(a) pensa que</b>		
Não morava em Assis antes da construção do presídio	41	16,3
Diminuiu o nível da violência	2	0,8
Não alterou o nível da violência	49	19,5
Aumentou o nível da violência	132	52,6
Não sei	27	10,8
Total	251	100
<b>Em relação ao impacto que a presença da penitenciária traz para a imagem de Assis o(a) senhor(a) pensa que</b>		
É ruim para a imagem da cidade	125	49,8
Não altera a imagem da cidade	63	25,1
É bom para a imagem da cidade	9	3,6
Não sei	13	5,2
Total	210	100
<b>Em relação ao impacto que a presença da penitenciária causa nos criminosos, o(a) senhor(a) pensa que</b>		
Atrai criminosos para a cidade	125	49,8
Não traz impacto nenhum nos criminosos	54	21,5
Incentiva os criminosos a saírem da cidade	3	1,2
Não sei	28	11,2
Total	210	100

A tabela 8 mostra a percepção que os sujeitos da amostra tem a respeito da relação entre a presença de presídios e três itens: o (suposto) aumento do nível de violência, à imagem de Assis e o impacto sobre a circulação de “criminosos”. A maior parte dos entrevistados acredita que a penitenciária aumentou a violência (52,6%, ou 63% dos entrevistados que afirmaram morar no município antes da construção do presídio, n=132), manchou a imagem da cidade (49,8%, n=125) e atraiu criminosos para o município (49,8%, n=125).

Apesar do tamanho da amostra, composta de 251 sujeitos, apenas 2 (0,8%) responderam que a presença do presídio diminuiu a violência na cidade. Assim não é possível avaliar a relação entre o comportamento defensivo e crenças sobre presídios, pois as respostas estão muito concentradas numa visão negativa da penitenciária. Logo os dados indicam que a presença do presídio traz conseqüências negativas sobre a percepção da violência.

Pesquisas norte-americanas (Cardia 1999, 1999b) a exposição à violência, de maneira crônica poderia afetar as relações entre os vizinhos e assim perturbar a sociabilidade.

O estudo de Cardia (1999b) revelou que tal relação não pôde ser identificada na cidade de São Paulo.

Segundo Zaluar os brasileiros possuem uma cultura de negociação, e a partir dos resultados desses “negócios” se estabelecem as relações sociais. Assim, na pergunta 26.7<sup>50</sup> do questionário inquire-se ao sujeito se, diante de uma necessidade, apelaria para esse viés de negociação, a partir da identificação dos membros com o bairro. Enxergar um vizinho como alguém que o ajudaria numa necessidade seria, então, sinal de boas relações com a própria comunidade.

A tabela de contingência produzida a partir do cruzamento da variável “comportamento defensivo” com as resposta da questão 26.07 não rejeitaram a hipótese nula ( $X^2=2,342$ ,  $GL=1$ ,  $p=0,126$ ). Ou seja, não foi possível traçar relação entre a transformação do comportamento frente à violência e a sociabilidade e relações com os vizinhos. Os estudos de Cardia (1999b) mostram que no grupo que mais sofre violência, os jovens, as vítimas normalmente conhecem seus agressores e sabem que estes muitas vezes moram na própria comunidade. Porém os dados indicam que mesmo se esse processo descrito por Cardia (1999b) ocorresse no município de Assis, não seria suficiente para que medidas de defesa sejam tomadas.

A tabela de contingência a partir das respostas da questão 26.07 com a variável exposição à violência também não mostrou relação entre ambas ( $X^2=1,594$ ,  $GL=1$ ,  $p=0,207$ )

No quadro 7 procura-se avaliar a hipótese levantada por Caldeira (2000), para quem a visão de corpo da cultura brasileira favoreceria crenças firmadas no uso da violência como ferramenta pedagógica. O corpo seria o lócus onde a violência pode ser utilizada, inclusive pelo Estado, para reprimir certas camadas da população e como vingança privada contra os criminosos (ver mais detalhes no capítulo 2).

Utilizou-se então o cruzamento da variável “punição corporal” que é composta a partir das respostas da questão 24.1, 24.2, 24.3, 24.4, 24.5 24.6 e 24.7, que apresentam situações tensas com adolescentes e inquire ao entrevistado qual medida educativa utilizaria. A variável em questão divide a amostra em duas partes: aqueles que utilizam a punição corporal como pedagogia, em qualquer das situações apresentadas, e aqueles que não utilizam ou utilizariam a punição corporal. A partir dessa divisão foi analisada as respostas para a pergunta 26.9, que inquire ao sujeito sobre o comportamento esperado da polícia numa rebelião num presídio. Na questão, ao concordar com o que se afirma, o sujeito está de acordo

---

<sup>50</sup> Se eu precisar, sei que vários vizinhos me ajudariam.

também com uma grave violação dos direitos humanos e dos direitos garantidos na constituição. A questão, no momento, é: o uso da punição corporal é capaz de influenciar as crenças sobre abusos dos direitos humanos?

QUADRO 7. Cruzamento entre uso da punição corporal contra adolescentes e crença sobre a morte violenta de presidiários, na amostra, em Assis/SP (n= 251). 2009.

		Se houver uma rebelião em um presídio, a polícia deve invadi-lo e deve atirar para matar.					Total
		Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Nem concordo nem discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente	
Punição corporal	Faz uso da punição corporal	39 (41,1%)	7 (7,4%)	4 (4,2%)	7 (7,4%)	38 (40%)	95 (100%)
	Não faz uso da punição corporal	72 (48,3%)	21 (14,1%)	10 (6,7%)	20 (13,4%)	26 (17,4%)	149 (100%)
Total		111 (45,5%)	28 (11,5%)	14 (5,7%)	27 (11,1%)	64 (26,2%)	244 (100%)

$X^2=16,726$ ,  $GL=4$ ,  $p=0,002$

Aqueles que faziam uso da punição corporal contra seus filhos concordavam proporcionalmente mais com a morte de presidiários pelas forças do Estado (40%, n=38) do que aqueles que não se valeriam da punição corporal (17,4%, n=26). Além disso, os primeiros discordam proporcionalmente menos (41,1%, n=39) da violação dos direitos humanos do que os sujeitos que não faziam uso da punição corporal (48,3%, n=72). Os dados indicam, então, que concordar com a punição corporal dos próprios filhos parece relacionado com o apoio à medidas de punição de morte.

A punição de morte, que é o que deseja uma parte dos sujeitos da amostra quando o caso é preso rebelado, podem indicar uma concepção de corpo como alvo privilegiado da força do Estado. 37,1% da amostra (n=93) concorda, parcialmente ou totalmente, com a execução sumária de presos no caso de uma rebelião, conforme indica a frequência de respostas para a questão 26.09<sup>51</sup>. A opção atirar para matar numa rebelião em um presídio, conforme pesquisa de Cardia (1999) teve aceitação maior em Porto Alegre (13%), dentre todas as cidades pesquisadas, e ainda assim bem abaixo do observado em Assis (37,1%).

Tal ação violenta esvazia o sujeito/vítima de toda a sua humanidade, transformando-se apenas em um corpo alvo de intervenção. Uma forma semelhante, de corpo como alvo de intervenção, se faz no uso pedagógico da violência sobre os filhos. Assim, os

<sup>51</sup> A afirmação é “Se houver uma rebelião em um presídio, a polícia deve invadi-lo e atirar para matar”.

dados podem sugerir que uma concepção de corpo como alvo da pedagogia do medo está subjacente ao apoio à medidas violentas.

#### 4.7.1- Análise fatorial

Os métodos de análise de fatores foram utilizados durante anos para estudar a estrutura da mente, a inteligência e a personalidade, mas hoje apresentam um enorme leque de aplicações. A análise fatorial trabalha, a princípio, com padrões de correlações entre variáveis de forma que os grupos de variáveis com alta correlação entre si formam um fator. “O fator é concebido como uma variável subjacente latente (hipotética) ao longo do qual os participantes diferem, da mesma forma que diferem numa escala de teste” (DANCEY, 2006, p.421).

A pergunta 26, com todos os seus 40 subitens, foi elaborada para analisar diversos aspectos sobre a violência, a partir de afirmações que expressam crenças, comportamentos, normas e valores diante de diversos tipos e modalidades de violência.

As questões foram construídas para confrontar os entrevistados a respeito de situações específicas em que o uso da violência poderia ser legitimado. Várias das afirmações apresentam situações hipotéticas tensas ou ainda frases populares e as indaga sobre a legitimidade do uso da violência, rompendo com os direitos humanos. As situações apresentadas pelo questionário incluem afirmações a respeito da defesa da honra, de si mesmo, de sua família, do cônjuge, de sua situação ou *status* social, de formas privadas e violentas de resolução de conflitos e da punição corporal contra crianças.

Além das ações frente à ou com a violência, e as crenças e comportamentos inerentes a ela, foram incluídas questões que, conforme a revisão teórica descrita nos Capítulos 1 e 2, podem participar da transformação de crenças, normas, valores e atitudes frente à violência, como crenças sobre a justiça, a ação policial, os presídios, a violência nas escolas, além da percepção do próprio bairro e suas relações de afetividade e negociação.

Diante da afirmação, o sujeito foi convidado a posicionar-se dentro de cinco graus diferentes de concordância (escala likert): 1- Discordo Totalmente, 2- Discordo Parcialmente, 3- Nem Concordo nem Discordo, 4- Concordo Parcialmente, 5- Concordo Totalmente. Na tabela 9, a seguir, as afirmações estão distribuídas a partir do tema gerador da afirmação:



Tabela 9. Temas geradores de uma escala de atitudes em cinco níveis, com quarenta itens.

<b>Tema gerador</b>	<b>Item da pergunta 26</b>
Percepção do bairro	1, 7 e 10
Violência contra crianças	2, 6, 22 e 31
Honra	3, 8, 11, 12, 15, 17, 32, 33, 36 e 38
Infidelidade/Violência conjugal	5, 13, 20, 35, e 39
Violência nas escolas	16 e 34
Instituições do sistema judiciário	4, 9, 14, 19, 18, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 37
Brigas/Agressão	23, 30 e 40

É importante frisar que os temas geradores não são fatores, mas sim os contextos violentos que mobilizariam as respostas dos sujeitos quando o assunto envolve violência ou circunstâncias que atuam sobre crenças, valores e normas frente à violência. Assim o fenômeno pode ser estudado a partir de várias facetas.

Para identificar as estruturas fatoriais subjacente aos itens da pergunta 26 utilizou-se o procedimento estatístico denominado análise fatorial A análise da fatorabilidade da escala foi feita pelos Testes de Esfericidade de Bartlett e de Kaiser- Meyer-Olkin (KMO). Resultados desses dois procedimentos revelaram que há um nível de probabilidade adequado para a correlação entre itens ( $X^2=2335.526$ ;  $p<0.0001$ ) e que a amostra, averiguada pelo índice de Kaiser- Meyer-Olkin (KMO), 0.706, é apropriada para a realização da Análise Fatorial (Pasquali, 2001).

Foi realizada uma análise fatorial exploratória (extração dos componentes principais), em matriz de correlação, com rotação oblíqua (Varimax). Foi solicitado ao programa que ordenasse as correlações por grandeza, eliminando as cargas inferiores a 0,4, conforme sugestão de Dancey (2006). O primeiro critério para a escolha de fatores, padrão para o SPSS 15, é o Critério de Kaiser, que sugere considerar apenas os *autovalores* superiores a um (FLECK, 1998).

Após a rotação, o programa identificou 14 fatores, que explicavam 63,1% da variância. Porém, dos 14 fatores, sete tem apenas duas variáveis com carga igual ou superior a 0,4, e outros dois fatores tem apenas uma variável. Alguns dos fatores com duas variáveis parecem absurdas, como o fator oito, que correlaciona as seguintes afirmações: Se houver uma greve de trabalhadores, a polícia não deve fazer nada e; a violência acontece nas escolas porque as famílias não ligam para ela. Assim o Critério de Kaiser não parece adequado pois “*nem todos os autovalores superiores a um correspondem a componentes com significado evidente*” (FLECK, 1998, p.268).

Assim preferiu-se utilizar o critério dos Fatores Interpretáveis onde, segundo Fleck (1998), a proposta consiste conservar apenas os fatores onde sabe-se claramente atribuir um significado. Foram escolhidos, com esse critério, sete fatores que explicam 41,6% da variância. Na tabela 10 estão descritas as variáveis dos fatores escolhidos, suas cargas, e a variância explicada para cada fator.

TABELA 10: Coeficientes de saturação dos itens de uma escala de atitudes em cinco níveis, com quarenta itens.

Variáveis	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	% Explicada	% Acumulada	$\alpha$ Cronbach
É correto agredir o parceiro(a) se ele(a) está se insinuando para outra pessoa	0,74							13,38	13,38	0,75
É correto agredir o(a) parceiro(a) se ele(a) for infiel	0,67									
É correto bater em alguém que fez você de bobo	0,61									
É normal bater em alguém que maltratou sua família	0,59									
Um homem tem o direito de agredir outro que esteja tentando seduzir sua mulher	0,58									
É normal bater em alguém que maltratou meu(minha) parceiro(a)	0,52									
Uma pessoa tem o direito de matar outra para defender seus bens	0,48									
É correto bater em alguém que tirou sarro de você	0,46									
Se houver uma rebelião em um presídio, a polícia deve invadi-lo e deve atirar para matar		0,73						7,07	20,44	0,398
É correto que uma pessoa mate quem violentou sexualmente sua filha ou filho		0,66								
A pena de morte deveria existir e ser uma punição aplicada pela justiça		0,60								
A polícia estará certa se matar um bandido que assassinou um policial		0,59								
É justo que se pague impostos para sustentar os presos		-0,58								
As crianças devem apanhar quando são agressivas			0,71					5,77	26,22	0,664
Uma criança desobediente deve apanhar			0,65							
Se um professor bater em uma criança que está fazendo alguma coisa de errado provavelmente ensinará uma coisa importante para a criança				0,64						
É correto bater em alguém que destruiu coisas que são suas			0,58							
É correto forçar o(a) parceiro(a) para fazer sexo se ele(a) não está querendo			0,50							
Várias pessoas do meu bairro são consideradas meus amigos				0,80				4,64	30,86	0,552
Se eu precisar, sei que vários dos meus vizinhos me ajudariam				0,67						
A polícia prende e o juiz solta				0,50						
Os(as) juízes são, em sua maioria, pessoas corretas					0,76			4,03	34,90	0,607
A polícia consegue garantir a segurança da população					0,74					
Uma pessoa tem o direito de matar outra para defender a si mesmo ou sua família						0,70		3,76	38,66	0,403
A polícia tem direito de revistar pessoas que considerar suspeitas por causa da aparência							0,58			
Eu não me sinto mal em bater em alguém que realmente mereceu apanhar						0,40				
É certo eu bater na minha esposa(marido) se ele(a) me xingar ou tirou sarro de mim							0,72	2,94	41,60	0,457
É normal bater numa mulher se é preciso ensinar alguma coisa que ela não aprende							0,629			

A partir da análise das variáveis de compõe os fatores, estes foram denominados conforme a tabela 11.

TABELA 11: Denominação dos fatores da análise fatorial de uma escala de atitudes em cinco níveis, com quarenta itens.

Fatores	Denominação
Fator 1	Agressão na solução de conflitos
Fator 2	Execução na solução de conflitos
Fator 3	Violência como instrumento de controle
Fator 4	Pertencimento comunitário
Fator 5	Confiança nas instituições da ordem
Fator 6	Violência como instrumento de vingança privada
Fator 7	Violência contra mulher

O fator 1 contém componentes relacionados à agressão como instrumento principal na resolução de conflitos. As duas maiores cargas estão associadas à possibilidade de infidelidade do cônjuge, que teve três componentes na composição desse fator. A defesa do cônjuge, da própria família e dos próprios bens são outros elementos motivadores da agressão como medida de resolução de conflitos.

No fator 2 o uso da agressão dá lugar à execução de assassinos, presos e estupradores como medida de justiça, uma grave violação dos direitos humanos. O fator 2 parece estar de acordo com outra pesquisa, de Cardia (1999b) que identificou os mesmos três grupos como os mais passíveis de serem assassinados com anuência da amostra. Salta aos olhos a presença do tema de pagamento de impostos no mesmo fator. Isso pode ser explicado pelo viés de economia dos recursos do Estado como argumento favorável à execução de certos criminosos, participando do fator não apenas a vingança como também o elemento econômico.

Já o fator 3 a violência é utilizada como instrumento de controle das pessoas mais próximas, aplicando-se a crianças e à mulher<sup>52</sup>. A ameaça da agressão parece ser latente neste fator para o exercício do controle.

Quanto ao fator 4, de difícil interpretação, parece mostrar os laços de sociabilidade em relação aos vizinhos, num sentimento de pertencimento à comunidade. Emerge nesse fator também o sentimento de desagregação da comunidade com a livre circulação de pessoas

<sup>52</sup> Apesar da afirmação 26.39, presente neste fato, não definir o sexo do parceiro optamos por entender que o sexo forçado está na direção do homem forçando a mulher porque 77% dos sujeitos que concordaram com a afirmação, parcial ou totalmente é do sexo masculino.

consideradas “indesejadas” (ou seja, criminosos capturados pela polícia). Ou seja, o sentimento comunitário é abalado pela presença de certas pessoas que, apesar de capturadas pela polícia, permanecem na comunidade. Este fator não tem uma interpretação clara, porém optou-se por mantê-lo, apesar do critério utilizado, devido ao número de variáveis associada e à carga das mesmas na composição do fator.

A confiança nas instituições da ordem parece ser a expressão do fator 5, tanto na honestidade dos operadores da lei como na eficiência do trabalho policial.

No fator 6 a violência parece se tornar instrumento de defesa vingança pois expressa três situações em que a vítima da violência está colocada numa posição em que merece ser punido violentamente. Este fator parece corroborar estudos realizados por Caldeira (2000) na cidade de São Paulo no começo da década de 90, onde identificou que moradores daquela cidade preferiam utilizar a violência de forma privada como vingança contra os “criminosos”<sup>53</sup>, ou seja, mesmo quando utiliza os mecanismos legais, espera-se deles uma resposta vingativa e privatista, e não de solução legal.

Finalmente o fator 7 parece mostrar a violência como instrumento de controle da mulher<sup>54</sup>, tanto no nível das relações pessoais como entendendo a violência como instrumento pedagógico.

---

<sup>53</sup> O tema da vingança privada, que refere-se à preferência por meios privados e ilegais em detrimento das soluções legais através do sistema judiciário para a solução de conflitos e desentendimentos está discutido no capítulo 2.

<sup>54</sup> Apesar do primeiro item do fator (pergunta 26.20) não definir o sexo da pessoa agredida optou-se por entender como violência contra a mulher porque 80% dos entrevistados que concordam, parcial ou totalmente, com esta afirmação são homens.

## 5 – CONCLUSÕES

Nesta dissertação os dados foram divididos em dois grupos: violência doméstica e violência urbana. Esta, como já mostrado, refere-se a uma grande gama de violências que ocorrem nas cidades, em oposição à violência no campo. A chamada violência doméstica se refere àquela cometida na família, em privado. Mas a divisão não significa que ambos os elementos se excluam. A punição corporal é capaz de mostrar padrões culturais sobre o uso e a tolerância da violência.

No caso em análise as respostas dos entrevistados mostrou que estes não foram vítimas de violência na infância na mesma frequência que o encontrado no estudo de Cardia (1999), porém mostrou-se tolerante com a violência. A importante frequência de aceitar a violência como punição de adolescentes em três situações, furto, pichação e uso de maconha, mostra uma visão estereotipada de jovem “problemático”. Assim a violência é instrumento educativo legítimo para parte dos entrevistados desde que atue pedagogicamente sobre os filhos para impedi-los de tomar caminhos “indesejados” em suas vidas. Pode mostrar também um preconceito estereotipado de certos grupos.

A tolerância com a punição corporal ocorre na adolescência dos filhos, mas não em sua infância. Os entrevistados, apesar de mais violentos na maior parte dos casos quando comparados com pesquisas realizadas em outras cidades sobre a punição de adolescentes, os sujeitos das pesquisas feitas aqui e em dez capitais brasileiras rejeitam em proporção semelhante o uso de punição corporal em crianças.

A visão de que a violência é adequada para ensinar os filhos tem origem na punição corporal sofrida na própria infância, conforme mostra os dados do quadro 2 ( $X^2=8,522$  GL=3,  $p=0,036$ ), e pode significar que o ciclo da violência doméstica pode atravessar gerações. Assim uma esfera de preconceitos se instala, preconceitos que envolvem uma visão estereotipada da adolescência potencialmente “perigosa” com a idéia de que a violência é instrumento de ensino legítimo.

Caldeira (2000) observou fenômeno semelhante em sua pesquisa realizada na cidade de São Paulo no início da década de 90, afirmando que “mesmo pessoas a favor dos direitos humanos e contra a pena de morte, como a entrevistada que acabei de citar, sentem que bater em crianças pode ser aconselhável em algumas circunstâncias” (CALDEIRA, 2000, p. 366).

Segundo a autora os entrevistados que defendiam as idéias expostas no parágrafo anterior acreditam que certos grupos, como crianças e mulheres, não são totalmente racionais,

de forma que a única linguagem totalmente acessível a eles seria a da violência. A dor é considerada caminho para o conhecimento, um meio de corrigir o comportamento social. Segundo a autora:

O corpo é concebido como um lócus de punição, justiça e exemplo no Brasil. Ele é concebido pela maioria como o lugar apropriado para que a autoridade se afirme através da inflição da dor. [...] aqueles em posição de autoridade marcam seu poder procurando, por meio da inflição da dor, purificar as almas de suas vítimas, corrigir seu caráter, melhorar seu comportamento e produzir submissão. (CALDEIRA, 2000, p.370).

Os dados da presente pesquisa indicam que concordar com a punição corporal dos próprios filhos na adolescência parece ter relação com o apoio a medidas de punição de morte. Aparentemente a relação entre as duas variáveis poderia ser julgada como absurda, porém a explicação de Caldeira (2000) para a concepção do corpo como lócus da força punitiva pode explicar a relação das duas.

A naturalidade com que os brasileiros vêem a dor como instrumento de correção parece relacionada com outras percepções do corpo. As intervenções no próprio corpo ou no de outras pessoas são vistas como naturais em vários aspectos da vida em comunidade.

Todavia, o que todas as intervenções revelam é uma noção de corpo incircunscrito. Por um lado, o corpo incircunscrito não tem barreiras claras de separação ou evitação; é um corpo permeável, aberto à intervenção, no qual as manipulações de outros não são consideradas problemáticas. Por outro lado o corpo incircunscrito é desprotegido por direitos individuais e, na verdade, resulta historicamente da sua ausência. (CALDEIRA, 2000, p. 370).

O corpo parece ser essencial para compreender a violência, pois é a ameaça à sua integridade que produz o medo e os comportamentos de defesa. Os dados sugerem que o comportamento defensivo é desencadeado com mais força pela exposição à violência real, que mobiliza os indivíduos ao comportamento natural de defesa de si próprio.

A simples percepção da quantidade de violência, nas análises realizadas pelo questionário, parece não ser suficiente para transformar o comportamento frente ao perigo da criminalidade, parece ser necessária a experiência real. Porém, dados de Cardia (1999, 1999b) indicam que eventos violentos ocorridos com familiares podem ter o mesmo impacto sobre o indivíduo que a vivência da violência real. É a violência real que aparentemente tem o poder de transformar o comportamento ou a própria arquitetura da cidade, quando as casas instalam cercas elétricas e muros altos e quando certas regiões da cidade passam a ser evitadas.

Os jovens da amostra são os mais expostos à violência, em conformidade com o que foi encontrado em outras pesquisas (ZALUAR, 1999; CALDEIRA, 2000; CARDIA, 1999; 1999b). Os dados da pesquisa parecem legitimar as conclusões de diversos pesquisadores (ZALUAR, PINHEIRO, ADORNO) que entendem que o recrutamento dos jovens para o crime, em especial o organizado, é favorecido pelas condições econômicas e sociais, apesar de não ser determinado por elas. As altas taxas de homicídio seriam resultado da morte de jovens nas guerras do tráfico, atingindo também as populações mais jovens onde as condições sociais são desfavoráveis porém o crime organizado não está fortemente presente.

Nos dados não foram encontradas evidências de uma relação entre idade e descrença nos direitos humanos, porém a exposição prolongada à violência pode torná-la banalizada. Os dados da pesquisa não sugeriram que existe efetivamente uma relação entre a exposição à violência e concordância com a pena de morte ou outras violações dos direitos humanos presentes no questionário, na população estudada. Se partirmos do pressuposto que a exposição à violência a banaliza, a presente pode indicar que os efeitos da violência crônica ainda não se fizeram sentir no município. Importante ressaltar que, conforme já mencionado, os índices de criminalidade em Assis são relativamente baixos, de forma que, talvez, os efeitos da violência sobre crenças e normas em relação aos direitos humanos, justiça e democracia só seriam modificados com níveis de exclusão e violência mais agudos. A sociabilidade entre vizinhos parece também não ter sofrido impactos em relação à exposição à violência.

Por outro lado o apoio à execução de presos mostrou-se alta, conforme a frequência de respostas concordando, ainda que parcialmente, com a afirmação 26.09<sup>55</sup>. Assim pode-se concluir que a naturalização da dor como pedagogia não parece ser fruto da exposição à violência. Essa é capaz de transformar o comportamento e a arquitetura da cidade. Não foi possível encontrar correlação significativa entre as respostas da questão 26,09 com nenhuma outra variável além do uso de punição corporal em adolescentes, o que dá mais suporte às idéias de Caldeira sobre o corpo incircunscrito.

A mídia televisiva, apesar da audiência menor na amostra do que o observado em Cardia (1999), indicam que pode influenciar negativamente na percepção da segurança do próprio bairro, tornando a conclusão de que a mídia tem o poder de influenciar a percepção da violência a mais sensata, segundo os dados coletados.

---

<sup>55</sup> Se houver uma rebelião em um presídio, a polícia deve invadi-lo e atirar para matar.



Por outro lado mostrou-se necessário o uso de maiores detalhes sobre a qualidade da audiência, como o horário e o tipo de programa assistido para compreender quais crenças são alteradas com diferentes níveis de exposição por conta do conteúdo que se assiste.

Os dados da pesquisa também indicam que a percepção do conteúdo da televisão como mais violento que o próprio bairro onde mora (68,1%, n=154) é menor que na pesquisa de Cardia (1999) (81%), e menor do que o encontrado em qualquer das dez capitais pesquisadas pela autora, o que pode indicar que os entrevistados vêem o que assistem na TV como parâmetro válido para uma idéia de sensação de segurança.

Por último a análise do impacto do presídio foi prejudicada pela dificuldade em analisar cruzamentos das questões sobre crenças a respeito de presídios com outras variáveis, devido ao pequeno número de sujeitos que acreditam que a presença do presídio diminuiu a violência na cidade (0,8%, n=2). 52,6% (n=132) dos entrevistados defendem que o presídio pode ser responsabilizado pelo suposto aumento dos índices de violência. A porcentagem chega a 62,8% se considerados apenas os sujeitos que moravam em Assis antes da construção do presídio. Assim, os dados indicam que a presença do presídio traz conseqüências negativas sobre a percepção da violência, levando o entrevistado a crer que sua segurança está ameaçada pela presença da instituição carcerária, ainda que a simples ameaça da violência não tenha impactos sobre o comportamento.

Esta pesquisa ocorreu ao mesmo tempo de um momento decisivo que tomou curso na cidade de Assis. Os dados foram colhidos durante uma transformação das características de segurança na cidade, ou seja, o aumento súbito de casos violentos, aliado a uma intensa mobilização social para o problema da criminalidade – que resultou numa boa qualidade das discussões, seguido do apoio popular às medidas arbitrárias cometidas pelos dirigentes da segurança por meio do programa chamado “Tolerância Zero”.

Assim, os resultados espelharam certas características dessa transição, que por definição é imersa em ambigüidades e contradições, o que pode ajudar a revelar a forma como a violência é assimilada numa cidade do interior de São Paulo, sem excluir a importância da história da segurança e dos impactos específicos da política de segurança sobre a população.

No município de Assis se verificou a mesma dificuldade encontrada em outros municípios do Brasil: a falta de uma visão ampla e clara sobre política de segurança pública, associada com o oportunismo eleitoral proporcionado pelo impacto do tema segurança no eleitorado. As ações colocadas em prática pelos agentes da segurança do município mostraram sua inabilidade de manipular os instrumentos de políticas disponíveis dentro da

municipalidade. A visão de que a segurança faz parte da esfera estadual e federal de atuação dificulta a criação de políticas municipais, por falta de tradição ou mesmo por incompetência.

Em Assis a ação policial escasseou o absurdo de ressuscitar a antiga “lei da vadiagem”, mostrando a concepção atrasada e superficial a respeito do problema da violência, realizando os mesmos procedimentos técnicos que os governantes brasileiros do início do século XX utilizaram. Assim como no início do século passado, foram identificados os potenciais criminosos, nos locais onde emergem os marginais, e sobre seu corpo e sua comunidade foram infligidos os mecanismos legais (apesar de serem, por vezes, inconstitucionais) da violência, na esperança de contê-los.

Porém a realidade do século XXI é profundamente diferente da realidade que originou o código penal. Se a repressão funcionava de maneira capenga no passado, hoje com a existência da forte corrupção policial aliado à presença do crime organizado, o movimento repressivo não pode ter muito efeito sem que as causas sociais do problema, que alimentam a lógica da criminalidade, não sejam também atacadas.

É flagrante nesse sentido que uma política municipal além de atuar repressivamente, movimento indispensável para a construção de uma comunidade segura, vê atuar também com outras políticas que fogem da alçada das instituições tradicionais de combate à violência. Destaca-se nesse leque de possibilidades as políticas de combate à pobreza, à redução das desigualdades e, principalmente, as políticas voltadas para os jovens.

Impedir que os mesmos entrem para o exército do crime é indispensável, o que abalaria profundamente o crime organizado. Oferecer atividades esportivas, educacionais e culturais é uma das melhores saídas. Mas enquanto as ações forem transitórias, sem que efetivamente políticas sejam criadas, com objetivos claros e atuação pontual, os jovens mais pobres das periferias continuariam presa fácil para os aliciadores do crime.

A violência enquanto fenômeno global levou diversos países a investirem em recursos de defesa. No Brasil o custo ficou mais alto pois, além do impacto econômico direta ou indiretamente, o crescimento da criminalidade levou a democracia nascente a usar do expediente da violência. Em outras palavras, a violência e as mobilizações frente a ela dificultam a modernização do país. A concepção de corpo e da necessidade da violência mostra que as mudanças democráticas ainda não se fizeram sentir totalmente. Da mesma forma que certos norte-americanos entendem que é necessária tortura para investigar crimes de terroristas, os brasileiros defendem a violência, ainda que letal, para reprimir a criminalidade.

As “fábricas de criminosos”, áreas da cidade que são consideradas perigosas, são cercadas de preconceitos, apesar das denúncias de violência dos agentes da lei nessas localidades e dos impactos negativos da desigualdade. O processo parece simples: ao identificar um “alvo”, a fúria vingativa passa a legitimar a violência para a expulsão do mal e controle do comportamento. A visão de corpo incircunscrito oferece a via da violência para a solução de conflitos, ainda que se tenha, no passado, celebrado a cortesia e a difusão das artes de negociação como características nacionais.

O instrumento, apesar dos resultados, mostrou ineficiente para avaliar alguns dos objetivos. Isso se faz mais claro na questão dos presídios, o que indica a necessidade de uma outra abordagem. O não uso de um instrumento já padronizado sobre exposição à violência dificultou comparações com outras pesquisas, também uma limitação do questionário. A avaliação da exposição à mídia também mostrou-se ineficiente, sendo necessárias mais pesquisas quantitativas a este respeito.

Além da análise dos resultados, a prática de coletar dados é excelente teste para as limitações do questionário, diante da constatação que muito do conteúdo das histórias, das falas e das reações às questões não são captadas pelo instrumento. Além disso várias partes do questionário simplesmente não faziam sentido para vários entrevistados, e talvez os tenha levado a responder em desacordo com o que realmente queria transmitir.

Finalmente, as análises propostas por este trabalho, a partir das suposições e hipóteses levantadas, conseguiram mostrar diversas características da percepção da violência e seus diferentes tipos, bem como os impactos sobre crenças, valores, normas e comportamentos associados a ela. A violência mostrou-se fenômeno muito mais complexo do que o possibilitado pela presente abordagem, mas a integração de diversas visões na metodologia mostrou-se caminho válido para compreender o fenômeno em sua multiplicidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S.; SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, n.61, 2007. p.7-39.

ADORNO, S. Lei e ordem no segundo governo FHC. In: **Tempo Social**, São Paulo, novembro, 2003. p.103-140.

ADORNO, S.; CARDIA, N. **Dilemas do controle democrático da violência**: execuções primários e grupos de extermínio em São Paulo. São Paulo, Núcleo de Estudos de Violência – USP, 1997. Mimeografado.

ANDERSON, Craig A.; BENJAMIN JR., A. J.; WOOD, P. K.; BONACCI, A. M. Development and testing of the Velicer Attitudes Toward Violence Scale: Evidence for a four-factor model. **Aggressive Behavior**, v.32, p. 122-136, 2006.

ARENDT, Hanna. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro:Relume Dumará, 1994.

ALVAREZ, M. C. ; SALLA, Fernando ; SOUZA, Luís Antonio Francisco de . Políticas de Segurança Pública em São Paulo: uma perspectiva histórica. **Justiça & História**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 173-199, 2004.

BEATO e REIS. Desigualdade, desenvolvimento sócio-econômico e crime. In: HENRIQUES, R. (org). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999, p.385-404.

BENEVIDES, M. V.; FERREIRA, R. M. F. Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979-1982). In: PINHEIRO, P. S. (org). **Crime, violência e poder**. Brasília: Brasiliense, 1983.

BICUDO, H. P. **Meu depoimento sobre o esquadrão da morte**. 2ª ed. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

BIRMAN, J. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetividade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BIRMAN, J. Violência e seus destinos. In: \_\_\_\_\_. **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetividade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro:Jorge Zahar Editores, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política** (vol. 2) – 5ª edição. Brasília:Editora Universidade de Brasília:São Paulo:Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

CARDIA, N.; ADORNO, S.; POLETO, F. Homicídio e violação dos direitos humanos em São Paulo. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, n.17, v.47, 2003. p.43-68.

CARDIA, Nancy. Exposição à violência:seus efeitos sobre valores e crenças em relação à violência, polícia e direitos humanos. **Lusotopie**, 2003, p.299-328.

CARDIA, N. **Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras**. Brasília: Ministério da Justiça: Secretaria de Estudo dos Direitos Humanos, 1999.

CANTO-SPERBER, Monique (org). **Dicionário de ética e filosofia moral** (vol. 2). São Leopoldo-RS:Editora Unisinos, 2003.

CALDEIRA, C. Segurança pública e seqüestros no Rio de Janeiro: 1995/96. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.20, out/dez, 1997.

CARAM, Dalton. **Violência na sociedade contemporânea**: pesquisas científicas, posições cristãs por uma visão integral. Petrópolis:Vozes, 1978.

CHAUÍ, M. **Participando do debate sobre a mulher e violência**. Perspectivas antropológicas da mulher (pp. 25-62). Rio Janeiro: Zahar, 1985

COSTA, B.C.G. **Estética da violência, jornalismo e produção de sentidos**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1985.

DANCEY, Cristine P. Estatística sem matemática para psicologia; tradução Lorí Viali. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUARTE, André. Poder e Violência no Pensamento Político de Hannah Arendt. IN: ARENDT, Hanna. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro:Relume Dumará, 1994.

ESTUDOS AVANÇADOS. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, n.61, 2007. Quadrimestral.

FLECK, Marcelo P.A.; BOURDEL, Marie. Método de simulação e escolha de fatores na análise dos principais componentes. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, n.32, v.2, p.267-72, 1998.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREI, Fernando; SILVA, Nilza Nunes da. Discriminando desigualdades sociais: aspectos metodológicos. **Plural**, Assis, n.2, v.1, p.7-22, 2001.

FREUD, Sigmund. Por que a guerra?. **Edição Standard Brasileira**, vol.XXII. Rio de Janeiro:Imago, 1986.

GOES, E. M. . A presença e a ausência da população penitenciária em pequenas e médias cidades do interior paulista: dilemas de uma história recente. **Projeto História**, v. 33, 2006, p. 15-37.

GOES, E. M. Transição política e cotidiano penitenciário. **História (São Paulo)**, São Paulo, n.23, v.1-2, 2004, p.219-238.

GUIMARÃES, S. P.; CAMPOS, P. H. F. Norma social violenta: um estudo da representação social da violência em adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, n.20,v.2, 2007, p.188-196.

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J.B. Vocabulário da psicanálise. Santos:Livraria Martins Fontes Editora, 1977.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. In: **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. IV(3), nov. 1997/fev. 1998. p.513-531.

MINGARDI, G. **Tiras, gansos e trutas**: segurança pública e polícia civil em São Paulo, 1983-1989. São Paulo: Corag, 1992.

NEME, Cristina. Violência e segurança: um olhar sobre a França e o Brasil. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba/PR, n.25, p.123-137, novembro, 2005.

OLIVEIRA, W. F. de; GUIMARÃES, M. R. O conceito de violência em Hannah Arendt e sua repercussão na educação, 2006. Disponível em:  
<http://www.educapaz.org.br/modules/wfsection/article.php?articleid=3>. Acesso em: 3/06/2007.

PAIXÃO, A. L. Crime, controle social e consolidação da cidadania. In: REIS, F.W. e O'DONNELL, G. **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo:Vértice, 1988.

PASQUALI L. **Técnicas de exame psicológico** – TEP manual: fundamentos das técnicas psicológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2001.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo:Paz e Terra, 2000.

PINHEIRO, P. S. **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PONTARA Giuliano. Violência. IN: CANTO-SPERBER, Monique (org). **Dicionário de ética e filosofia moral** (vol. 2). São Leopoldo-RS:Editora Unisinos, 2003.

PORTO, Maria Stela Grossi Porto. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, jul/dez, 2006, p.250-273.

RAMOS, Silvia. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et cols*. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo:Atlas, 1985.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, jul/dez, 2008, p.274-307.

SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, ano 1, n.1, 2007, p. 72-90.

SELNER-O'HAGAN, M. B. et al. Assessing exposure to violence in urban youth. **Journal of Child Psychology and Psychiatric**, Cambridge, vol. 39, n.2, 1998, p.215-224.

SANTOS, Fabio Franklin Storino dos. **Um partido, três agendas?** Política de segurança pública no estado de São Paulo (1995-2006). São Paulo: FGV (tese de Doutorado), 2008.

SILVESTRE, G. . O rastro da indústria penal: a interiorização penitenciária e o novo paradigma dos municípios paulistas. **Revista Virtual do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança**, v. 1, n. 1, 2008, p. 10.

STOPPINO, Mário. Violência. IN: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política** (vol. 2) – 5ª edição. Brasília:Editora Universidade de Brasília:São Paulo:Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

SUAREZ, M. A. G. . Violência, técnica e política em Carl Schmitt e Hannah Arendt. **Revista Enfoques**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 1, p. 20-37, 2005.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Violências: América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre criminalidades. In: **Sociologias**, Porto Alegre, n.8, jul/dez, 2002. p.16-32.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Introdução. Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização. In: \_\_\_\_\_. (org). **Violências no tempo da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência de São Paulo**. Brasília:UNESCO, 2005.

WALKER, J. S. The Maudsley Violence Questionnaire: initial validation and reliability. **Journal of Personality and Individual Differences**, v. 38, p. 187-201, 2005.

WERTHEIN, Jorge. Introdução. IN: WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência de São Paulo. Brasília:UNESCO, 2005.

ZALUAR, A. Democratização inacabada: o fracasso da segurança pública. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, n.61, 2007. p.31-49.



ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.3, n.13, 1999. p.13-17.

ZALUAR, A. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro:Revan e UFRJ, 1994. ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: MICELI, S. (org). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré;ANPOCS, 1999, p.13-107.

ANEXOS

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: A Percepção do Nível de Violência Urbana no Município de Assis  
 COORDENADOR: José Luiz Guimarães

1. Natureza da pesquisa: Você é convidado a participar desta pesquisa, que tem como finalidade investigar como pensam os assisenses quando o assunto é violência.
2. Participantes da pesquisa: aproximadamente 400 pessoas com idade igual ou superior a 18 anos que residem em Assis/SP.
3. Envolvimento na pesquisa: Ao participar deste estudo você deve permitir que um membro do grupo de pesquisa deste projeto entreviste você. As entrevistas são realizadas em seu domicílio, porém pode acontecer que a entrevista aconteça em outro local previamente combinado. É previsto um único contato com cada participante, que deve durar mais ou menos 30 (trinta) minutos. Como se trata de um tema que pode trazer algumas lembranças e sentimentos talvez desconfortáveis, será oferecido ao final da entrevista um espaço para você falar livremente o que quiser. Você tem a liberdade de recusar a participar e pode, ainda, a se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você. No entanto, solicitamos sua colaboração em completar o roteiro de perguntas que lhe ser solicitado, garantindo assim o melhor resultado para a pesquisa. Sempre que quiser você pode pedir mais informações sobre a pesquisa. Poderá entrar em contato com o coordenador da pesquisa Prof. Dr. José Luiz Guimarães através do telefone (18) 33025901.
4. Sobre as entrevistas: As entrevistas ocorrem com solicitação no domicílio do participante da pesquisa. Será pedido que você forneça algumas informações básicas e que responda a um roteiro de perguntas de múltipla escolha ou escolha simples sobre vários aspectos sobre o que você pensa, acredita e faz a respeito do tema violência.
5. Riscos e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais, talvez apenas a lembrança de alguns eventos diante da temática que será abordada. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos oferece risco à sua dignidade.
6. Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. As informações fornecidas por você são identificadas por um código, e não com seu nome nem qualquer outra informação que revele sua identidade. Apenas os membros do grupo de pesquisa terão conhecimentos dos dados.
7. Benefícios: Ao participar da pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre as questões relativas às vivências, crenças, pensamentos e atitudes dos habitantes do município de Assis em relação à violência. No futuro, essas informações podem ser usadas em benefícios da população assisense.
8. Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem:

### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

\_\_\_\_\_  
 Nome do(a) participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
 Local e data

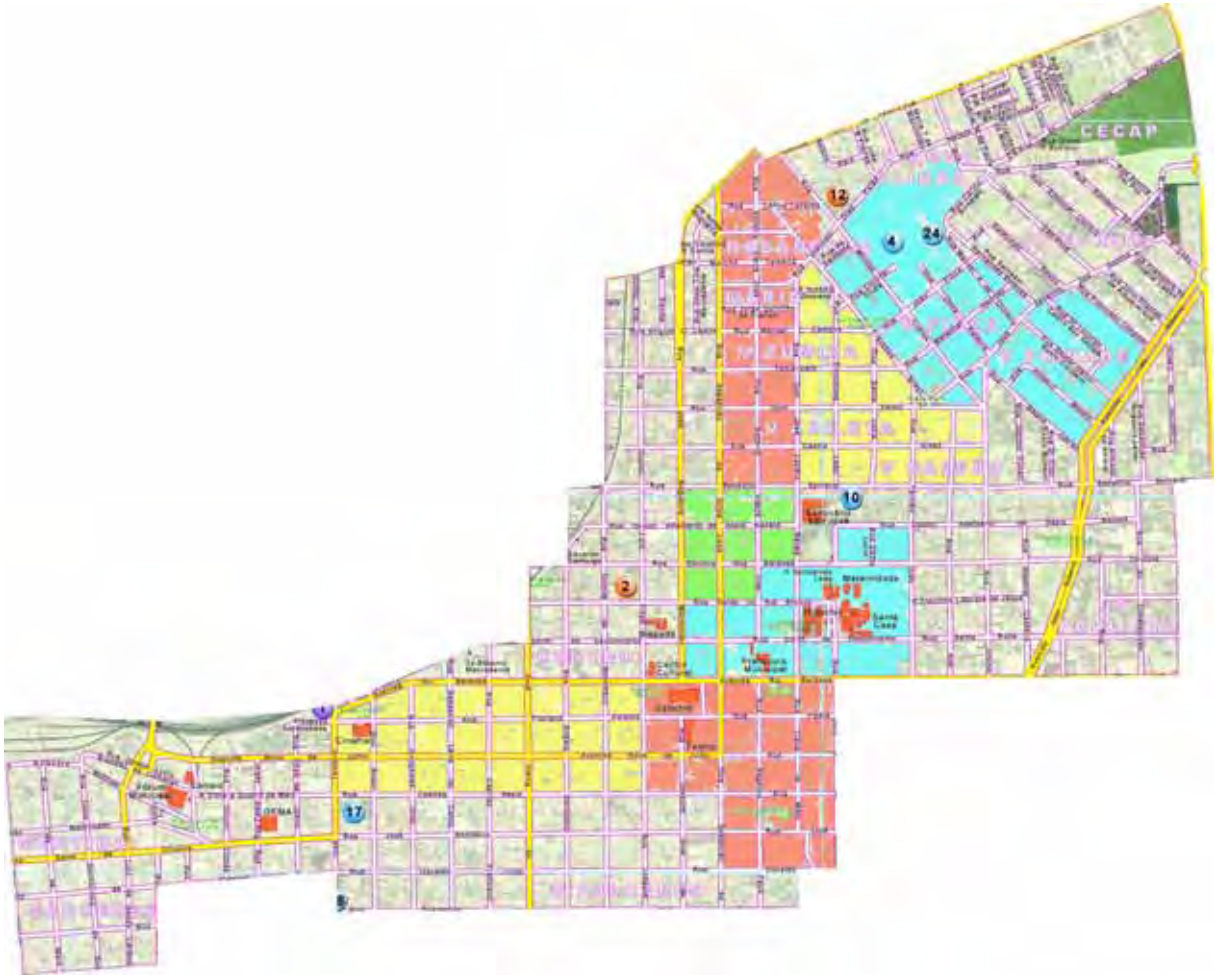
\_\_\_\_\_  
 Assinatura do(a) participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
 José Luiz Guimarães  
 Coordenador do Projeto

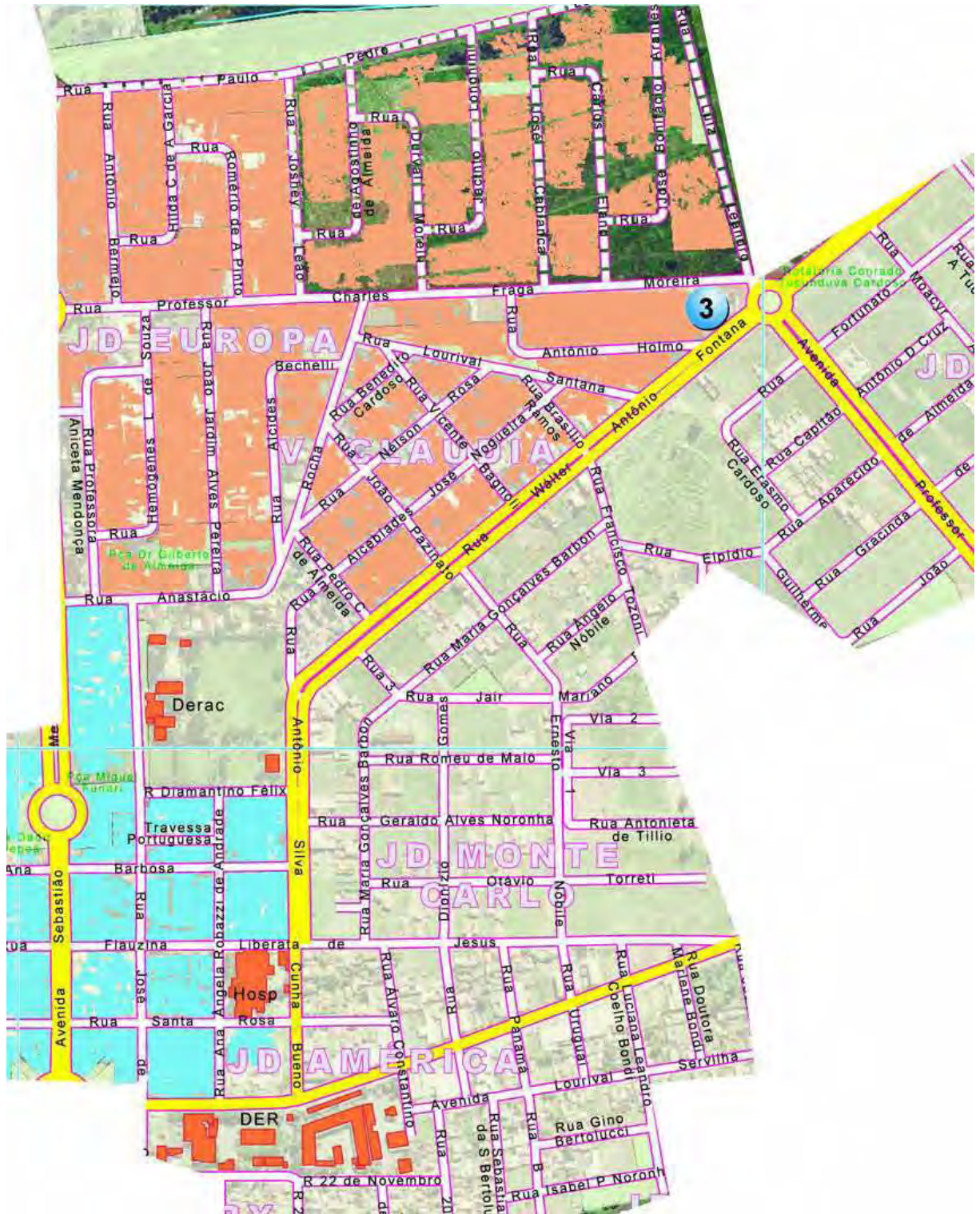
Setor A1



Setor A2



Setor A3



Setor B1



Setor B2





Setor C1



Setor D1





APÊNDICE

ZONA:

BAIRRO:

### Pesquisa Sobre Crenças, Valores, Normas e Atitudes Frente à Violência

Este trabalho faz parte de uma pesquisa sobre concepções acerca de violência urbana. Tal pesquisa vem sendo realizada por uma equipe de profissionais ligados ao NEVIRG/UNESP. Gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo sinceramente às questões abaixo. Não há respostas certas ou erradas. Responda rapidamente e não passe à questão seguinte sem ter respondido à anterior. Não deixe nenhuma questão em branco. Em caso de dúvida, responda do modo que mais se aproxime de sua opinião pessoal. Não é necessário identificar-se, pois o nosso interesse não se dirige ao conhecimento dos indivíduos, mas do grupo. Desta forma, ficará totalmente respeitado o sigilo de suas informações.

1- Sexo [1] Masculino [2] Feminino

2- Idade \_\_\_\_\_ anos

3- Escolaridade

[1] Analfabeto [2] E.F. incompleto.

[3] E.F. completo. [4] E.M. incompleto.

[5] E.M. completo [6] Superior Completo

[7] Superior Incompleto [8] Pós-graduação

4- Estado Civil

[1] Solteiro [2] Casado [3] Separado

[4] Desquitado [5] Divorciado [6] Viúvo

[7] Outro \_\_\_\_\_

5- Quantas pessoas moram na sua casa?

[1] Moro sozinho(a) [2] De duas a quatro

[3] De cinco a sete [4] Oito ou mais

6- Quantas pessoas maiores de 18 anos que moram na residência encontram-se atualmente desempregados (desconsiderar “do lar”):

[1] Nenhuma pessoa [2] Uma pessoa

[3] Duas pessoas [4] Três pessoas

[5] Quatro ou mais pessoas

7- Qual religião está seguindo no momento?

(mesmo que não vá à igreja com frequência)

[1] Católico [2] Protestante [3] Presbiteriana

[4] Espírita [5] Judaica

[6] Evangélica (de missão ou pentecostal)

[7] Afro-brasileira (candomblé, umbanda)

[8] Acredita em Deus mas não tem religião

[9] Nenhuma/Ateu

[10] Outra

8- Qual dos serviços a seguir não está disponível no seu bairro? (**marque quantos quiser**):

[1] Esgoto [2] Água [3] Luz [4] Rede de telefone

[5] Ônibus [6] Iluminação [7] Asfalto

[8] Ônibus escolar [9] Escola

[10] Hospital/Posto de Saúde [11] Delegacia de polícia

[12] Área pública de lazer (praças, parques, quadra de esportes, etc)

[13] Meu bairro tem acesso a todos esses serviços

9- Sua família recebe auxílio ou bolsas do governo? (**marque quantas quiser**)

[1] Não recebo ajuda financeira do governo

[2] Sim, Bolsa Família [3] Sim, Ação Jovem

[4] Sim, Renda Cidadã [5] Sim, outro auxílio

10- Informe o quanto de cada item o(a) senhor(a) possui.

Item	Quantidade				
	0	1	2	3	4 ou +
10.1- Televisão em Cores	0	1	2	3	4 ou +
10.2- Rádio	0	1	2	3	4 ou +
10.3- Banheiro	0	1	2	3	4 ou +
10.4- Automóvel	0	1	2	3	4 ou +
10.5- Empregada mensalista	0	1	2	3	4 ou +
10.6- Aspirador de pó	0	1	2	3	4 ou +
10.7- Máquina de Lavar	0	1	2	3	4 ou +
10.8- Videocassete ou DVD	0	1	2	3	4 ou +
10.9- Geladeira	0	1	2	3	4 ou +
10.10- Freezer (independente ou parte de geladeira duplex)	0	1	2	3	4 ou +

11- Grau de instrução do principal responsável pela família

[1] Analfabeto/ Primário Incompleto

[2] Primário Completo/ Ginásial Incompleto

[3] Ginásial Completo/ Colegial Incompleto

[4] Colegial Completo/ Superior Incompleto

[5] Superior Completo

12- Quantas horas por dia o(a) senhor(a) assiste televisão?

[1] Não assisto televisão (VÁ PARA A QUESTÃO 15)

[2] Até 3 horas

[3] 4 a 6 horas

[4] 7 a 9 horas

[5] Mais de 10 horas

13- Se for feita uma comparação entre a violência de seu bairro com aquela que vemos na televisão, onde ela pode ser encontrada com mais intensidade?

[1] Na TV

[2] No bairro

[3] Nas duas há a mesma intensidade de violência

14- Ordene (1º, 2º... lugar) as alternativas abaixo conforme o(a) senhor(a) acredita em que há mais violência:

[ ] Noticiários [ ] Filmes

[ ] Programas de auditório [ ] Novelas

[ ] Nas grandes cidades [ ] Em Assis

15- Em relação ao hábito de leitura de jornais e revistas, o(a) senhor(a):

[1] Não lê jornais

[2] Lê somente jornais de Assis e região

[3] Lê mais os jornais de Assis e região, mas também lê os jornais de circulação nacional

[4] Lê os jornais de Assis e região, mas lê mais os jornais de circulação nacional

[5] Lê somente os jornais de circulação nacional

16- Agora está listada uma série de situações. Por favor, pense no que aconteceu nos **últimos doze meses** e me diga se o(a) senhor(a) **presenciou** alguém:

Situação	Não	Sim
16.1- Puxando fumo/usando drogas ilícitas	1	2
16.2- Sendo agredido fisicamente	1	2
16.3- Vendendo ou comprando drogas ilícitas	1	2
16.4- Sendo preso	1	2
16.5- Tendo a casa arrombada	1	2
16.6- Sendo roubado a mão armada	1	2
16.7- Puxar uma arma para outro	1	2
16.8- Sendo esfaqueado	1	2
16.9- Levando tiro	1	2
16.10- Sendo morto	1	2
16.11- Cometendo um suicídio	1	2
16.12- Sofrendo um estupro	1	2
16.13- Brigando no trânsito	1	2

17- Com qual frequência o(a) senhor(a) apanhava quando criança?

[1] Nunca [VÁ PARA A QUESTÃO 19]

[2] Raramente

[3] Frequentemente

[4] Sempre

18- De que maneira o(a) senhor(a) costumava apanhar?

[1] Com a mão (tapa, soco, etc.)

[2] Com uma vara, um cinto ou fio de ferro

[3] Com um chinelo

[4] Com um pau ou outro objeto duro

19- Ordene (1º, 2º, 3º lugar...) as alternativas abaixo a partir daquilo que considere mais violento:

[ ] Estupro [ ] Homicídio [ ] Seqüestro

[ ] Latrocínio [ ] Furto ou roubo

[ ] Violência contra criança [ ] Assalto

20- O medo da violência pode levar algumas pessoas a mudarem hábitos do seu dia-a-dia. Estão listadas algumas dessas mudanças a seguir. Por favor, marque as que já aconteceram com o(a) senhor(a) (**marque quantas alternativas quiser**):

[1] Evitou sair à noite

[2] Mudou o trajeto para o trabalho ou escola

[3] Deixou de circular por alguns bairros/ruas

[4] Evitou conversas com algum vizinho

[5] Mudou de casa/cidade

[6] Desviou o trajeto por medo de estar sendo seguido

[7] Tomou precauções de segurança devido ao local onde o(s) filho(s) estuda(m)

[8] Passou a desconfiar de alguns dos vizinhos

[9] Reformou a casa para aumentar a segurança (aumentou muro, portão, etc)

[10] Passou a pagar alguém para fazer vigilância no bairro

[11] Colocou arame ou cerca elétrica na casa

21- Em relação à penitenciária de Assis o(a) senhor(a) pensa que:

[1] Não morava em Assis antes da construção do presídio [VÁ PARA A QUESTÃO 24]

[2] Diminuiu o nível da violência

[3] Não alterou o nível da violência

[4] Aumentou o nível da violência

[5] Não sei

22- Em relação ao impacto que a presença da penitenciária traz para a **imagem** de Assis o(a) senhor(a) pensa que:

[1] É ruim para a imagem da cidade

[2] Não altera a imagem da cidade

[3] É bom para a imagem da cidade

[4] Não sei

23- Em relação ao impacto que a presença da penitenciária causa nos **criminosos**, o(a) senhor(a) pensa que:

[1] Atrai criminosos para a cidade

[2] Não traz impacto nenhum nos criminosos

[3] Incentiva os criminosos a saírem da cidade

[4] Não sei

24- A seguir estão listada algumas frases que descrevem situações que podem acontecer com todo mundo, e gostaria que o(a) senhor(a) me dissesse qual destas atitudes tomaria se (considere um(a) filho(a) adolescente e responda esta parte mesmo se não tiver filhos)						
Situação	1. Bater	2. Conversar	3. Proibir de ver TV/ sair com amigos	4. Procurar Ajuda profissional	5. Chamar a polícia	6. Nenhuma dessas
24.1.O(a) sr(a) descobre que seu(sua) filho(a) vem mentindo						
24.2.Seu(sua) filho(a) é pego furtando pequenas coisas do supermercado/farmácia/feira/etc.						
24.3.O(a) sr(a) descobre que seu(sua) filho(a) vem faltando muito às aulas						
24.4.O(a) diretor(a) da escola chama o(a) sr(a) para reclamar de seu(sua) filho(a)						
24.5.Seu(sua) filho(a) é pego grafitando ou pichando muro						
24.6.O(a) sr(a) encontra seu(sua) filho(a) fumando maconha						
24.7.O seu(sua) filho(a) fica fora de casa até altas horas						

25- Agora serão listada uma série de situações que podem acontecer na vida das pessoas. Por favor, pense no que aconteceu nos <b>últimos doze meses</b> para responder às perguntas e diga se nesse tempo cada um desses eventos <b>aconteceu</b> ou não com o(a) senhor(a) ou alguém de sua família:						
Situação	Não	Sim	Quem			
25.1- Alguém fez um xingamento	1	2				
25.2- Alguém ofereceu drogas ilícitas	1	2				
25.3- Foi ameaçado com uma arma (branca ou de fogo)	1	2				
25.4- Sofreu uma agressão física	1	2				
25.5- Sentiu necessidade de andar armado	1	2				
25.6- Foi maltratado(a) por policial ou autoridade	1	2				
25.7- Sofreu ameaça de alguma autoridade para tirar-lhe algum dinheiro	1	2				
25.8- Foi ameaçado de morte	1	2				

